

SEIS passos para a
CIDADE
HUMANA

© ipccic@ipccic.com.br

Direção editorial: Kathia Castilho e Solange Pelinson

Revisão: Eva Barbosa

Diagramação: IPCCIC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S462 Seis passos para a cidade humana [recurso eletrônico] / organizado por Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais - IPCCIC. - Barueri, SP : Estação das Letras e Cores, 2019.
220 p. ; ePUB.

ISBN: 978-85-68552-99-5 (Ebook)

1. Cidades. 2. Administração pública. 3. Desenvolvimento. 4. Política. 3. Gestão. 4. Identidades. 5. Co-criação. 6. Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais – IPCCIC. I. Título.

2019-372

CDD 352

CDU 352

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Cidades : Administração pública 352
2. Cidades : Administração pública 352

Estação das Letras e Cores Editora

Av. Real, 55 - Aldeia da Serra - Barueri

06429-200 - São Paulo

Telefone 55 11 4326 8200

www.estacaolettras.com.br

www.facebook.com/estacaodasletrasecoreseditora/

SEIS passos para a CIDADE HUMANA

2019



**Estação
das Letras
e Cores**

Equipe do IPCCIC**Autores deste livro**

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Adriana Silva

Sandra R. Molina

Marcela Cury Petenusci

Vera Lucia Blat Migliorini

Maria de Fátima da Silva Garcia Costa de Mattos

Marlene de Cássia Trivellato Ferreira

Laura Soares Abbad

Mariah Silva Leandro Campos

Alice Ribeiro Assad Wassall

Conselho Editorial

Mônica Jaqueline de Oliveira

Marcello Alves Nakaishi

Edgard de Castro

Michelle Cartolano de Castro Ribeiro

João Gabriel Fernandes Manzi

Luiz Felipe Machado Muraca

Deivid Leandro Filippin Marcolino

Equipe de apoio

Ana Falcão

Nainora Maria Barbosa de Freitas

Maria Paula Fernandes de Freitas

Antonio Bernardo Torres

Rosalinda Pimental Chedian

Sumário

Introdução_____ 11

PASSO 1

Ser humano em primeiro lugar_____ 20

PASSO 2

Cidadão cocriador_____ 50

PASSO 3

Sentido de comunidade_____ 76

PASSO 4

Religar o ser humano ao meio ambiente_____ 106

PASSO 5

Economia cocriadora_____ 148

PASSO 6

Educação em suas múltiplas formas_____ 174

Considerações finais_____ 203

Notas_____ 205

Referências_____ 220

PREFÁCIO

A expressão “cidade humana”, teoricamente, deveria ser um pleonasma, apesar de a cidade contemporânea ultrapassar a dimensão física sua e de seus habitantes, configurando-se, por vezes, como sendo tanto virtual quanto real. Na realidade, tal expressão torna-se mais necessária para reafirmar a importância do indivíduo e da comunidade dentro de um contexto urbano e metropolitano a cada dia mais alienante e desigual. A distância entre a cidade imaginada e a cidade real é, em muitos casos, enorme e impossível de ser percorrida, principalmente para os que pertencem às camadas mais desfavorecidas da população, os pobres ou – como acredito seja mais justo chamá-los – as vítimas. Vítimas de uma violência tanto estrutural e simbólica quanto real, à qual muitas vezes essas pessoas somente podem responder com a única linguagem que lhes foi ensinada: a da própria violência.

Paul Farmer, desconstruindo a relação entre saúde e sociedade, afirma que a pobreza é, hoje, a maior exterminadora, no mundo. Difícil contestar essas palavras. O que, para muitos, entre nós, é realmente difícil fazer – porque não fomos educados para isso – é associar à palavra “pobreza” outro conceito mais poderoso e perigoso, principalmente para os intelectuais e os “teóricos da humanidade”: a redistribuição da riqueza.

Não se pode falar de educação sem abordar esse tema. Não existe educação sem justiça social. Quem pensa que seja possível, é muito ingênuo, ou simplesmente cúmplice dessa injustiça.

Alguns acreditam que lidar com essa questão deve ser o papel da política e dos políticos; pelo menos é o que muitos colegas universitários afirmam, ao comentar a situação social no Brasil. Assim, eles podem continuar vivendo suas vidas de privilegiados, escondendo a própria inércia atrás da inépcia ou da desonestidade dos políticos.

A redução das desigualdades, ou seja, a primeira forma de

educação, deve ser construída em todos os níveis. É inútil – e hipócrita – condenar a desigualdade social em grande escala, num nível estadual, de país, ou mesmo planetário, quando, no cotidiano, somos atores privilegiados de uma sociedade muito desigual. Ao mesmo tempo, os que têm tempo, energia e possibilidade para refletir sobre isso, devem acompanhar a reflexão teórica com a ação prática: caso contrário, as torres de marfim poderão contar com paredes a cada dia mais sólidas...

Talvez não seja este o lugar para insistir sobre a distância enorme que existe, no Brasil, entre acadêmicos e intelectuais, de um lado, e quase a totalidade da população do outro. Todavia pergunto: Que educação pode-se esperar de um contexto – seja o brasileiro, italiano, francês, americano – em que os educadores vivem uma vida mal-educada, na sua injustiça tão evidente?

Três palavras, dentre as muitas que encontrei neste livro, atraíram minha atenção mais do que as outras: autorresponsabilidade, honestidade e gentileza. Três conceitos que me parecem ser sólidos pilares sobre os quais construir uma visão de mundo mais educada e menos pegajosa. Autorresponsabilidade, como primeiro passo de uma reeducação individual, que muito pode contribuir para a construção de um ser humano coletivo melhor. Honestidade, em primeiro lugar, consigo mesmo, para enxergar de maneira clara a nossa própria posição na sociedade e o papel que podemos ter como agentes modificadores dela. Gentileza, porque acredito ser uma componente inata do espírito brasileiro – nunca me senti tão bem tratado como durante os anos em que vivi neste lindo País – mesmo que, às vezes, os próprios brasileiros pareçam esquecer que possuem tão grande quantidade dela.

O mérito deste livro é, sem dúvida, sua cocriação como tentativa de transformar a teoria em prática e a utopia em realidade. Parafraseando Franco Basaglia, este livro é um hino ao “otimismo da prática contra o pessimismo da razão”, e o IPCCIC é o espaço/tempo urbano onde essa tentativa tornou-se realidade.

Porque o IPCCIC – além de ser uma sigla com muitas consoantes e poucas vogais – é um espaço real, vivo e produtivo. E muito mais. Em um mundo ainda prevalentemente masculino, o Instituto é um lugar de empoderamento feminino, dentro do qual atuam, quase exclusivamente, mulheres que decidiram juntar suas diferentes e complementares naturezas, competências e paixões, afim de construir uma cidade – Ribeirão Preto e, por extensão, qualquer cidade – melhor.

Apesar de o IPCCIC ser parte do contexto burguês de uma das cidades mais ricas do País – seria desonesto negá-lo – e a maioria de seus integrantes pertencendo à porção mais privilegiada da população brasileira, seus membros decidiram se envolver com e para a sociedade brasileira real. Um movimento de abertura e atenção que, supostamente, deveria ser feito para outras instituições (os representantes políticos, as universidades públicas e particulares, os museus, as grandes empresas econômicas), as quais, regularmente, perdem a ocasião de atuar positivamente na sociedade. Pois bem, o IPCCIC reivindica esse movimento como algo natural, lógico, óbvio, por parte de pessoas conscientes do privilégio que elas têm: o de participar ativamente da construção de um mundo melhor.

Michelangelo Giampaoli

Department of Anthropology – University of Illinois at Chicago – USA - Ph.D

Gruppo di lavoro su Antropologia Urbana, Disuguaglianze e Salute in Brasile, Università degli Studi di Perugia – Italy

P.S. Anos atrás, visitando as terras da nação Mohawk, no Quebec, aprendi que a maioria das populações indígenas norte-americanas costumava (e ainda costuma, nos conselhos tribais) tomar todas as decisões de interesse

individual e coletivo – as duas coisas quase sempre coincidentes – respondendo a uma pergunta fundamental: Quais serão as consequências desta ou daquela decisão para as próximas sete gerações?

Decidir pensando nos filhos dos filhos dos nossos filhos: educação e cidadania voltadas para a juventude, por meio do exemplo educador. Se o futuro do mundo está nas mãos dos jovens, e o Brasil é rico em juventude, nós somos responsáveis por fornecer para esses jovens uma educação de qualidade, que não se compra nem se vende, mas se constrói investindo em honestidade, responsabilidade e participação.

INTRODUÇÃO

O livro *Seis Passos para a Cidade Humana* é o resultado de seis anos de trabalho coletivo, motivado pelo desejo de um grupo multidisciplinar de agentes transformadores, organizado no Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC). Contudo, foi em junho de 2016 que a ideia dos passos para a Cidade Humana se formou e, em 2018, foi revisada na ordem como a apresentada nesta obra.

Ao longo dos estudos, condensamos dois passos em um, criamos um novo e reordenamos as posições. Resultado da maturação do processo, houve a compreensão de que Ser Comunidade e “Fortalecer as Relações de Pertencimento deviam ser agrupados. O espaço que todos entenderam ainda vazio, foi ocupado pelo tema Economia, neste caso, a Economia Cocriadora – Colaborativa, Circular, Criativa e de Circuito Curto.

A defesa da formação das comunidades ganhou relevância estratégica e passou sua ordenação para o passo três. Educar em suas múltiplas formas deixou de ser o passo quatro para, estruturalmente, organizar-se na sexta posição. A causa desta revisão é, em si, estratégica e já situa o tema em sua ordem de ocorrência, mas não de importância. Educar, em suas múltiplas formas, passou a ser apresentado como o último passo, entre os seis, a caminho da Cidade Humana, por entendermos que a ação abraça as cinco anteriores e se coloca como meio que viabiliza todos os demais passos.

O IPCCIC é filiado à Teoria U¹. Sua Tecnologia Social de gestão de cidade foi construída a partir das experiências do Presencing Institute e do grupo de pesquisa do Massachusetts Institute of Technology (MIT), coordenado por Otto Scharmer. Sincronizando as experiências que nos trouxeram até aqui, depois de seis anos de pesquisa sobre Identidades Culturais, a partir do campo das tradições, dos hábitos, costumes e do modo de vida, em permanente ligação com o patrimônio cultural das localidades, houve um

momento em que a base teórica que sustentava as pesquisas não dava mais conta de oferecer respostas para as muitas perguntas que surgiam a cada nova vivência.

Foi preciso abrir o leque das percepções; filiar-se ou criar uma corrente filosófica; consolidar os referenciais; formular ou reformular conceitos; e estudar propostas metodológicas. Não seria possível prosseguir, a partir das identidades culturais, sem compreender as relações estabelecidas com a Economia e a política. Essas formulações foram sendo absorvidas, em tempos diferentes, em um movimento orgânico em busca de concretudes para alicerçar a construção de uma nova teoria que, ao final, se organizou como uma Tecnologia Social focada na gestão de cidades, com destaque para a cidadania e a cocriação.

É essa experiência do teórico para o prático e o inverso, sistematicamente validando ou descartando hipóteses, que sustenta o que segue apresentado. E, talvez, esteja aqui, a principal contribuição deste trabalho. Experiências na prática a partir de significativos referenciais.

O trajeto da Teoria U sugere algumas ações: a recuperação de dados consolidados no passado; a suspensão do julgamento para ver a realidade com outro olhar; a conexão plena, atenta à situação do todo; o ápice da profundidade, atingindo a fonte que liga com o futuro; a cristalização da visão e da intenção, com o desejo de deixar emergir propostas; a prototipagem das ideias interligadas a um microcosmo vivo que explore o futuro e a realização de novas práticas.

É importante salientar que, para chegar a este resultado, os membros do grupo dedicaram-se ao estudo dos desafios de viver em comunidades, com o intuito de pesquisar, refletir e propor soluções para a gestão das cidades contemporâneas.

As características variadas dos pesquisadores que compõem o grupo proporcionaram algumas das principais experiências sobre a vida em comunidade, ensinando a todos, de modos diferentes,

como resistir e ultrapassar obstáculos. Não se trata aqui de uma resistência retórica, ou de uma simples escolha de palavra com significado forte, para emprestar ao texto alguma poética. A resistência a que nos referimos é real, enquanto causa de muitas pequenas vitórias.

Cada resposta obtida para as perguntas mais socialmente capciosas significou resistência, porque tantas outras repostas poderiam ter sido apresentadas mais facilmente. E nem tudo foi sempre linear. Em um grupo com mais de quinze pessoas, originárias de campos intelectuais tão diversos, harmonizar diferentes referenciais é, por si só, um exercício árduo. Aprender a aprender com o outro, quando achamos que já sabemos, é tão difícil quanto tirar uma montanha de seu lugar original. Afinal, não é apenas a nossa ignorância que nos cega, mas, também, o nosso conhecimento.

Muitas montanhas foram removidas, ao longo do processo, e a primeira que todos nós tivemos de enfrentar foi a que representava a soberba. Mesmo lidando com nosso orgulho acadêmico, tivemos que aprender a ouvir a partir do nível 3, com alguns positivos avanços até o nível 4 ², conforme ensinado por Otto Scharmer, em sua Teoria U. A segunda montanha que tiramos da nossa frente foi a da rigidez. Abrir a mente, o coração e o desejo, parece recomendação espiritual anterior a uma prática de meditação.

Mas, muito além, são os indicativos de um modo de vida específico. Essa montanha não se moveu sem o auxílio de explosivos. Foram sendo abertos caminhos, ao longo do processo. A trajetória formativa do ser humano tende a enrijecer-se exatamente para se fortalecer. Humberto Maturana³ trabalha com profundidade sobre a desconexão entre corpo e mente e a racionalização de todos os processos humanos, sobrepondo o raciocínio à emoção.

Com a remoção dessas duas montanhas, houve expansiva oxigenação e os resultados, você, leitor, poderá ver nos capítulos desta obra. Uma pessoa mais crítica poderá asseverar que reunir

referenciais teóricos é um exercício acadêmico comum. Entretanto, a prática aqui apresentada deu-se ao ser eliminado um importante ponto cego. Cada um de nós, como pesquisador inserido na atividade de pensar respostas para os problemas das cidades, clareou o campo científico, deixando aparentes suas mais intrínsecas contribuições, sempre em busca de enxergar-se, incluindo-se como ser humano.

Dentre as vivências realizadas, duas valem destaque nesta introdução. A primeira foi intensa, caracterizando-se como um mergulho nos problemas do município de Ribeirão Preto, onde está localizado o IPCCIC. Ao longo de quase dois anos, essa cidade do interior do estado de São Paulo tornou-se nosso principal estudo de caso, levando-nos a pensar, pesquisar e propor soluções. Ao final, oferecemos aos candidatos que concorriam à prefeitura um conjunto de relatórios, com diagnósticos do município; uma análise dos pontos fortes e fracos; diretrizes urbanas; e propostas alinhadas aos potenciais para o desenvolvimento da Economia Criativa⁴.

Paralelamente a essa atividade, vínhamos desenvolvendo uma pesquisa nos municípios do nordeste do estado de São Paulo, mais precisamente na região metropolitana de Ribeirão Preto⁵. O objetivo era diagnosticar aspectos da gestão pública; os potenciais cultural e econômico desses municípios; e observar a percepção da população sobre o local em que vivia. Embasados na Teoria U, utilizamos a técnica da escuta, que nos permitiu explorar anseios, necessidades e percepções dos habitantes em relação à sua cidade.

Os resultados foram, no mínimo, inquietantes. Identificamos, dentre outros aspectos, em parte da população entrevistada: autoestima baixa dos habitantes; gestores municipais pouco preparados para os desafios da administração pública contemporânea; desconhecimento do potencial cultural para o desenvolvimento social e econômico; baixo nível de envolvimento dos cidadãos com a cidade; e desvalorização das referências que dão forma às identidades culturais dos municípios.

Ao analisar os resultados, concluímos que era preciso propor trilhas de aprendizagem que ajudassem a melhorar os níveis de participação ativa dos habitantes; a buscar alternativas para a desagregação de velhos modos de vida cultivados por décadas nessas localidades; a oferecer uma alternativa sustentável para a noção de desenvolvimento baseada apenas no progresso material. Concluímos que uma das necessidades prementes era inspirar ações que estabelecessem canais de diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

Nesse caminho, acreditamos ser imprescindível a promoção de mudanças, nas redes de conversações consolidadas, como estratégia para promover a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da qualificação das relações sociais entre os habitantes e desses com o local em que vivem⁶.

Contudo, voltando aos desafios enfrentados pelo próprio grupo do IPCCIC, antes de propor mudanças nas redes de conversações nos municípios, como a cultura do individualismo ou do consumismo, para citar somente duas, nós, como pesquisadores que nos inserimos nessa necessidade de quebra de paradigmas, pretendemos mudar nossa própria rede de conversação. Iniciamos a dura tarefa de discutir e dirimir os efeitos dos nossos preconceitos restritivos como, por exemplo, “as decisões precisam ser estritamente racionais”. A racionalidade nunca deixou de ser elemento estruturante na construção do conhecimento a que nos propusemos, mas, em nenhum momento, permitimos que as nossas luzes da emoção e intuição fossem apagadas.

Esse processo de autoconhecimento e transformação, pelo qual passamos, não somente como pesquisadores, mas também no duro aprendizado de nos tornarmos cidadãos cocriadores, poderá ser observado ao longo da leitura desta obra.

Voltando à analogia das montanhas, o leitor certamente as perceberá sendo movidas. Observará o conhecimento sendo

gerado e modificado e, o mais importante, captará o exercício de flexibilização constante do grupo, que permitiu que conceitos anteriormente estabelecidos pudessem ser revisados e repensados a cada nova etapa do trabalho.

Para essa tarefa, subimos nos ombros de gigantes. Pensadores de vários tempos, de Aristóteles a Zygmunt Bauman, passando por Hanna Arendt, Boaventura de Souza Santos, Amartya Sen, entre tantos outros em que nos apoiamos.

Contudo, o livro *Os Seis Passos para a Cidade Humana* promove um encontro muito significativo entre Edgard Morin, Humberto Maturana e Otto Scharmer. Juntos, eles fortaleceram uma prática de campo. O economista Otto Scharmer⁷, com sua Teoria U e o modelo de sociedade 4.0; o antropólogo e filósofo francês, Edgard Morin⁸ e sua proposta de uma nova via sem necessariamente estar focada no crescimento ou desenvolvimento; e o neurobiólogo chileno, Humberto Maturana⁹, sempre ao lado de outros parceiros de pesquisa, com a biologia do conhecimento e as redes de conversações.

O tempo todo, o exercício foi o de pensar, a partir deles, diante de cada desafio proposto. Permitimo-nos conectar a Filosofia com a Ciência Política, em uma ciranda de saberes, fazendo com que em todos os momentos uma considerasse a outra.

Um exemplo é a abordagem sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), organizados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Inicialmente, os ODS seriam um guia da estruturação deste livro. Pretendíamos responder “como” alcançar cada uma das metas estabelecidas pela ONU, particularmente para os municípios brasileiros. Todavia, muito cedo, percebemos que víamos apenas a ponta do *iceberg*. Seguir a trilha dos ODS nos levaria a um lugar histórico já conhecido. Por isso, era preciso mergulhar fundo, em busca da base ¹⁰.

Quando a resposta se apresentou em um silogismo, o desafio passou a ser o de ir além. Para o grupo, os ODS não serão cumpridos

se as cidades não forem humanas. Essa conclusão causou uma inflexão. O tema sobressaiu e o foco foi redirecionado. Em uma dança de causas e consequências, o desejo mais ávido deste trabalho foi atingir as causas e eliminar as consequências, fazendo com que, no futuro, não mais seja necessário criar agendas regulatórias.

Ao fim e ao cabo, lançamos mão das nossas pesquisas de campo, dos estudos teóricos e das experiências coletivas e individuais de cada membro do grupo, para compor esta obra, que oferece trilhas de aprendizado e ação para serem compartilhadas por gestores públicos e membros da sociedade civil.



PASSO 1

Ser humano em primeiro lugar

Adriana Silva
Mônica Jaqueline de Oliveira
Marcello Alves Nakaishi

A sentença apresenta-se tão óbvia, que causa, de imediato, certa estranheza. E suscita reflexão para tirar da assertiva seu real sentido. Paira a dúvida: O que haveria de mais importante na Terra que o próprio ser humano, para que não seja colocado em primeiro lugar? Tudo gira em torno do ser humano. Certo? Errado. Colocar o ser humano em primeiro lugar, nos tempos de hoje, significa, muito frequentemente, fazer diferente o que vem sendo feito pelo próprio ser humano. Essa incongruência é que torna o simples, complexo, e exige outras e novas reflexões.

É necessário compreender a semântica que organiza os conceitos: humano, humanizado, humanidade, humanista, inumano e desumano. Entretanto, sem o devido espaço e a intenção de promover um debate mais aguerrido, anunciamos trabalhos que respaldam o aprofundamento. Aristóteles¹ contribui com a definição de que todo ser vivente é *zoé*, possui vida nua, tem mera existência biológica e acrescenta que aqueles dotados da linguagem, os humanos, passam a ter existência política e se tornam *zôon*, animal político. Dele, então, guardamos o conceito de que o humano é o ser vivo qualificado pela linguagem.

A partir deste silogismo, poderíamos avançar construindo os opostos. Mas não é tão simples assim. Michel Foucault, que trabalhou a relação entre o poder e o conhecimento como forma de controle social; Hanna Arendt, autora da obra *A Condição Humana*, e Giorgio Agamben, pesquisador do *Homo Sacer*² (homem sagrado), são três filósofos, entre os muitos que problematizam a existência humana. Cada qual, partindo de seus estudos, acrescentam variantes para a análise dos conceitos de humano e inumano.

Com base em Foucault e Arendt, Agamben conclui que os tempos modernos vêm, progressivamente, reduzindo os seres humanos a uma vida nua, que não é nem humana, nem animal. Ele escreve sobre um tipo inumano de vida que existe no limite das categorias éticas e políticas.

Esta introdução foi necessária para traçar um ponto comum a partir do qual seguiremos. Afirmamos que a ideia que nos torna humanos é nosso viver como seres de linguagem, certos, ainda segundo ele, de que a linguagem não pode ser usada como ferramenta para a revelação desse mundo, porque, ao contrário disso, “é dentro da própria linguagem que o ato de conhecer, na coordenação comportamental que é a linguagem, faz surgir um mundo³”; fazemos correlações entre o humano, seu coletivo político, humanidade que, humanizada pela linguagem, estabelece conexões a partir de pontos comuns: cultura, geografia, descendência, crenças, hábitos, modos de vida.

Para viver com qualidade, esse coletivo requer, por meio de sua prática política, condições de vida humanitária – saúde, alimentação, moradia, segurança, educação. Que a ele seja oferecido bem-estar, de maneira indireta, pelos governos, ou diretamente, a partir de oportunidade de trabalho que lhe permita conseguir a renda necessária para adquirir os bens e serviços que garantam sua satisfação e dignidade. A restrição a esse bem-estar e a essa condição digna torna a vida desumana. O ápice dessa relação surge com a definição de inumano como o ponto limite do humano nos campos da ética e política.

Ainda que aparente derivações, cada conceito carrega em si sua particularidade e a política, conforme Foucault e Arendt, transita como ponto comum pela presença ou ausência. É de dentro do campo da política que construiremos o conceito que baliza a primeira dimensão da cidade humana: SER HUMANO EM PRIMEIRO LUGAR.

Exemplos contrários

Olhar ao redor e observar. Rapidamente, poderíamos descrever exemplos em que o ser humano não é colocado em primeiro lugar no momento da tomada de decisão e na materialidade da ação política e, nesse caso, trata-se do conceito em si e suas derivações

econômicas, sociais, ambientais e culturais. Para conduzir o debate, escolhemos exemplos que alarmam pelo rigor de crueldade. O primeiro, de abrangência mundial, segue narrado no documentário, produzido em 2003, intitulado originalmente *Fire in the Blood*, traduzido como *Fogo nas Veias*⁴.

Um entrevistado inicia dizendo que “era uma crise de humanidade. As pessoas não estavam vendo a magnitude do problema. Deixaram de ser humanos por um momento”. Essa expressão exige reflexão. A assertiva confere a existência, ainda que temporal, de um ser dotado de linguagem que se torna não humano. O ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, afirma, na sequência, que “é normal para as pessoas nos países ricos decidirem como vai ser. Elas não têm que morar em vilarejos e ver gente morrendo feito mosca”.

O filme mostra como empresas farmacêuticas e o governo americano bloquearam agressivamente o acesso a medicamentos de baixo custo para o tratamento da Aids aos países da África do Sul, nos anos posteriores a 1996, provocando dez milhões ou mais de mortes desnecessárias. Identificado como “o crime do século”, as grandes companhias impediram que os remédios fossem fabricados em suas fórmulas genéricas e vendidos mais barato.

Esse é um severo caso em que o ser humano não foi colocado em primeiro lugar. Com a justificativa da lógica do mercado, da livre concorrência, da coisificação do ser humano, a instituição financeira ditou as regras, como protagonista incentivada pelo dinheiro, em detrimento das vidas que não foram salvas. O poder do mais rico prevaleceu às custas da morte dos mais pobres. Pessoas distantes umas das outras. Todas humanas, ainda que a tragédia ilustre a possibilidade de ações inumanas.

Em relação ao Brasil, vários exemplos podem ser narrados. Escolhemos dois descritos inicialmente no artigo Mistanásia e as Ações Desumanas do Ser Humano: dos Campos de Concentração Nordestinos ao Holocausto Brasileiro. Marcos Tadeu Garcia Paterra,

psicopedagogo pela Universidade Federal da Paraíba, descreve o ocorrido entre 1877 e 1879, anos da mais forte seca até então vivida no nordeste. A falta de chuva endurecia a terra, e, então, nada brotava. Sem a água, sem o verde, primeiro morriam os rebanhos, depois os seres humanos. A migração dos campos para os grandes centros foi a única alternativa para muitas famílias nordestinas.

Os moradores dos grandes centros, com medo de saques, sentindo-se acuados, espremidos pelos muitos retirantes que chegavam às cidades, reavaliavam o conceito de humanidade. Capitais como Fortaleza/CE, por exemplo, de 21 mil habitantes, em 1872, ultrapassou 130 mil⁵. E isso não foi tudo. Os novos moradores dos centros urbanos levaram com eles o vírus da varíola, deixando a todos em pânico.

Quando a situação voltou a acontecer, em 1915, a comunidade se comportou de outro modo. O governo cearense criou os primeiros currais, muito parecidos com os campos de concentração. E aí confinaram milhares de pessoas, impedindo-as de chegarem à capital. Com a alimentação e a água em doses controladas, os fugitivos da seca foram pegos pelos soldados do Exército. Rodolpho Theóphilo⁶ estudou a tragédia daquele ano. Segundo ele, os campos só foram desativados depois que o povo foi orientado a migrar para a Amazônia.

A história repetiu-se em 1932, com uma nova, forte e duradoura seca. Privados do direito de ir e vir, os refugiados do clima foram tratados como animais que falavam. Prevaleceu o poder de posse anterior dos habitantes das cidades. Criou-se uma derivação escalonada do conceito de humano, e o tratamento a alguns pôde ser um pouco menos humano.

O segundo relato de exemplo contrário à primeira dimensão da Cidade Humana está descrito no trabalho da jornalista Daniela Arbex, publicado em livro, em 2013, e produzido em documentário em 2016, veiculado pela HBO. Ela narra a trajetória do Hospital

Psiquiátrico Colônia, de Barbacena/MG, fundado em 1903. Por muitos anos, a precariedade no atendimento não foi conhecida, até que, em 1980, o psiquiatra italiano Franco Basaglia, considerado o pai da desinstitucionalização e da luta antimanicomial, comparou a instituição a um campo nazista.

Arbex relatou, ao grande público, questões que já eram conhecidas por aqueles que pesquisam, ou atuam com políticas de saúde, desde os anos 1970. Apresentou que, em 1961, apesar de possuir somente 200 leitos, o hospital concentrava cinco mil pacientes. A maioria chegava na cidade levada pela estrada de ferro. Era comum os moradores do lugar e os funcionários do manicômio anunciarem o trem dos loucos. A barbárie era ainda maior. Denúncias deram conta de que a instituição não recebia somente pessoas com problemas mentais. Entre 1960 e 1970, anos de repressão no País, eram levados ao hospital “pessoas não agradáveis”, entre elas, opositores políticos, prostitutas, homossexuais e mendigos.

Ainda segundo Arbex, estima-se que 60 mil pessoas podem ter morrido naquele local. Os documentos pesquisados por ela revelam que, diariamente, morriam pacientes. Às vezes, 16 no mesmo dia. Entre os registros, o escândalo da venda de cadáveres. Faculdades de Minas Gerais e de outros estados adquiriam corpos para serem estudados nos cursos de Medicina. A jornalista declara ter encontrado 1.853 documentos de venda com pagamentos variados. Alguns no valor de duzentos reais.

O caso de Barbacena é revoltante, mas é apenas mais um, dentro de uma política pública de saúde que não coloca o ser humano em primeiro lugar. Esse tipo de tratamento multiplicou-se por vários lugares: o Hospital Santa Tereza, em Ribeirão Preto; o Juqueri, em São Paulo; o Hospital Psiquiátrico do Rio de Janeiro, onde atuou Nise de Silveira; e tantos outros.

De volta ao começo, ainda a mesma questão: O que haveria de mais importante na Terra do que o próprio ser humano, para não

fosse colocado em primeiro lugar? Tudo gira em torno do ser humano. Certo? Errado. Ao escolher um ser humano em detrimento de outro, toma à frente um; ou um grupo de homens; ou uma, ou um grupo de mulheres; ou, ainda, um grupo de seres humanos, deixando para trás, ou de lado, outro ser humano, ou um grupo.

Os homens e as mulheres podem agir, no limite da política e da ética, de maneira inumana, ao privilegiarem um, ou um grupo, desconsiderando a humanidade do outro. Não se trata de uma maldade intrínseca e sim da necessidade criada por um sistema massacrante, que nos leva a ser absolutamente focados em nossos individuais dramas cotidianos. Essa discussão é bastante aprofundada na obra *Eichmann em Jerusalém*⁷, quando delinea o conceito de banalidade do mal.

Assim aconteceu com os donos das grandes companhias farmacêuticas dos Estados Unidos da América (EUA), no final da década de 1990. Assim ocorreu com os líderes políticos do Ceará, em 1932, ao impedir que os migrantes habitassem as cidades. Assim foi com os funcionários e gestores do Hospital Psiquiátrico Colônia de Barbacena, por muitos e longos anos.

Quando o ser humano escolhe salvar um de sua espécie às custas da morte de outros, seja por dinheiro, segurança, ou determinação de terceiros, quebra-se um elo da igualdade humana. O pior se expõe. George Orwell fez translúcida essa relação, ao criar *A Revolução dos Bichos*. Depois de tomar o poder, os porcos que repudiaram os humanos, ocuparam o mesmo lugar. Proferiram as mesmas sentenças. Sentaram-se à mesa erguendo-se sobre duas patas. Mudaram os hábitos. A frase cravada no final do romance não deixa dúvida. Ao afirmar que “uns são mais iguais que outros”, Orwell coloca, na boca dos porcos rebelados, a crítica da existência de um desnivelamento da sociedade. Faz a intersecção da política com o poder. Nesse cruzamento é que a humanidade tem se perdido, ao longo do percurso histórico.

Colocar o ser humano em primeiro lugar, em busca de se viver em uma Cidade Humana é, na atualidade, uma condição sem ressalvas. Trata-se de uma necessidade premente. O desafio é apresentar possibilidades de que isso aconteça em curto espaço de tempo. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem colocado em evidência propostas sistematizadas. Fez isso quando da criação dos Objetivos do Milênio, defendendo propostas que não foram cumpridas no prazo determinado e, mais recente, com a apresentação da Agenda 2030, e a organização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas.

Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A busca pela Cidade Humana é uma demanda a ser alcançada em qualquer momento da trajetória da humanidade. Hoje, enquanto você lê este livro, ou nos próximos anos. Por força do hábito, às vezes, durante explanações sobre a definição de Cidade Humana e seus vários estágios, era comum usarmos a expressão: Queremos uma Cidade mais Humana. Até que houve o entendimento de que a sentença permitia a existência de uma Cidade menos Humana. A partir dessa percepção, a assertiva nunca mais foi empregada. Não é possível, nesse momento histórico, passados tantos anos da humanidade na Terra, que haja espaço para a aceitação de uma Cidade que não seja totalmente humana.

Para o IPCCIC, estudar os pilares que sustentam o conceito e a prática de uma Cidade Humana é anterior ao debate sobre os ODS. A conexão entre as duas pautas se deu como exercício para entender como ambas se complementam, ou se apoiam. Um ano refletindo e estudando o processo social nas cidades, levou à conclusão de que os ODS não serão alcançados até que as Cidades não sejam Humanas.

Entre os 17 ODS apresentados pela ONU, alguns dialogam

diretamente com a questão aqui abordada. Se os seres humanos tivessem sido colocados em primeiro lugar, no tempo que já passou, não seriam necessários nenhum dos ODS. As pautas políticas seriam outras. Talvez estivéssemos, neste momento do século XXI, vivendo os dias anunciados pelo historiador Yuval Noah Harari em *Homo Deus*, uma Breve História do Amanhã⁸, com demandas pautadas na busca pela vida eterna; na felicidade como condição cotidiana e na aproximação da divindade.

Se as relações planetárias tivessem sido instituídas a partir da ideia do ser humano em primeiro lugar, não haveria pobreza discrepante na Terra. Importante frisar que o silogismo proposto imediatamente acima, quase como uma equação: Ser humano em primeiro lugar, sobre política planetária, igual erradicação da pobreza, não equivale a uma defesa de sociedade organizada em regime comunista. Longe disso, até porque trazer tamanho grupo de despossuídos para o sistema de produção, consumo e geração de empregos, gera inúmeras possibilidades ao capital.

O silogismo simplesmente defende que a existência de pessoas em bolsões de pobreza é uma decisão política e não uma causa natural. Seguindo esse raciocínio, ao propor a erradicação da pobreza (ODS 1), a ONU pressupõe a possibilidade de cumpri-lo, deixando aparentes respostas possíveis para o problema.

Nessa mesma linha de raciocínio, se o ser humano estivesse em primeiro lugar, não haveria uma única espécie passando fome. Em 2018, foi anunciada a existência de mais de 800 milhões de pessoas vítimas da fome. Também aqui, já anunciou aos quatro ventos, o geógrafo Mellhem Ada 9, a decisão em promover a Fome Zero (ODS 2) é política. Sem pobreza e todos alimentados, a oferta de bem-estar e a manutenção da saúde (ODS 3) se tornariam metas próximas de serem cumpridas.

Com a elevação do ser humano ao primeiro lugar, a realidade vivida na África, no começo do milênio, e a selvageria das empresas

farmacêuticas americanas não seriam práticas aceitáveis. A busca do lucro e da reserva de mercado não se sobreporia ao bem-estar do ser humano. Essa relação estende-se, por exemplo, ao uso de agrotóxicos; à industrialização forçosa dos alimentos; à taxaço de vacinas e medicamentos; entre outras atividades contrárias à oferta de saúde aos povos do mundo.

Se o ser humano vem em primeiro lugar, proporcionar sua formação é uma condição relevante e prioritária. Abrir as portas da Educação com Qualidade (ODS 4), de maneira que todos possam acessá-la, é ação estruturante. E que se anuncie que, na Cidade Humana, a Educação se dá em múltiplas formas, conforme será mostrado no passo seis.

A relação entre “colocar o ser humano em primeiro lugar” e a Agenda de 2030, pode ser vista no ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; a aceitação do ser humano em primeiro lugar faz-se alicerce no processo de implementação de políticas que garantam a meta. O campo do trabalho é vasto e bastante hierárquico. A verticalidade é o sentido mais exposto, deixando muitos postados bem na linha próxima ao chão e outros, poucos, desfilando no ponto mais alto da pirâmide. Os que seguem encostados na primeira linha debaixo, muitas vezes são oprimidos pelo peso de toda a sociedade organizada acima e, sem espaço de adequação, começam e terminam a vida no mesmo lugar.

A redução das desigualdades (ODS 10) concentra os temas anteriormente apresentados. A afirmação única que sustenta a conexão entre as duas pautas, nesse caso, é a de que as desigualdades são políticas, não naturais. Minimizá-las ou suprimi-las, portanto, é uma decisão que cabe aos próprios seres humanos, incentivados por aqueles da espécie que ocupam cargos de poder. Só não será assim, se alguns não estiverem em primeiro lugar.

Ao apregoar que a vida se dê de maneira justa e pacífica (ODS 16), está sendo proposto um código de convivência. A justiça e a paz

são elementos da relação de um ser humano com outro, ou na sua forma coletiva. É a escala, uns acima e outros abaixo, que sustenta a possível injustiça e guerra. Se o ser humano estiver no primeiro lugar, antes das vantagens, das crenças religiosas, do lucro, da terra, a vida justa e pacífica se viabiliza.

Talvez, todas as ideias apresentadas até o momento, não tenham sido suficientes para certificar o leitor da possibilidade da existência de cidades humanas, que coloquem o ser humano em primeiro lugar. Talvez ainda faltem exemplos claros e ilustrativos de como o processo de instauração dessa cidade se dá na prática e no dia a dia. Afinal, há muito tempo, a unidade de medida que qualifica uma proposta deixou de ser somente o seu referencial teórico bem estruturado. O que de fato valida, nos tempos práticos, uma tese, é sua narrativa do potencial de execução. Ou seja, a descrição do processo, de maneira clara, objetiva e didática.

Colocando o ser humano em primeiro lugar

A língua, a mesma que faz do ser, humano, é provida de características autoexplicativas. O gerúndio empresta, à palavra, movimento. Colocando o ser humano em primeiro lugar, anuncia ação, percurso, fazer contínuo. Este é o compromisso assumido. Entretanto, a complexidade da demanda exige referências. Uma narrativa de como proceder sem embasamento deixaria frívola uma proposta rica construída pelos pesquisadores, autores deste livro.

A construção dos seis passos que levam à Cidade Humana não foi um processo estancado. A definição de cada um deles se deu a partir da reflexão em conjunto, de maneira transdisciplinar, correlacionando, o tempo todo, referencial teórico e vivência. Da prática, foram subtraídas falas de atores sociais em um processo apurado de escuta. O debate analítico do grupo é estruturante, ao propor colocar de pé uma tese. Por isso, resumir é um risco, mas necessário para condensar, em papel, essa experiência.

Algumas perguntas balizaram o colegiado, no momento de organizar a produção. O que é colocar o ser humano em primeiro lugar, foi a primeira. Decididos a fazer isso, como operacionalizar, foi a segunda. A certeza de que não se tratava de algo simples, ou fácil, não fez com que o grupo recuasse. Estava clara, para todos, a necessidade de assumir alguns riscos, em especial, o da crítica. Isso não removeu os pesquisadores de seu propósito: pensar mecanismos para viabilizar que o ser humano fosse colocado em primeiro lugar. Era certo para todos que esse tema não estava na pauta dos gestores públicos, para quase todos eles, a proposta transborda Filosofia e expõe impraticabilidade.

No campo da teoria, Edgard Morin, com sua obra *A Via*; Humberto Maturana e seus muitos textos sobre a rede de conversação e o Amor; Amartya Sen e Bernardo Kliksberg, com seus artigos organizados na obra *As Pessoas em Primeiro Lugar*; e Otto Scharmer, com a *Teoria U*, sustentam o que segue aqui apresentado.

Essa produção teórica, reflexiva, entretanto, é desafiante e suscita uma terceira pergunta: Se importantes intelectuais apresentaram o tema, qual seria o ineditismo dessa nova formulação? A indagação foi opressora e motivante na mesma proporção. Ao final, a certeza. Significativa parte do referencial organizado pelos autores antes citados, ficou no campo do debate.

Otto Scharmer, menos do que os demais, já que mantém expressiva atividade nos meios de execução, na sociedade e poder público constituído. Nos outros casos, muito do “dito” por Morin somente morou nos livros. Não se trata de crítica ao autor, visto o seu lugar de produção. Quanto a Maturana, seu texto segue balizado em suas pesquisas de campo e há registro de muitas escolas que adotam sua proposta pedagógica, mas não há inserção do seu saber como prática no cenário político. A proposta deste estudo sempre foi sustentar-se em referenciais e apresentar caminhos de aplicabilidade.

Nesse sentido, Scharmer foi muito importante. Suas aulas em

formato de oficinas difundem o conhecimento instrumentalizando os participantes à prática transformadora.

O que é preciso saber para colocar o ser humano em primeiro lugar?

Para colocar o ser humano em primeiro lugar, é preciso, antes de tudo, o desejo de fazê-lo. Depois, é necessário promover algumas ações para reverter a realidade contrária. O desafio está em concluir que recortes sociais pequenos não se alteram sem que complexos sistemas sejam transformados. É fato que muitas iniciativas seguem vinculadas ao consolidado poder, mas a proposta aqui é compreender a cidade como cenário, recortando o campo social para bem próximo do agente transformador. Se a cidade for do tamanho de um país, como São Paulo, por exemplo, sugere-se que as medidas sejam aplicadas de maneira escalonada, quando for o caso.

Metodologicamente, para dar o primeiro passo rumo à Cidade Humana, é fundamental promover uma conexão temática. Ao conceber os pilares desse modelo de cidade: (1) ser humano em primeiro lugar; (2) cidadão cocriador; (3) senso de comunidade; (4) religação entre ser humano e meio ambiente; (5) Economia Cocriadora; e (6) educação em múltiplas formas, um sétimo tema fica flutuando. Não foi um item compreendido pelos pesquisadores depois das leituras e escutas promovidas a partir de buscas de conteúdos previamente organizados. Foi um tema que emergiu surpreendendo o colegiado. E quebrou um pressuposto.

Ao longo de uma atividade de campo, imaginou-se que o público envolvido apontaria a educação, ou a família, como fatores importantes na mudança social. Mas o grupo pesquisado referenciou o AMOR. Primeiro, pensou-se em colocá-lo como um sétimo pilar, mas seus benefícios precisavam ser derramados por todos os demais. Depois, houve quem defendesse que o amor fosse ignorado, dada a delicadeza de sua abordagem. Havia, naquele momento,

receio de falsa interpretação ou equívoco de compreensão do que significava o uso do conceito. Somente muito tempo depois, posterior a estudos e debates, o sentimento foi traduzido como atitude pedagógica. Concluiu-se, assim, pela organização dos seis pilares, conforme anunciado acima, sustentados pelo Amor como atitude pedagógica. E assim se consolidou esse processo.

Todos os passos, então, seguem imbricados e o Amor não se ausenta. Para colocar o ser humano em primeiro lugar, é necessário, portanto, depois do desejo de fazê-lo, a adoção de medidas banhadas de generosidade, fraternidade; fator maior de alteridade que advém da contenção do egoísmo; espelhamento do Amor posto como atitude pedagógica, ou seja, que o Amor esteja presente em todas as ações de formação, do conhecimento técnico, aos hábitos e costumes, pautando as decisões transformadoras. Assim como se verá no passo seis.

Algumas conclusões vão sendo apresentadas, ao longo do texto. Anteriormente, afirmamos que os ODS não serão cumpridos dentro da Agenda 2030, se a Cidade não for Humana. A Cidade não será Humana se não colocar o ser humano em primeiro lugar. O ser humano só será colocado em primeiro lugar se o Amor, como atitude pedagógica, permear os campos do fazer político. E aqui reside o grande obstáculo de nossa percepção de conhecimento materializado pela razão pós-revolução industrial que, ao longo dos séculos XIX e XX, consolidou a ideia de conhecimento especializado e fragmentado, que só é academicamente aceito se for eminentemente racional e exato. Esse olhar para o mundo, no geral, e para as políticas públicas, em particular, é que transforma os mortos pelo vírus da Aids ou os internos do Hospital Psiquiátrico da Colônia de Barbacena em acidentes de percurso ou danos colaterais do sistema.

Condensando um conhecimento que vem sendo contemplado por séculos no Humanismo, Renascimento, Franciscanismo, Budismo, e muitas outras escolas, Humberto Maturana e Francisco Varela¹⁰,

vindos da biologia, reafirmam o papel do Amor nas relações humanas. Afirmam que sem Amor, sem aceitação do outro, não há socialização, e nem humanidade. Os seres humanos pertencem ao presente de uma história amorosa, não de agressão ou competição¹¹. O Amor, para ambos, é que causa a emoção, que funda o social, como o âmbito de convivência no respeito por si mesmo e pelo outro. Quando discutem ética, os autores asseveram que a ética e a espiritualidade não têm a ver com a razão, mas com a emoção. Para eles, o Amor é a emoção que funda a preocupação ética.

No campo das relações, pensando na vida em comunidade, como veremos no passo três para a Cidade Humana, não é possível seguir sem conceber a cooperação. Nesse caso, Maturana e Rezepka afirmam que a cooperação só ocorre no Amor devido ao fato de requerer confiança e aceitação mútuas. Acrescentam que a cooperação é central, na maneira humana de viver.

Fazendo uma contraposição entre ambientes que suscitam o Amor e o campo da política, para onde queremos encaminhar, os autores explicam que a existência política destrói a intimidade, devido ao fato de não estar fundada no Amor, e qualquer confiança que haja nela é transitória, porque é instrumental, no plano político.

É preciso acreditar na possibilidade de o Amor ser um elemento presente, no campo da política. “L’Amor che move il sole e l’altre stelle”, disse Dante Alighieri, nas últimas palavras da *Divina Comédia*.

Sim, o Amor é a força que move.

Em outra obra, Maturana e Gerda Verden-Zoller¹² ponderam sobre acreditar que a história da humanidade seguiu a trajetória do emocionar. Em especial, seguiu o curso dos desejos, e não o da disponibilidade dos recursos e oportunidades naturais, ou a trilha de ideias, valores e símbolos, como se esses existissem por si próprios.

O humano constitui-se no entrelaçamento do emocional com o racional, fazendo com que o caminho que leva à ação não seja a razão, mas a emoção¹³. E que a emoção fundamental, que torna

possível a história da hominização, aquisição do caráter, ou atributos distintivos, é o Amor. Comunidades humanas, fundadas em emoções diferentes do Amor, estarão constituídas em outros domínios de ações, que não são os da colaboração e do compartilhamento, em coordenações de ações que não implicam a aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, e não serão comunidade sociais¹⁴.

De volta à conclusão de que o ser humano só será colocado em primeiro lugar se o Amor, como atitude pedagógica, permear os campos do fazer político, é preciso compreender como isso pode se dar na prática.

Uma pactuação importante para seguir, é que as ações previstas para o cumprimento do passo um foram pensadas para a gestão das cidades. Uma proposta de gestores que valorizem a importância das relações de proximidade, diante da crise planetária, é uma crise da própria humanidade, que não consegue atingir o estado de humanidade¹⁵. Reforçamos a importância de ações que sugerem aproximação, voltadas à solidariedade e reumanização das cidades.

Por fim, trata-se de tese defendida pela equipe de que as mudanças iniciadas pelas cidades devem promover efeitos ondulatórios¹⁶, atingindo, posteriormente, outras e maiores extensões. Uma segunda pactuação foi apresentada pelo economista Amartya Sen¹⁷. O estudioso sugere que ver as pessoas somente em termos de suas necessidades, pode nos proporcionar uma visão um tanto acanhada da humanidade. Dessa forma, é preciso conceber o ser humano em um macro ambiente e em sua forma mais complexa, seja como cidadão político, ou como indivíduo emocional.

Uma base para todos os passos

Do primeiro ao sexto passo, apoiados no Amor como atitude pedagógica, a trajetória a partir de onde estamos, para a Cidade Humana, apresenta propostas comuns no modo de seguir. Para cada passo, foi concebida uma trilha, mas construiu-se uma base linear,

que precisa ser assimilada como condição primeira para os avanços que se deseja.

Não é pouco comum as pessoas concluírem, muitas vezes sem qualquer reflexão, que problemas micros e macros se sustentam na formação cultural: Chegar sempre atrasado é uma questão cultural. Brasileiro não tem a cultura de fazer doações. A lei da vantagem (lei de Gerson) tornou-se cultural, todos a seguem. Deixar tudo para a última hora, faz parte da cultura do brasileiro. Isso para citar assertivas locais. Enquanto seres do mundo, outras afirmações traduzem atitudes concebidas como cultural: O futuro do mundo está nas mãos dos jovens. Crescer para se desenvolver. Os mais caros são os melhores. O sucesso está nas grandes cidades.

Sentenças verdadeiras, ou falsas, não importa aqui. O que está em jogo é que as assertivas nos representam e muitas vezes nos sentenciam. A ponto de não nos importarmos em nos atrasar, ou condicionar nossa felicidade em viver em uma grande cidade.

Como já mencionado, é a linguagem que faz do ser, humano, e é na linguagem que a maior parte dos nossos problemas habita. Para muitos, a afirmação categórica logo acima pode parecer reducionista, ingênua, ou mesmo inocente. Mas está posto que questões culturais enrijecessem uma cidade, uma nação e, porque não, o planeta. Desde as mais simples, que explicam comportamentos cotidianos, às mais complexas, que levam à guerra, como a cultura religiosa.

A transformação das localidades em Cidades Humanas passa, necessariamente, por uma revisão das questões culturais. Como, por exemplo, a divisão proposta entre sociedade e poder público, em que um rivaliza com o outro; a definição de que uns estão para servir e outros para serem servidos; a categorização de pobres e ricos, que ultrapassa o acúmulo de recursos financeiros e extrapola para o campo do caráter, das habilidades, da inteligência, da moral; definições geográficas (norte e sul), que sedimentam oportunidades

delimitando a área de atuação para os que vivem mais ao norte ou a leste da cidade. Em alguns casos, formatações culturais se confundem com rótulos. Esses também são culturais e, ao serem aceitos, consolidam possíveis mentiras em possíveis verdades e vice-versa.

Se pactuarmos que sim, padrões culturais são definitivos em muitos casos para garantir a manutenção de problemas, e a pergunta imediata a ser apresentada é como mudar a cultura. Bernardo Kliskberg¹⁸ questiona porque a cultura é fundamental para o desenvolvimento. Ele segue indagando: Faz sentido “perder tempo” refletindo sobre a cultura? As atenções não deveriam se voltar apenas para os temas econômicos duros? E, na mesma sentença, responde que se não incluirmos a questão cultural¹⁹, dificilmente compreenderemos o que aconteceu na América Latina e o que pode, ainda, acontecer.

O autor pondera sobre o campo da Economia e a ele voltaremos no quinto passo. Entretanto, sua abordagem, aqui, intenciona mostrar que negligenciar a cultura pode nos fadar ao insucesso das mudanças sociais pretendidas.

Para mudar a cultura, quando esta não nos acalenta, ou não permite a exibição do que há de melhor em nós, mas o contrário, é importante compreender seu campo de abrangência. Essa trajetória pelo tema será conduzida pela ideia de que a cultura é uma rede fechada de conversações²⁰. Ele valida que as mudanças culturais acontecem como modificações das conversações nas redes coloquiais em que vivem as comunidades que se modificam. E apregoa que tais mudanças comunitárias surgem, sustentam-se e mantêm-se mediante alterações no ato de emocionar os membros da comunidade, a qual também se modifica.

Quanto às questões temporais, a conservação do novo emocionar deve ocorrer por meio das crianças da comunidade. Dessa maneira, o modo como vivemos com nossas crianças é, ao mesmo tempo, a fome e o fundamento da mudança cultural e o mecanismo

que assegura a conservação da cultura em que se vive.

Certo de que nossa existência no conversar nos constitui como seres humanos, Maturana destina preciosa atenção em narrar o processo que institui uma rede de conversação e que a modifica. Ele aprofunda pontuando que essa rede fechada define uma maneira de convivência humana como uma rede coordenada de emoções e ações. Não se trata, em nenhum momento, de emoções particulares, mas de coordenações, no campo do coletivo, aceitas pela coletividade. Para mudar essa cultura que se estabelece em um entrelaçamento específico do linguajar com o emocionar, é preciso transformar essa rede de maneira que deixe de se conversar.

O autor apresenta uma condição para que essa transformação ocorra. Primeiro, é necessário compreender que nossas emoções constituem e guiam nossas ações na vida. Sem essa assimilação, não se tem elementos conceituais para entender a participação de nossas emoções no que fazemos como membros de uma cultura e, consequentemente, o curso de nossas ações nela.

Organizando, até aqui, é correto afirmar que a cultura é uma rede fechada de conversação e só pode ser alterada a partir da emoção. A emoção que estrutura a coexistência social é o Amor. Uma Cidade que se deseja Humana precisa rever sua cultura e promover as alterações da rede de conversação quando essa não compreende que o ser humano deve ocupar o primeiro lugar.

Na prática, é fundamental constituir novas redes de conversação a favor do ser humano. Mas como fazer isso? Segue um exemplo para elucidar a temática. Certa ocasião, um brasileiro visitava a Irlanda e vivenciou um episódio que esclarece muito facilmente como as redes de conversação se estabelecem. Na estação de trem, o homem não entendia porque, apesar de existirem duas catracas, todos passavam por uma só. Então foi perguntar. Qual a diferença entre as duas catracas? O Irlandês respondeu que uma era para quem tinha o dinheiro para pagar a passagem e a outra era para

quem não tinha. Imediatamente, surpreso, o brasileiro seguiu a conversa e questionou como o atendente sabia se quem passava pela catraca livre realmente não tinha condições de pagar. O irlandês não entendeu a pergunta.

Nesse caso, a rede de conversação irlandesa foi construída a partir de princípios de honestidade. A rede do brasileiro estava apoiada na dúvida, na desonestidade. Tanto que o atendente não compreendeu sobre o que falava o brasileiro. Não fazia parte de seus códigos de conversação aquela possibilidade de burlar uma combinação social.

Mudar as redes de conversações que estabelecem a cultura de um lugar, a qual, de fato, se deseja mudar, portanto, é o desafio apreendido no primeiro passo para transformar a cidade e colocar o ser humano em primeiro lugar.

Entre as muitas possibilidades que poderiam ser abordadas, três ganham relevância, no campo das políticas públicas. Na área da Educação, no setor cultural e no sistema de gestão, tornando a abordagem democrática.

Embora o passo dois aborde o cidadão cocriador e suas relações com a cidadania, passando pela democracia, o passo seis focará a educação em suas múltiplas formas, assim, é importante antecipar esses dois temas, pelo vínculo que estabelecem com a prática de colocar o ser humano em primeiro lugar.

Para trocar antigas redes de conversações por novas, é preciso ensinar. E não se trata de simplesmente ensinar a qualquer momento, ainda que isso valha. Refere-se a propiciar a formação correta desde os primeiros anos. Verden-Zoller, que escreve com Maturana, pesquisa diretamente o universo da formação infantil. Ela afirma que a criança que não vive sua primeira infância numa relação de total confiança e aceitação, num encontro corporal íntimo com sua mãe, não se desenvolve adequadamente como um ser social bem integrado. Se as redes de conversações não forem estabelecidas

nesse momento, será muito mais difícil, se vier a ser possível, interiorizar relações profundas de empatia no futuro.

A autora acrescenta que a atenção aos desejos e às necessidades do outro destrói a autoridade (domínio) e cria a amizade (companhia). Quando isso ocorre, a obediência é substituída pela cooperação e a luta se transforma em aceitação e respeito mútuo na coexistência. Para ela, a falta de confiança e o desejo de domínio e controle geram insensibilidade. Só a aceitação do outro implica o desejo de compreensão e é visionária. Mas precisa ser partilhada como forma comum de convivência, desde os primeiros anos de vida. Um olhar para dentro das unidades que, no Brasil, se costuma chamar de Creches, em especial as que atendem aos filhos dos mais pobres e logo se observa que a rede de conversação estabelecida ali não sugere qualquer momento de compreensão do outro.

Uma das pesquisadoras do IPCCIC atuou como educadora do ensino infantil. Em uma de suas narrativas, essa relação ficou plenamente estabelecida. Uma criança, loura, de cabelos muito crespos, ficou emburrada a ponto de não mais participar das brincadeiras e nem mesmo conversar com a professora. Ela insistia em não tirar o capuz do seu agasalho da cabeça e na hora de dormir se cobria toda para que ninguém a visse. A educadora notou, mas sem saber o que fazer, não fez nada.

Um tempo depois, uma amiga, também educadora, na mesma unidade, narrou passagem semelhante com sua aluna. Entretanto, ela percebeu que a menina estava triste porque seu cabelo, sempre embaraçado, evidenciava o não cuidado da mãe. Atenta ao compartilhamento de vivência, a pesquisadora do IPCCIC, naquela sua atividade de professora, resolveu promover um dia para que todas as crianças de sua sala de aula (de 1 a 3 anos de idade) pudessem se embelezar. Levou pente, sabonete, prendedores de cabelo, perfume, e foi cuidando um de cada vez, de todos eles, inclusive da menina emburrada. Depois de ter os cabelos trançados, ela sorriu e

voltou a conversar com a professora.

Verden-Zoller assegura que, de modo inconsciente, ensinamos nossas crianças a não amar, embora o Amor seja a convivência nas ações, que constituem o outro como um legítimo outro na convivência conosco.

Colocar o ser humano em primeiro lugar é promover uma educação que, a partir dos primeiros anos, ensine o autorrespeito. Verden-Zoller é definitiva, ao afirmar que vivemos limitados em nossa identidade individual e social, assim como em nossa consciência de ser, porque não respeitamos a nós mesmos.

As unidades escolares que atendem às crianças na primeira infância das Cidades que se desejam Humanas não podem ser lugares de espera dos pais que foram trabalhar. Precisam oferecer o que as crianças necessitam receber para se desenvolverem confiantes e respeitadas de si mesmas e do outro: Amor. As marcas da infância ficam incrustadas e talvez nunca se saiba que o problema de um adulto que infligiu a lei tenha causa nesse tempo tão anterior ao fato do delito.

Sem o espaço para o aprofundamento, cabe aqui asseverar uma prática. Colocar o ser humano em primeiro lugar é permitir que crianças em sua primeira infância tenham convivência com o Amor. Aprenda-o recebendo e preparando-se para respeitar o outro. Essa é uma nova rede de conversação que precisa ser estabelecida em todas as cidades. Ela contraria as práticas que asseguraram educação a partir do ensino fundamental. A acolhida precisa ser anterior. Ideal seria que os pais provessem seus filhos de Amor, mas na impossibilidade, que as unidades de acolhimento o façam.

Nessa mesma linha, ainda seguindo os passos traçados por Verden-Zoller, é urgente propor novas redes de conversação no campo da cultura. É fundamental transcrever, na íntegra, o que a pesquisadora defende:

numa cultura centrada na produção – como é ou se tornou

nossa cultura ocidental –, aprendemos a nos orientar para a produção em tudo o que fazemos, como se isso fosse algo natural. Nessa cultura, não fazemos apenas o que fazemos. Trabalhamos para alcançar um fim. Não descansamos simplesmente; nós o fazemos com o propósito de recuperar energias; não comemos simplesmente, ingerimos alimentos nutritivos; não brincamos simplesmente com nossas crianças, nós as preparamos para o futuro²¹.

A cultura da produção segue correlacionada com a busca pela novidade. As conversações de competição e criatividade negam o outro, seja de modo direto, no ato de competir, ou indiretamente, quando afirmam que ele carece da criatividade básica, necessária numa sociedade que só sobrevive por meio da busca interminável de novidades.

Mudar a cultura da produção. Rever o princípio do crescimento, substituindo-o pelo envolvimento. Fazer o caminho de volta e reorganizar os próximos passos. Nada será possível, em nenhuma circunstância, sem uma mudança nas redes de conversação. Uma simples e breve conexão verbal com o conceito de fracasso, e a volta aos dias mais simples fica suspensa. É primordial estabelecer revisões que permitam descartar hábitos e modo de vida que não nos significam mais porque nunca nos significaram.

Talvez não sejam mais viáveis turnos de oito horas de trabalho, com tanta gente cansada de um lado e tantos sem emprego do outro. Essa realidade estabelecida nasce de uma rede de conversação. Talvez o ócio de fato possa ser produtivo, sob o ponto de vista de revisão dos hábitos e costumes. Esse tema é tratado por vários autores, desde a antiguidade, que costumavam colocar o *Otium* em complementaridade com o *Negotium*²². Menos tempo de trabalho para a produção de coisas que nem precisam ser produzidas, diante da demanda do consumo consciente, poderia gerar mais tempo

para o acesso cultural, a convivência em comunidade, a prática cidadã. Pessoas felizes não precisam consumir, afirmou o filósofo Serge Latouche²³.

Esse novo modelo exige reengenharias social e econômica. Não está sendo abordada aqui como simples, mas sempre será uma decisão política. A mudança é abrangente; travar novas redes de conversação requer articulação, aceitação, prioridade e compromisso e invariavelmente exige a adesão da maioria. Mas, talvez, não tenhamos outra opção.

O terceiro caminho a ser seguido para que o ser humano possa ser colocado em primeiro lugar é o fortalecimento da democracia²⁴. A democracia não opera como poder, autoridade ou exigências de obediência. Muito ao contrário, ela se realiza por meio de condutas que surgem de conversações de coíspiração, que geram cooperação, consenso e acordos. Em um viver democrático, a cooperação, o compartilhamento e a participação fazem parte do emocioar básico, e a ação a que conduz tal emocioar ante a escassez é a distribuição participativa, não a apropriação.

Existe uma série de formas de conversações que mais frequentemente são adotadas para negar a democracia. Entre elas, as que louvam as relações hierárquicas, de autoridade e obediência como virtudes que asseguram a ordem nas relações humanas. O emocioar que lhe dá origem é o desejo de manter e assegurar o controle dos privilégios apropriados.

A aceitação da existência de privilégio, seja ele de que tamanho for, automaticamente, destrói a possibilidade de o ser humano ser colocado em primeiro lugar. O privilégio sempre será para alguns e, nesse caso, a individualidade corroerá toda a força do coletivo²⁵. Dessa forma, colocar o ser humano em primeiro lugar significa eliminar políticas de privilégios. Uns em detrimento de outros é prática que nunca proporcionará uma Cidade Humana.

Por fim, seguindo Otto Scharmer²⁶, para quem a crise da

atualidade não é só a crise de um líder, organização, país ou conflito isolado, mas a crise do nosso tempo, revela a morte de uma estrutura social e maneira de pensar, um velho modo de institucionalizar e colocar em prática formas sociais coletivas.

Uma trilha a ser percorrida

Recorrendo à objetividade e com o propósito de sermos orientadores, partimos do pressuposto, já anunciado, de que, para uma Cidade ser Humana, é preciso seguir seis passos. Todos eles são de igual poder de transformação, assim, não podemos simplesmente eleger quais cumprir, mas manter-nos apoiados pelo Amor como atitude pedagógica. Sugerimos uma trilha a ser seguida.

Antes de pensar no coletivo, é fundamental preparar cada um para a formulação da nova rede de conversação que se pretende constituir. Aquela rede que permitirá a transição entre o que se tem hoje e a Cidade Humana. O primeiro aprendizado a ser adquirido é o de qualificação do processo de escuta, seguindo a proposta de Otto Scharmer, com base na Teoria U. Ele estabeleceu escalas de escuta organizadas em quatro níveis. Uma instituição como a prefeitura, por exemplo, jamais conseguirá ouvir a sociedade se seus recursos humanos não ultrapassarem as duas primeiras escalas de escuta.

Ponto de partida da trilha para colocar o ser humano em primeiro lugar

1. Qualificar o processo de escuta

Partimos da assertiva de que colocar o ser humano em primeiro lugar é ouvi-lo em qualquer circunstância, sempre. Entretanto, ouvir, nesse campo, não é uma habilidade natural, é preciso aprimoramento. São muitos os fatores que embasam o processo de escuta.

A Teoria U sugere que é preciso silenciar algumas vozes internas para que, de fato, possamos ouvir com profundidade. São três vozes:

(1) a Voz do Julgamento; (2) a Voz do Cinismo; (3) e a Voz do Medo. Um exemplo pode esclarecer, se pensarmos na prefeitura como uma ouvinte que deve escutar a sociedade. Se ela não desligar a voz do julgamento, poderá condenar munícipes como culpados antes de lhes dar a chance de pronunciar-se. A voz do cinismo poderá fazer com que o prefeito deixe de fora aqueles que não são seus correligionários políticos. A voz do medo poderá fazer com que o chefe do executivo não ouse promover uma mudança importante solicitada pela sociedade.

Quanto aos quatro níveis de escuta, o primeiro é aquele em que simplesmente o fazemos pela cortesia; em que parecemos, ao longo da escuta, somente ouvir o que já sabemos; que estamos recuperando, baixando informações. O nível 2, chamado de factual, é aquele em que focamos no objeto. É entendido como o modo base. Quando o ouvinte atinge o nível 3, estabelece-se um certo diálogo e há empatia. No nível 4, difícil de ser atingido, o ouvinte percebe o campo e o faz com a inteligência do coração²⁷.

Ouvir nesse nível proporciona aprendizados supremos. No campo das políticas públicas, essa habilidade permite colocar o ser humano em primeiro lugar²⁸. O processo da escuta torna-se, então, o marco inicial para que, de fato, haja uma movimentação em relação ao ser humano e o institucional.

Pensando na prefeitura como instituição, o saber ouvir se dá em formatos diferentes. O prefeito aprender a ouvir seus pares, dentro e fora da prefeitura, e a instituição dirigida pelo chefe do executivo a ouvir os munícipes.

2. Ofertar espaços de falas

Após o aprimoramento dos níveis de escuta, é preciso ofertar mecanismos de participação para que as falas ocorram. Nesse caso, uma cidade que deseja colocar o ser humano em primeiro lugar precisa propiciar os mecanismos por meio da criação de conselhos,

realização de fóruns e audiências públicas, mas que sejam verdadeiramente democráticos, pois, com o tempo, muitos aprenderam a registrar o evento e não operacionalizar a escuta democrática, nem absorver as contribuições. Quando não, qualificaram-se no processo de participação organizada pelos próprios pares. Algumas instituições criaram suas ouvidorias, mas sem comprometimento. Às vezes, por falta mesmo de habilidade de escuta.

Para organizar esse mecanismo, considerando o caminho em direção à Cidade Humana e a colocação do ser humano em primeiro lugar, é oportuna a defesa de uma estratégia necessária e importante.

Historicamente, no Brasil é conhecido que, a cada quatro anos, no momento das eleições municipais, os candidatos se organizam e apresentam planos de governos para serem avaliados. Não faz parte da cultura brasileira o debate de propostas. Dessa forma, esses documentos, importantes para o estágio da democracia e cidadania ativa, ficam acanhados. Uma Cidade que deseja ser Humana deve desconstruir esse modelo de política a favor de outro mecanismo coletivo. A cidade deve ter o seu plano de gestão e os candidatos devem se comprometer com os itens anunciados.

Além de fidelizar o que a sociedade local deseja para o município, cria também uma proposta de aferição, pois será possível medir quanto o prefeito eleito avançou na proposta apresentada. Todos os candidatos debaterão os mesmos temas já debatidos anteriormente pelos munícipes da cidade.

Para colocar em prática esse modelo de gestão, é preciso muito comprometimento do chefe do executivo em permitir e fomentar, ao longo do seu mandato, a criação desse importante documento. Vaidades, cinismos e medo podem corroer a iniciativa, mas ela é fundamental para que os seis passos rumo à Cidade Humana se consolidem.

3. Mudar o processo de produção

Dentro do processo de produção, segue estabelecido que a

fonte produtora ocupa o primeiro lugar. O ser humano, importante como recurso, não protagoniza as relações e, nesse caso, será necessário interromper as redes de conversações que validam essa prática social. É necessário o debate sobre o tema, em especial, no momento de elaboração do projeto de desenvolvimento de uma cidade, considerando, inclusive, a possibilidade do não crescimento.

Abrir oportunidades de reorganização do campo do trabalho com a possibilidade da inversão dos protagonismos é uma demanda sem negociação para a Cidade que se deseja Humana. Organizar as horas livres; qualificar o tempo ocioso; permitir o ócio criativo, a socialização, a vida em comunidade, são demandas que precisam constar do debate político e da pauta dos municípios.

Essa aceitação exigirá uma releitura da oferta cultural e de lazer. Trata-se de uma nova concepção da vida nas cidades. Ainda que seja necessária a revisão do conceito de crescimento econômico, ou desenvolvimento, como recomenda Edgard Morin, e que será melhor trabalhado no passo quatro. Neste momento histórico, ainda há pertinência, mesmo que restrita, para revisar essa organização societal. Se não for promovida, em muito breve não será mais possível, considerando a falta de componentes sociais adequados.

Mudar o processo de produção exige quebrar uma rede de conversação consolidada. O que só se dará com substituições. Mais, sobre o tema, no passo cinco, sobre a Economia Cocriadora, que sustenta uma proposta capaz de apresentar novas ofertas.

4. Cuidar da primeira infância

Depois de tantos anos fazendo do mesmo jeito, mudar uma rede de conversação exige um vínculo direto com o surgimento das novas gerações. É preciso acertar na educação das crianças para que se possa imaginar a mudança desejada. A maneira como vem sendo feito, simplesmente oprime os jovens, que são responsabilizados pelo futuro, sem que tenham sido devidamente preparados, ao

longo de suas infâncias.

Uma Cidade Humana que coloca o ser humano em primeiro lugar oferece, aos seus munícipes, atendimento de qualidade a 100% de suas crianças. Desde os primeiros anos, até o fim do processo escolar. Defendemos que a educação deseja oferecida em múltiplas formas, concebendo a possibilidade de que a formação ocorra em muitos lugares, mas, no campo da primeira infância, visando à alteração da cultura, por meio do rompimento de uma rede de conversação obsoleta, sempre será necessário o comprometimento prioritário. O modelo de educação, ou prática educacional sugerido, é todo pautado no ensinar a amar.



PASSO 2

Cidadão cocriador

Sandra R. Molina

O conceito de cidadão cocriador surgiu na pauta de pesquisa do IPCCIC como primeira demanda, resultado de uma série de entrevistas, durante uma atividade de escuta¹. Naquele estágio, em 2015, estávamos convencidos de que uma Cidade Criativa, tema de debate para o grupo naquele momento, só seria possível se formada por cidadãos cocriadores. Com o avanço das reflexões, começamos a compreender que a cocriação sugeria uma forma de cidadania relacionada a um modelo de cidade.

Com base nessas pesquisas, uma pergunta passou a guiar o nosso trabalho: Como transformar um cidadão usuário da cidade em cidadão cocriador? Essa questão foi norteadora dos estudos do grupo por muito tempo. Até que, em 2016, ao migrar do conceito de Cidade Criativa para Cidade Humana, como será explicado mais à frente e, dois anos depois, com o aprofundamento de cada um dos passos para se promover a Cidade Humana, essa pergunta foi respondida. Entretanto, para acompanhamento do leitor, é fundamental contextualizar o conceito de cidadania e suas adjetivações: passiva, omissa, plena, ativa, participativa, de papel, herdada...

* * *

A questão da cidadania, no Brasil, que por muito tempo foi objeto de um intenso debate restrito aos fóruns acadêmicos e determinados campos da macropolítica, nos últimos anos, extrapolou esse espaço, ganhando acento nas conversas de bar, nos diagnósticos dos jornais televisivos, além de ser pivô de desinteligências familiares, via aplicativos de celular.

Em sua concepção jurídica², cidadania é, entre outros aspectos, a condição do nacional, que goza de direitos políticos, ou seja, possui o direito subjetivo de votar e ser votado. Já para a ciência política³, a cidadania é composta basicamente de três núcleos de direitos: civis, políticos e sociais, ou seja, o cidadão pleno é aquele que os possui completamente.

A implementação de tais direitos segue caminhos distintos, a

dependem da nação em que estão inseridos e, em determinados momentos históricos, vê-se a presença de alguns deles e a ausência de outros. Devido aos diversos enfoques possíveis dados à cidadania, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho⁴ afirma que o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido.

No caso brasileiro, por exemplo, nos idos da década de 1980, em pleno processo de redemocratização, imaginava-se que, com a nossa democracia uma vez restaurada e consolidada pela Constituição de 1988, teríamos garantida a cidadania. Contudo, diverso do que se pensava, essa discussão sobre os contornos de nossa cidadania tem se tornado fundamental nestes primeiros anos do século XXI.

Em especial, em função de um movimento internacional, iniciado nas décadas de 1980 e 1990, que produziu a instalação de uma nova etapa do capitalismo mundial caracterizada pelo binômio Globalização-Neoliberalismo e que tem provocado a erosão de determinados direitos sociais. Boaventura de Sousa Santos e Marilena Chauí⁵ já apontaram que esse modelo neoliberal de globalização tende a encolher o espaço público, na medida em que progressivamente amplia o espaço privado e terceiriza o trabalho, fragmentando-o.

Com a retórica da meritocracia, da necessidade do exercício do individualismo e da redução do peso do Estado sobre a vida do cidadão, produzimos ‘a desagregação das formas de sociabilidade’ provocando o ‘esgarçamento do tecido social e político’ e construindo indivíduos autocentrados em uma sociedade egoísta que não vê a desigualdade das oportunidades, a concentração absurda da riqueza em parceria com a ampliação vergonhosa da miséria.

Infográfico 1

62 indivíduos Tem a mesma riqueza que os 3,6 blhões de indivíduos mais pobres do mundo.	US\$ 542 MILHÕES O valor do aumento da riqueza dos 62 indivíduos mais ricos desde 2010.	US\$ 1 TRILHÃO A queda na riqueza dos 3,6 bilhões de pessoas mais pobres desde 2010.
1% Desde 2000, a metade da população mais pobre do mundo vem recebendo somente 1% do aumento da riqueza global,	50% O montante do aumento da riqueza global desde 2000 recebido pela 1%.	\$ 3 O aumento no rendimento médio anual dos 10% mais pobres no mundo.

Fonte: Oxfam, Relatório 2016. Redesenhado. Original disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2019.

Atualizando os dados para 2019, após pesquisa com cerca de 70 mil pessoas, em dez países, a organização não governamental inglesa Oxfam emitiu o Relatório Compensem o Trabalho e não a Riqueza, que trouxe os seguintes dados: Para o ano de 2018, computou um novo bilionário a cada dois dias, e 82% da riqueza mundial gerada ficou nas mãos do 1% mais rico. Para os 50% mais pobres, nada sobrou. Essa movimentação econômica, proporcionalmente, seria suficiente “para acabar mais de sete vezes com a pobreza extrema”⁶.

Como se constata, a instalação progressiva do binômio mencionado associou-se às implicações econômicas da crise mundial iniciada em 2008 e, no Brasil, ganhou contornos mais fortes com o retorno da inflação, aumentando os índices de desemprego e insegurança social, além do desgaste de instituições consolidadas, como a Petro-

bras; denúncias de corrupção atingindo vários partidos políticos; e o impeachment presidencial, ocorrido em 2015. O que não é um caso específico brasileiro, afinal, vale lembrar que um grande número de países europeus tem taxas de desemprego iguais ou maiores do que as registradas no Brasil.

O resultado que observamos até o momento é um senso comum, a acusar recorrentemente o povo brasileiro, de uma cidadania passiva e, em alguns aspectos, até omissa. Contudo, essa é uma percepção rasa e simplista. Nossa capacidade de organização enquanto Nação já foi testada antes. Em especial, nos estertores finais da trágica experiência ditatorial que vivenciamos por cerca de 20 anos.

Para que se tenha uma ideia desse movimento, entre as novidades da construção da Constituição de 1988, estava a possibilidade de participação popular para propor sugestões de emendas, que deveriam conter a assinatura de pelo menos 30 mil brasileiros apoiados por, no mínimo, três associações da sociedade civil. Pois bem, entre a instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987 e a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, foram registradas cerca de 72.719 participações despachadas pelo Correio e endereçadas ao Congresso Nacional⁷. Isso não é pouco, se pensarmos que estávamos emergindo de um duro processo de repressão e que, naquele contexto, a tecnologia não nos possibilitava as facilidades de comunicação vivenciadas hoje.

Contudo, nas conversas da fila da padaria, ou do supermercado, o senso comum conclui que o Brasil, país de recursos notáveis e beleza extraordinária, merecia um povo melhor, menos corrupto e mais educado. E o “Homem de Bem”, que por vezes sonega impostos, ou faz “gato” do sinal da TV a cabo, mas que garante sua pretensa coerência de vida recorrentemente vendo o problema no outro, estufa o peito, balança a cabeça desanimadamente e, empostando sua voz, reafirma: “Ah! se fôssemos como os franceses, ou os ingleses, ou, finalmente, os americanos...”.

Como já mencionado, se cada povo possui uma relação com seus direitos, historicamente construída, não seria arriscado esperar que os brasileiros replicassem a realidade de um pretenso modelo externo de como deve ser o Estado-Nação contemplado com o exercício cidadão de sua gente?⁸ Ou, ainda, precisamos mesmo continuar vivendo um modelo neoliberal de globalização que tantas distorções tem criado? Em seu lugar, não seria possível vivenciar uma globalização alternativa, fundamentada na Economia Cocriadora, em um sistema produtivo comprometido com metas de sustentabilidade, calcada no exercício de iniciativas, movimentos e organizações que, por intermédio de vínculos, redes e alianças globais/locais, seriam conduzidas pelo desejo de um mundo melhor, mais justo e pacífico e do qual se sentem merecedores?⁹

Essa alternativa pode ser entendida como a desmundialização, que revigoraria a Economia local e a regional, na medida em que estimularia os circuitos curtos de produção¹⁰, garantindo espaços de proximidade e novo fôlego às cidades menores e interioranas. Além disso, possibilitaria a fixação do homem no campo impedindo seu êxodo para os cinturões de pobreza urbanos, e evitando a ampliação da violência. Não se trata do descarte do global, o que seria impossível, mas sim da “valorização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, [que] asseguraria autonomia e qualidade alimentares, higiene ecológica; propiciaria a reconquista da agricultura de subsistência, [...] bem como o restabelecimento dos serviços públicos locais”¹¹.

Fruto de tais reflexões, o passo dois para a Cidade Humana propõe compreender a relação entre cidadania e cidadão cocriador em um contexto de lutas sociais, avanços e retrocessos políticos, partindo do pressuposto de que a conquista do empoderamento social que permite, entre outras coisas, o exercício de direitos, não decorre apenas de grandes manifestações sociais e do engajamento bélico. Considerar isso seria um equívoco, uma vez que a hipótese

aqui reside na compreensão de que nossa forma de luta é também oficiosa, muitas vezes presente no microespaço, na construção de relações cotidianas entre grupos de interesse, práticas aqui entendidas como micropolítica.

De forma mais ampla, focando nos anos de pesquisa vivenciados pelo IPCCIC, e na produção bibliográfica pertinente, propomos verificar se o cidadão brasileiro é o senhor dos seus direitos ou se é sujeito passivo de um Estado patriarcal e centralizador que os concede como bem entende. Ou, ainda, se pode desenvolver a prática do que entendemos como cidadão cocriador, que necessita de alteridade, e se sentir parte da solução para os problemas locais que interferem cotidianamente em sua vida individual. Nesse sentido, o brasileiro busca o exercício de sua cidadania por meio da micropolítica, evidenciada nos pequenos e possíveis acordos que procuram solucionar problemas cotidianos de uma população marcada por um traço de política paroquial construído sobre mais de trezentos anos de escravidão e uma sociedade formada dentro das porteiras das fazendas.

Cidadania, para quem?

Vivemos hoje um dilema do que se entende por cidadania, no Brasil. Para alguns pesquisadores, temos uma “cidadania de papel”¹², circunscrita ao documento constitucional e teoricamente concedida pelas instituições na figura dos políticos de ocasião. Para outros, usufruímos de uma “cidadania herdada” uma vez que, historicamente, lutas ancestrais por direitos foram capturadas e abafadas por determinados grupos controladores dos corredores do poder político neste país e que definiam o que bastava para a nação.

Ocorre que a cidadania não pode ser plena apenas porque foi decretada ou porque houve um consenso posto por parte da sociedade. Ela carece de reconhecimento, ou seja, são cidadãos aqueles que assim são vistos nas práticas cotidianas do Estado Nação¹³. Ou

seja, contemporaneamente, a cidadania tem sido associada ao pertencimento a determinado Estado Nação e que, por sua vez, possui responsabilidades com seu povo¹⁴.

Entender quem são os vistos pelo Estado também não resolve o problema. Isso porque, em certo sentido, a cidadania e a percepção clássica de uma época áurea em que essa condição possivelmente tenha existido, a transformou em um mito, em um ideal a ser alcançado e que não permite adaptações à modernidade e suas novas formas de sentir e viver¹⁵. Ou, ainda, porque se entende que cidadania plena só é possível para determinados contornos culturais e geográficos.

Compreender que cidadania e história são dois campos que podem caminhar juntos é o grande desafio. Nesse sentido, a cidadania, é um conceito em construção, porque é também histórico e, portanto, seria impossível criar uma Cidadania homogênea para diversos países, em especial para o Brasil. Diferente do que pensam alguns, o Brasil pode alcançar excelente patamar de vivência cidadã, com respeito aos direitos e exercício de deveres, com dignidade e qualidade de vida para seu povo.

Entretanto, entendemos que em tempo algum possuirá uma cidadania como a França ou os Estados Unidos, porque, além de histórica, nossa percepção de cidadania é também coletiva e, portanto, acreditamos que não possa ser pasteurizada e homogeneizada, na tentativa de encaixotar nossa trajetória enquanto nação, ao que se habitualmente passou a entender como “civilizado” e “apropriado”. Assim, nossa experiência de cidadania não é melhor nem pior, apenas diferente!

O acesso aos direitos por parte de mulheres, negros, homoafetivos, imigrantes, refugiados, por exemplo, era algo impensável, em muitos países ditos civilizados e desenvolvidos, há apenas algumas décadas. Tanto lá como cá, a aquisição de tais direitos decorreu da articulação de determinados grupos sociais. Ou seja, não se pode

entender a cidadania como um processo único, uma vez que sua construção depende do empoderamento, simultâneo às lutas sociais, associado aos avanços e recuos nas instituições tradicionais e nos grupos dominantes. Para cada Estado, nota-se uma evolução da percepção do que é adequado como cidadania.

Para alguns autores, trata-se de um exercício de equilíbrio ténue de direitos e deveres, entre os indivíduos que compõem uma nação e deles com o Estado¹⁷. Para outro¹⁸, evidencia-se o entendimento de que ser cidadão significa ter direito à vida, liberdade, propriedade, igualdade, além de participar do processo político votando e sendo votado; ter acesso à educação, trabalho, salário justo, saúde, velhice digna. Ou seja, os três núcleos de direitos pensados por T. H. Marshall¹⁹ e compreendidos como: direitos civis entendidos como a possibilidade de ir e vir, liberdade de opinião e fé, igualdade, propriedade e acesso à justiça. Depois vieram os direitos políticos, que envolveriam o processo de participação política, e sendo eleito ou elegendo algum indivíduo mediante determinado projeto de sociedade. Finalmente, chegaram os chamados direitos sociais, atrelados ao mínimo necessário a uma vida digna, como educação, trabalho, saúde, moradia, entre outros.

Para Marshall, foi a segmentação de uma ideia ampla do que deveria ser uma vida em sociedade que permitiu a evidência individual de cada um desses grupos de direitos o que, no limite, construiu a percepção de cidadania moderna que discutimos atualmente. Ainda segundo esse autor, tido como um clássico a quem muitos recorrem, para acatar ou discordar, essa conquista de direitos foi progressiva e pode ser associada ao amadurecimento do Estado Nação e do capitalismo.

Considerando que sua base de análise é europeia, Marshall compreendia que, desde o século XVII, com a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa, progressivamente, foram alcançados os direitos civis. Posteriormente, no século XIX, registra-se o acesso aos direitos

políticos. Tais etapas transformam sua análise em uma escala ascendente, ou seja, um movimento progressivo, que chega à conquista final descrita como os direitos sociais, no século XX.

É preciso contrapor, por outro lado, que a conquista dos direitos não é linear. Um exemplo é que, atualmente, a situação é de destruição e substituição dos direitos. De fato, essa é uma questão complexa, afinal, direitos existem em cada sociedade e em cada cultura. O problema é que nem sempre coincidem com a nossa ideia de direitos e, todavia, isso não significa que não sejam tais para quem os instituiu. Precisamos ficar alertas para não cairmos no etnocentrismo, acreditando que antes das duas revoluções nada existia e que a nossa “democracia” seja a melhor possível. Sempre existiram sociedades específicas, com culturas específicas, dentro das quais pessoas tinham direitos civis específicos e não universais. Talvez não fossem Direitos Humanos universais, todavia, os nossos não são universais, com a agravante que – agora –, pelo menos teoricamente, são estabelecidos como universais.

Como se vê, Direitos Humanos e Cidadania, em certa medida, frequentam as discussões e dividem opiniões. Segundo Boaventura de Souza Santos²⁰, desde o início, os Direitos Humanos pretendem gerar pertença em “duas grandes coletividades”. A primeira é a que abarca a ideia de pertencer à humanidade. A outra é a de integrar “a coletividade dos cidadãos de determinado Estado”.

O que notamos, nessas breves descrições sobre cidadania, é que muitos estudos sobre o tema permanecem em uma esfera de discussão permeada pelo que se entende por micropolítica. Nesse sentido, é aceita e pensada de forma restrita aos modelos europeu e estadunidense propostos e em que a evolução dos direitos é visualizada na legislação local. É como se, para existir, a cidadania precisasse necessariamente de um corpus legal para se fazer sentir.

Como encaixar a trajetória brasileira a essa proposta? Um exemplo desse olhar reside na questão dos Direitos Políticos, que embora

fossem pensados no século XIX, só foram universalizados, para a maioria dos países, inclusive o nosso, ao longo do século XX, por meio de Cartas Magnas. Para o Brasil, os direitos sociais universalizados só foram efetivados de forma constitucional na década de 1930 e apenas após é que tivemos os direitos civis e políticos consolidados, com a Constituição de 1988.

Além disso, no caso brasileiro, a lógica não era a coroação de uma trajetória madura do processo democrático, associada ao empoderamento social. Mas tratava-se de uma prática paternalista, fruto da lógica fundiária e que, no período republicano, buscava uma compensação para desmandos tradicionais ou a construção dos chamados currais de apoio político. Em que pese o acesso aos direitos, promovido em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, por exemplo, ainda assim, mantivemos um trato político de caráter paroquial, na medida em que o Estado se colocava como o emissor e o protetor dos direitos concedidos a uma sociedade infantilizada pelas instituições²¹.

A Constituição de 1988 e uma quantidade razoável de leis trouxeram, teoricamente, o suporte para o que, tradicionalmente, se entende por conquistas cidadãs e, nem por isso, nossa sociedade se sente mais contemplada ou mais respeitada em seus direitos, como originalmente se supunha que aconteceria²². Contudo, é possível afirmar que a Constituição representa uma das primeiras preocupações da macropolítica, no sentido de privilegiar um novo modo de se relacionar com a cidadania. Não por acaso é chamada CIDADÃ. Embora seja considerada, por muitos especialistas, como extensa e confusa, é a nossa primeira carta magna que resultou não apenas da influência dos lobbies e interesses escusos de políticos profissionais, mas também dos grupos de pressão dos movimentos sociais que pretenderam atender às demandas de grupos “esquecidos” pelo poder público.

Diante disso, a pergunta que persiste é: A cidadania ou a sua

busca só pode ser compreendida por leis e práticas oficializadas em uma Carta Constitucional?

Entendemos que, embora a resposta afirmativa para essa questão seja o mais confortável, a cidadania esvazia todas as formas de luta e exercício de direitos vividos por diversos países, notadamente os latino-americanos e, em especial, o Brasil. Afirmar que nossa cidadania só foi alcançada com a Constituição de 1988 é esvaziar todas as formas de exercício de direitos ocorridas até então e entender que o processo histórico é progressivo na busca por um final dourado aos moldes das fábulas infantis. A história pressupõe a compreensão da diversidade de indivíduos e suas trajetórias em uma determinada realidade geográfica e temporal. Dessa forma, como se poderia pasteurizar e encapsular, nos moldes europeus, a caminhada da nação brasileira?

Como mencionado, é preciso compreender que, talvez, os espaços de exercício cidadão possam ser percebidos no campo da micropolítica, dos acordos cotidianos, nem sempre inseridos na letra da lei, mas profundamente enraizados no cotidiano da população brasileira. Entendemos que, no Brasil, a cidadania está mais para verbo do que para substantivo, uma vez que se encontra em um processo de construção. Com avanços e retrocessos, com muitas vitórias, como a promulgação da Carta Constitucional de 1988, e retrocessos, como a confusão social que crê em uma ditadura mítica, na cabeça de alguns, que uma vez revivida, garantiria a tão sonhada dignidade humana.

Podemos nos tornar cidadãos cocriadores?

Os sobressaltos cotidianos que, enquanto nação, temos experienciado, em especial nos últimos anos, nos ensinam arduamente que apenas a declaração de direitos não significa a sua fruição por parte da sociedade. E se o Estado não se organiza o suficiente para efetivar a proposta constitucional, certamente a sociedade buscará uma

fórmula paralela, a fim de contemplar seus direitos, o que lamentavelmente vemos na organização das milícias e na discussão radicalizada que propõe armar o cidadão comum.

Quando analisamos nosso entorno, enxergamos claramente que a garantia constitucional de nossos direitos e que ainda resiste, malgrado as propostas de expropriação promovidas pela ávida lógica neoliberal, não se reflete nas ruas, em escolas e hospitais.

Será que temos efetivamente cidadania na acepção clássica do que se entende por direitos?

Vejamos...

Um executivo de uma grande empresa precisa estar em um apartamento ou condomínio cercado de sistemas de segurança. Diverte-se em não lugares pasteurizados que o conduzem ao consumo voraz; em contrapartida, garantem sua segurança. Para se locomover, precisa de um carro blindado e, em situações específicas, de escolta. Por outro lado, lembremos daquele mendigo que, por sua recorrência, é lamentavelmente invisível, passando por nós em qualquer cidade deste País. A ele falta tudo - moradia, trabalho decente -, enfim, falta-lhe a dignidade de um copo d'água que refresque sua sede em um dia quente, ou um banho que lhe devolva a sensação de humanidade, mesmo que temporária.

Quando observamos esses dois exemplos extremos, chegamos a três conclusões. A primeira é que os dois foram expropriados de seus direitos, ou seja, tanto ao executivo falta o direito civil de ir e vir sem ameaças à sua existência e ao mendigo faltam direitos sociais básicos. A segunda é que, diferente do que os grupos mais conservadores entendem, a discussão acerca da cidadania não serve para "proteger bandido", ou é "coisa de comunista", uma vez que a questão dos direitos impacta o rico e o pobre, em escalas diferentes, é verdade, mas que, por fim, assumem a mesma importância. A terceira é que a democracia possibilita a criação e a expansão dos Direitos Humanos, e isso é muito bom! Contudo, não basta apenas criá-los, o

desafio principal reside em garanti-los.

E por que isso ocorre?

Não existe reforma política sem reforma do pensamento político. Ambas as mudanças pressupõem uma reforma do próprio pensamento. Contudo, essa não se dará sem uma reforma da educação. Mas a reforma da educação não é autônoma, ou seja, não acontecerá sem que haja, anteriormente, ainda seguindo o autor, uma reforma política. Seria essa a primeira das reformas, a partir da qual todas as outras se seguiriam? Não, diria Morin. Ainda são necessárias as reformas econômica e social, que nunca se darão sem a reforma política, que segue atrelada à reforma do pensamento. Na base das reformas, lá estão a da vida e a da ética.

Se compreendermos a profundidade dessa lógica, veremos que, no Brasil, ainda não internalizamos a reforma que realmente importa para a construção de uma sociedade equitativa, que promova a qualidade de vida para ricos e pobres. O caminho é reformar a vida com base na ética; transformar o ser humano em um ser cocriador.

Herdamos a compreensão de que o exercício político e as suas decisões são feitas nos centros do poder. Votamos de dois em dois anos e esperamos ansiosamente que algum daqueles que elegemos façam o que são pagos para fazer. E quando, eventualmente, isso acontece, nossa gratidão é tamanha que o transformamos naquele campeão das histórias medievais ou, ainda, em herói nacional. Tragicamente, a nossa relação sobre como pensamos o contato entre o político e o indivíduo é tão complexa que incorporamos o “rouba, mas faz”, sem grandes sobressaltos.

As razões para tal comportamento são muitas e já renderam obras memoráveis. Todavia, para a reflexão a que nos propomos, podemos apontar, entre outras, a de que também o sentimento de que alguém cuidará de nós é fruto de nosso processo histórico de caráter latifundiário e escravocrata, no qual o senhor da terra decidia a lei que podia ou não abranger seus agregados, para a “gente sua”.

Aqui visualizamos um exemplo da rede de conversação explicitada no passo um. Somos fruto de uma influência de Estado antes mesmo do desenvolvimento da sociedade, fruto de nosso processo colonial, que gerou um modo paternalista e paroquial de tratar as demandas cotidianas da sociedade²³.

Tal qual um conto de fadas, enquanto sociedade, fomos treinados a esperar, a esperar, a esperar... que um salvador travestido de liderança política venha nos socorrer de nossas mazelas diárias desnecessárias a uma população que contribui com sua parte no contrato social com polpudas taxaões²⁴.

Não se trata aqui de menosprezar a importância das lideranças políticas, que, de fato, são fundamentais ao exercício da macropolítica, entendendo que uma das percepções do que seja a atuação política é exatamente aquela em que se projeta o encontro entre as formas de se conceber o espaço de decisão sobre o que é comum. O terreno do poder é o terreno da dominação de injustiça e da opressão, ou da administração do comum, da justiça e liberdade. Por fim, o solo da política é o da necessidade e inevitabilidade do convívio²⁵.

Contudo, se nossa herança é a do “curral eleitoral” camuflado de populismo e paternalismo, misturado com períodos de ditadura, ao longo de nossa República, mas ainda assim, se a política pressupõe a inevitabilidade do convívio, cabe questionar sobre qual é o nosso posicionamento assumido desde o processo de redemocratização iniciado na década de 1980?

O fato é que, para muitos de nós, este seria o país do futuro e bom para se viver, primeiro, se um dia tivéssemos democracia. Pois bem, ela veio! Depois adiamos mais um pouquinho e esperamos que, com a democracia, viesse a cidadania e que, como por encanto, descobríssemos a ética do respeito à coisa pública; do cuidado com os serviços prestados; da inexistência da corrupção; da qualidade do trabalho e do cuidado que há entre os cidadãos que integram essa sociedade.

Ocorre que não é bem assim....

Roberto Da Matta²⁶ escreveu que nos falta o que chama de consciência horizontal, pois vivemos recorrentemente a consciência vertical. Descreve essa prática a partir do empregado, quando se identifica, em certas ocasiões, com seu patrão. Numa sequência, a empregada se identifica com a casa onde trabalha e o trabalhador acaba se identificando com a empresa que, por sua vez, se identifica com certos órgãos do Estado. No final, a tendência é, no Brasil, identificar que o Estado é o domínio responsável pela totalização de todo o sistema em sua vertente formal acabada. É, pois, muito mais fácil a identificação com o superior do que com o igual, geralmente cercado pelos medos da inveja e da competição, o que, entre nós, dificulta a formação de éticas horizontais²⁷.

Essa falta de consciência horizontal nos faz pensar que nossa responsabilidade se restringe apenas e exclusivamente ao quintal de nossa casa, que o espaço público é “terra de ninguém” e, por consequência, em estranhar o outro, que, em geral, acreditamos ser a contradição do que somos nós.

O que propomos é manter as exigências que definem, entre outros aspectos, as políticas de Estado, que exercita as redes de cooperação nas práticas da micropolítica.

Vale reforçar o que entendemos por micropolítica a construção de uma vida digna a partir de escolhas cotidianas que produzam um encontro entre os interesses individuais e os desejos coletivos de determinada região, promovendo alianças locais que, progressivamente, se expandam e se empoderem, a ponto de exigir da macropolítica um posicionamento sobre as demandas de determinado grupo social.

Para tanto, o cidadão cocriador não apenas aborda as questões cotidianas do espaço público, mas também as percebe, gerando senso de pertencimento e, nesse processo, abre a sua escuta, suscitando a tomada de consciência e a empatia²⁸. Esse movimento, que

princípio do individual para o coletivo, permite migrar do indiferentismo e da postura que reafirma o distanciamento das questões políticas, para a prática da fraternidade, concebida para além de sua recorrência no campo religioso.

Propomos a remodelação de redes de conversações e que antigas prerrogativas, como: “Os problemas são muitos, já pago impostos para que o Estado os resolva, minha responsabilidade está entre os muros da minha casa”, se dissolvam e novas redes possam ser solidificadas: “Cada qual exercendo seu papel social, reveremos este estado de coisas que não nos agrada”.

Fortalecer o sentimento que nos coloca em pé de igualdade, promovendo a alteridade, que é quando, na vida em sociedade, estabelecemos a interação, aceitação e interdependência com o outro. Afinal, todos estamos conectados e sofremos por uma realidade de muito desencanto e desatenção. As pessoas já não se olham e não se permitem trocar pequenas gentilezas... Tragicamente, vivemos um tempo de cegueira emocional e ausência de comprometimento com a realidade que nos envolve, tão bem discutida na obra do escritor português José Saramago.

Alteridade, empatia, pertencimento, fraternidade. Observe que estamos usando um vocabulário pouco ortodoxo para o trato da prática política e da cidadania. E, nesse sentido, abordar a proposta do cidadão cocriador por esse viés pode parecer, aos céticos, uma ilusão idealista e pueril. Entretanto, se observarmos mais de perto, notamos que algumas mudanças estruturais estão acontecendo silenciosamente...

Por exemplo, Áustria, Noruega, Holanda, França e Reino Unido já anunciaram o fim da venda de carros movidos a diesel e gasolina, entre 2020 e 2040, além da China e da Índia, que ainda discutem seu calendário para essa mesma ação²⁹. Embora os Estados Unidos, o segundo maior poluidor mundial, tenha se retirado do Acordo de Paris de 2015, ainda assim, em 2018, China, Rússia e Índia, os outros

três grandes poluidores, reafirmaram seu compromisso com a implementação desse pacto ambiental³⁰. Empresas de Economia Criativa e que usam as multiplataformas crescem e ampliam suas ações no mercado internacional, demonstrando que não é uma questão de ideal tecnológico, mas sim uma nova forma de pensar o capital³¹.

No entanto, tudo isso está muito distante de todos nós! Pode exclamar, você leitor.

Precisamos aprender a pensar para além dos paradigmas. Por exemplo, no Brasil do século XIX, quando havia pressão internacional para que eliminássemos a mão de obra escrava, os grandes produtores de café e seus representantes políticos no Parlamento brasileiro de então, tornaram-se os profetas da derrocada de nossa Economia e de uma consequente tragédia nacional. Entretanto, a escravidão se foi, em que pesem as inúmeras injustiças feitas aos ex-escravizados, e que não cabe discutir aqui, mas a Economia brasileira manteve-se.

O que tentamos expor é que os desafios propostos no decorrer do século XXI, não poderão ser superados se ainda mantivermos padrões de pensamento dos séculos que já se foram; redes de conversação que não se adaptam mais ao futuro emergente, com novos desafios. E isso fica claro nas ações da ONU com a construção e divulgação dos ODS, por exemplo³².

Não se trata de negar nosso passado e sim de usarmos o que nossas experiências nos trouxeram de bom e, por meio da observação, do conhecimento e da escuta, com mente, coração e vontade abertos para o novo e para as possibilidades de soluções menos cartesianas dos problemas cotidianos que vão se apresentando. Finalmente, precisamos “reaprender a pensar, tarefa de salvação pública que começa por si mesma”³³.

E esse movimento, entendemos, embora não seja simples, tem se tornado vital. Isso porque a última década tem sido pródiga na emergência dos discursos extremistas e xenófobos, em especial, em função da já mencionada crise mundial de 2008, que, ao ampliar

exponencialmente a pobreza e o desemprego, expandiu a sensação de medo e insegurança mundial. E sabemos que o medo, assim como o cinismo e o preconceito, são péssimos conselheiros. Portanto, esse contexto global tem promovido o avanço do individualismo na mesma medida em que, progressivamente, o tecido social tem se rompido e a cidadania, associada ao desejo de pertencimento, passou a ser atrelada à capacidade de consumo.

Mesmo assim, notamos um movimento de insubordinação ao que se considera realidade dada e, nesse sentido, a cidadania acoplada a um determinado território tem sido questionada pelo próprio processo de globalização e a ideia clássica de soberania nacional progressivamente questionada em função dos fluxos migratórios; da busca de asilo por refugiados; da construção de instituições supranacionais, como a União Europeia, por exemplo.

Contudo, vale a pena problematizar o outro lado das migrações. A migração descontrolada de milhões de trabalhadores (por exemplo, 75% dos que chegam na Europa são homens, jovens e não estão fugindo de países em situação de guerra) é uma poderosa arma utilizada pelos grandes capitalistas transnacionais para aumentar a multidão de trabalhadores pobres; enfraquecer o valor do trabalho; pagar salários mais baixos; ter trabalhadores que vêm de países onde não existem direitos e que, portanto, não vão reclamar das condições de trabalho.

Ser humano, nesse caso, significa lutar contra as migrações econômicas desejadas pelo capitalismo internacional, e para que cada ser humano possa ter sua vida, sua dignidade, suas possibilidades, seus sonhos no país, na cidade, no lar em que nasceu, ou escolheu viver. CASA é uma palavra tão poderosa quanto AMOR.

Em tempos de globalização, precisamos de uma cidadania global, baseada no reconhecimento das diferenças entre os grupos e que exija do Estado políticas públicas que promovam o respeito a todos³⁴. O cidadão cocriador é essencial, nesse processo, visto ser

necessário compreender que precisamos fazer, com os direitos e respeito às pessoas, o que já fazemos com as mercadorias e a tecnologia em escala global, ou seja, dinamizá-los e popularizá-los. E essa percepção começa do comprometimento local com o outro para o global³⁵.

Não é possível usufruir a almejada paz, enunciada pelo ODS 17, em nosso cotidiano, sabendo que, diariamente, a escassez de água mata 30 mil pessoas; que a indústria farmacêutica ganha com doenças, como Aids e câncer, que já poderiam ter sido controladas; ou que crianças morrem todos os dias em função da falta de saneamento básico.

No caso do Brasil, como podemos continuar pensando que não é problema nosso o fato de que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 52 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, um quarto de nossa população vive com menos de US\$ 5,50 por dia 36, ou, ainda, a perversidade de que dispomos de “11% dos recursos de água doce do planeta” e, ainda assim, “mais de 45 milhões de brasileiros ainda não tem acesso a água potável”³⁷.

Falta-nos internalizar a NOSSA CIDADANIA, e esse é o processo para formar o que entendemos ser o cidadão cocriador. Se, em 1988, feridos pela ditadura, fomos capazes, enquanto sociedade, de construir um pacto social garantido pela lei, agora, em um contexto de tantas transformações, propomos esse novo pacto, que necessita ser fundamentado em nossas ações e no comprometimento com o outro.

Para esse novo cidadão, são necessários três grandes valores. Primeiro, é preciso ter honestidade consigo e com o outro, e aqui, por honestidade, entendemos a capacidade de olhar com verdade, de forma escancarada, aceitando nossas mazelas, buscando transformá-las, e reconhecendo e valorizando nossas qualidades.

A partir dessa verdade, vem a autorresponsabilidade, ou seja, a constatação de que não somos vítimas e de que estamos onde nos

colocamos. Por exemplo, entendendo que a cadeia produtiva da violência começa no abandono do Estado, na falta do emprego e da educação de qualidade, mas que também deriva da peça do carro que compro sem nota fiscal; do celular caríssimo que adquiro por um terço do preço, sem qualquer comprovação de origem; para citar só alguns delitos que o cidadão se perdoa, muitas vezes comparando-o àquele que já cometeu atos muito piores. Somos responsáveis, em maior ou menor medida, por toda a confusão social vivenciada hoje, seja pelas nossas escolhas eleitorais, de consumo, ou simplesmente por causa de nossa omissão.

E, se assim é, precisamos tratar do terceiro valor, a gentileza, aqui compreendida como o respeito ao outro nas ações mais simples e cotidianas, significando nosso cuidado por tudo o que nos cerca.

Não se trata, mais uma vez, de tentar observar as questões ancestrais, como a desigualdade, com aquelas receitas caseiras de banhos e chás, ainda que sejam fundamentais e eficazes. Trata-se de jogar luz em nosso ponto cego enquanto sociedade, levando a uma forma diferente de agir em relação a tais questões. Promovendo um processo que gere, inicialmente, o incômodo individual, que nos leva ao comprometimento e que, por fim, nos traz a ideia de cooperação, já que, como mencionado, o exercício da política exige convívio. Então que ele ocorra por meio da cooperação aqui entendida pela ótica de Maturana 38 como algo que só ocorre no Amor. Isso porque requer confiança e aceitação mútuas e nenhum desses sentimentos se viabiliza sem o Amor como atitude pedagógica.

A cooperação, segundo Maturana e Rezepka, constitui um espaço relacional completamente diferente do espaço de obediência e autoridade que ocorre na dominação e na sujeição. A cooperação, em nós, humanos, é essencialmente uma característica da vida diária, numa coexistência que se baseia numa confiança mútua permanente, que descansa no Amor. Os autores não desconsideram as alianças políticas, como práticas da vida diária, e ressaltam que

essas alianças são transitórias, exatamente porque não são confiáveis; precisamente porque não se baseiam no Amor e não têm a permanência da mútua aceitação da biologia da intimidade.”

A cooperação, associada à alteridade, podem dar conta de barrar a “banalidade do mal” que vivemos contemporaneamente. Hannah Arendt, no período pós Segunda Guerra Mundial, afirmava que um ato mau, uma violência, não é algo banal³⁹. Contudo, pode transformar-se no mal se não nos atentamos para sua recorrência e se começamos a entendê-lo como banal, permitindo que o próximo passo seja sua aceitação em determinada sociedade.

Por exemplo, não é normal ver tantas crianças abandonadas à própria sorte nos semáforos, ou fumando *crack* pelas ruas; não é normal que, em pleno século XXI, um número considerável de jovens integre a geração nem-nem (nem estuda e nem trabalha). Também não é normal a quantidade de jovens envolvidos com o tráfico e sua violência decorrente. Todavia, tais situações são tão recorrentes e assustadoras que a sociedade considera banal encarcerá-los em um sistema penal claramente falido.

Parte da explicação para esse comportamento reside no fato de que nós, membros da sociedade, nos tornamos superficiais, aceitando sem questionar as notícias, informações, explicações e soluções milagrosas para tais questões sociais. Por não nos esforçarmos em compreender a sua profundidade e nossa responsabilidade no processo, essa superficialidade transforma o outro em algo supérfluo e que pode ser descartado com extrema facilidade⁴⁰.

Dessa forma, os “Homens de Bem” continuam propagando redes de conversações como as que asseveram que “dos meus filhos eu cuido, tem que enjaular mesmo”. Os mesmos que, aos domingos, vão à missa, ao culto, ao terreiro, ao centro espírita, falar de caridade e Amor.

Ao final dessas reflexões, constatamos que, premidos pelas circunstâncias, já não podemos nos manter na acolhedora zona de conforto da Minha rotina, Minha família, Minha casa, Meu trabalho.

Precisamos nos preparar para o NÓS. Podemos até optar por não nos comprometermos, mas não sem consequências.

Se não nos transformarmos em cidadãos cocriadores, que vivenciam a cidadania global, estaremos condenados a olhar como coadjuvantes para esse processo avassalador de transformação mundial em curso. Sem essa transformação estruturante das redes social e política, continuaremos caminhando para a guerra, coniventes com a corrupção, vítimas das doenças, responsáveis pela destruição de nossas reservas naturais. Se não deixarmos o egocentrismo e migrarmos para o ecocentrismo, como apregoa a Teoria U; se não atuarmos a favor da construção de um mundo mais sustentável e menos violento, nos arrependemos em um momento histórico que não caberá mais uma nova chance. A hora é agora⁴¹.

Praticando a cidadania cocriadora

A atividade de campo, pensando em políticas públicas que fomentem e permitam a formação do cidadão cocriador, entrelaça-se com as já propostas no passo um. Ao defender a construção de espaços de democracia para que ocorra o processo de escuta empática e ativa, será sempre necessário que o agente participante desses espaços esteja ávido por atuar de maneira cidadã. Dessa forma, ao institucionalizar os lugares de proximidade (conselhos, fóruns, convenções, audiências públicas) e conceber a formação política, imediatamente, adotando as metodologias correspondentes à cocriação, aquela baseada na alteridade, ética, no Amor, se completará o ciclo dos dois primeiros passos para a Cidade Humana.

A segunda conexão estabelecida nessa prática é a do passo dois com o passo seis, Educar em suas múltiplas formas. Uma reforma segue entrelaçada a outras, mas todas, de certa forma, passam pela Educação. Pois é dentro dessa atividade que acontece a formação do pensamento, que sempre precisará ser reformulado, toda vez

que uma reforma for pleiteada.

Em visita a uma comunidade, em Ribeirão Preto, onde 340 pessoas moravam em situação precária, foi possível vivenciar o desafio de formar o cidadão cocriador. O que se viu evidencia o protagonismo do ser humano em seu natural papel. Mulher nova, com cinco filhos, apática perante suas responsabilidades maternas e sociais. Enunciadora de frases de compaixão; esperando viver da ajuda do outro; brava com o governo pelo fim do subsídio de combate à miséria. Ruas imundas, com o lixo doméstico exposto em todas as esquinas, acompanhado de um mal cheiro que só não é pior do que o cheiro da certeza de que a pobreza afeta o discernimento do cidadão, que, se sentindo incapaz de acender e sobreviver a partir de seu esforço, se entrega às possibilidades, como as ofertas de delitos. A criança que, sem amor e sem expectativa, agarra-se nas pernas dos visitantes, procurando ser vista. Clama, sem verbalizar, por uma chance que ela sequer sabe que forma poderia ter.

Não estamos, aqui, isentando o papel e a responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo com a miséria de milhões. O que afirmamos é que, para seguir rumo à Cidade Humana, é preciso, incondicionalmente, cumprir o passo dois e formar cidadãos cocriadores. E, para tanto, restringindo a demanda à cidade, universo de atenção do IPCCIC, é fundamental a repulsa pela política validada pela rede de conversação que determina a constância da assertiva: “Não é problema meu”.

Resultado de escutas realizadas ao longo de um curso de formação de gestores sociais, em 2018, absorveu-se como prática comum, com destaque para a área social, um modelo de “desresponsabilização política”. Em conversa com pessoas incríveis, que dedicam parte do pouco tempo ocioso que possuem a melhorar a vida de outras pessoas, carentes de carinho, de Amor e, mais ainda, de perspectiva de vida, compreendemos que a sociedade política está muito despreparada para lidar com os problemas das ruas.

As políticas públicas de atendimento social foram criadas para

melhorar a vida das pessoas, mas antes de ser um instrumento a favor dos seres humanos que se qualificam para fazer o acolhimento de pessoas com problemas, são documentos burocráticos que organizam regras, muitas delas intransponíveis. São essas políticas que estão permitindo a prática do “não é problema meu”. Esses doadores de vida ensinaram aos pesquisadores do IPCCIC que, nas ruas, as políticas públicas sociais não estão do lado dos necessitados.

Foi dito que existe serviço para atendimento aos moradores de rua e outro serviço para encaminhamento do usuário de droga. Mas que o comum é alguém chegar para o procedimento e, ao ver que o necessitado é morador de rua, encaminhá-lo para o atendente do usuário de droga, alegando que o problema não é seu. E, logo depois, o atendente restrito ao morador de rua não agir por identificar o cidadão como usuário de droga. O mesmo se dá com o indivíduo tido como desequilibrado mental, que se refere a outro serviço público. Mais vezes do que o desejado, vence o “não é problema meu”.

Para uma cidade ser humana, será necessário que os cidadãos da localidade, desde os tomadores de decisão até aqueles que se entendem simplesmente moradores do local, quebrem a lógica do “não é problema meu” e fomentem uma nova rede de conversação, instituída a partir da afirmação de que todos são responsáveis por todos os problemas. Um modelo de gestão, consolidado na área de políticas públicas, é o de formação de redes. Para tratar de problemas inerentes ao campo social, sempre será mais eficiente se forem absorvidos por muitos atores, dentro de uma rede de cooperação. A oferta de uma nova casa não será o fim do atendimento ao cidadão solicitante, se a este não for dada a oportunidade de geração de renda, pois o fato de assimilar novas responsabilidades econômicas sempre seguirá atrelado a novas condições sociais. O sentimento de incapacidade para manter sua casa e família, pode ser emocionalmente destruidor a qualquer provedor, seja ele o pai ou a mãe.

Transformar o cidadão usuário, que sente um “cliente” do

município, em cocriador, é, inicialmente, introduzi-lo na rede que ele pensa estar margeando. Por outro lado, é tornar aparente para aquele que segue muito no centro das margens, a realidade das periferias, pois a cidadania cocriadora não é um recorte seletivo, mas abrangente o suficiente para conceber um lugar para todos os seres humanos.



PASSO 3

Sentido de comunidade

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Marlene de Cássia Trivellato Ferreira
Alice Ribeiro Assad Wassall

Os municípios brasileiros, particularmente os de pequeno porte, vivem momentos de profundas transformações em seu modo de vida. A insegurança bateu à porta da frente, subindo os muros, trancando os portões e tornando os antigos vizinhos em estranhos. Paralelamente, as antigas profissões estão desaparecendo e dando lugar a outras, que são pouco conhecidas. As festas religiosas minguaram, deixando de representar momentos importantes de encontro e integração. Os muros dos condomínios começam a dominar a paisagem. As praças e os lugares públicos, aos poucos, perdem a função de lugar de proximidade, onde antes as pessoas podiam construir relações e estabelecer trocas.

Enfim, os municípios de pequeno e médio portes vivenciam mudanças pelas quais já passaram os grandes centros. As relações humanas e a participação da população na vida da comunidade passam por uma desumanização, marcadas pela falta de cidadania ativa, de sentimento de vizinhança e de sentido de comunidade.

Ao convidar o leitor para que “Seja Comunidade”, não propomos um retorno saudoso às velhas comunidades de outrora, quando as pessoas se sentavam na calçada, trocavam xícaras de açúcar e firmavam contratos com o fio do bigode. Nem conclamamos a construção utópica de comunidades idílicas, que só existem em histórias para dormir, ou em nossos sonhos, nas quais todos cantam e dançam felizes e sem preocupação. Nossa proposta vai, justamente, no sentido contrário.

Estamos propondo uma avaliação da realidade e a construção, a partir dela, de um futuro possível, com ênfase na felicidade integral do cidadão e no relacionamento humano. Sugerimos o caminho da participação comunitária, por meio da priorização do ser humano e da micropolítica, não se restringindo às iniciativas esporádicas em alguns órgãos e instituições de representação¹.

O convite é para desenvolver o sentido de comunidade, por meio de uma jornada compartilhada, que demanda tempo, espaço,

investimento e responsabilidade pessoal e do grupo, a que chamamos, como já dito, de cocriação.

Voltar ao conceito, explicitado no passo dois, é necessário, considerando as conexões propostas entre a definição de cocriação e o sentido de comunidade. Do ponto de vista individual, a cocriação vai além da cidadania clássica, que envolve o exercício de direitos e deveres. Ao nos tornarmos cocriadores, deixamos de ser meros usuários das cidades, cuja atitude é de um cliente que “consome” seu município, e passamos a nos comportar como artífices, nos apropriando do espaço, imprimindo a ele um significado. Esse tipo de cidadania pede envolvimento, solidariedade, colaboração e, no final, gera pertencimento².

Na perspectiva do planejamento e da gestão das cidades, isso significa olhar para dentro de cada localidade e propor um desenvolvimento balizado em suas potencialidades, nos recursos e nas referências culturais de cada lugar, conduzidos com a finalidade de promover o bem-estar coletivo.

Sabemos que um dos desafios para o desenvolvimento dos municípios é a promoção de estratégias que valorizem o capital social de seus habitantes, caracterizado pelas capacidades individual e coletiva de interagir, colaborar, cooperar, confiar e se associar. Contudo, defendemos, como um dos caminhos para enfrentar esse desafio, a formação de competências que abarquem um conjunto de habilidades associadas ao saber conviver em grupo; saber estabelecer relações sociais duradouras; e, principalmente, saber pensar, planejar e agir como membro de uma comunidade.

Para todos aqueles que decidiram seguir uma jornada compartilhada com outros seres humanos, vivendo ou trabalhando em grupo, ou fazendo a gestão de municípios, apresentamos como contribuição três diretrizes: (1) a adoção da escuta transformadora, como condição para formar a identidade de lugar; (2) o fomento à proximidade, por meio do desenvolvimento do sentido de

vizinhança; (3) a construção de um sentido de comunidade, pautado na cooperação. Se forem sistematicamente desenvolvidas com grupos-chave dos municípios, essas três diretrizes podem melhorar o diálogo entre o poder público e a sociedade civil; ativar a participação e o envolvimento da população com os problemas da cidade, levando melhoria para a qualidade de vida e o bem-estar da coletividade.

Escuta transformadora: meio para o fortalecimento da identidade de lugar

“Meu quintal é maior do que o mundo”, afirmou o poeta Manoel de Barros. Porque ele é o nosso lugar. Porque nele há o que toca meu coração. Ele pode ser, ou não, um espaço geograficamente delimitado, com cercas ou divisões político-administrativas, mas uma coisa é certa: ele faz sentido para quem o habita.

Com o nosso lugar, temos uma ligação vivenciada no cotidiano, fruto das nossas relações com os outros, o tempo e o espaço³. Sentimos que a ele pertencemos e que ele nos pertence, mesmo que dele nós não tenhamos a posse legal. Esse sentimento de pertença é parte fundamental da construção da identidade de lugar, que se estabelece como elemento essencial do nosso convite: Seja Comunidade. Ao analisar os laços de pertencimento de uma comunidade com vistas ao planejamento de políticas públicas, consideramos importante levar em conta alguns princípios⁴.

(1) Continuidade. Esse princípio define o vínculo entre a manutenção do espaço e a do próprio indivíduo. As memórias de lugares que foram importantes para a formação da nossa identidade individual, e que fazem parte da nossa vida, tem significado emocional e atuam como referência para ações e experiências com os espaços que habitamos no presente. Ao encontrar características espaciais com as quais nos identificamos, geramos uma sensação de continuidade, capaz de suportar lastros emocionais que auxiliam na apropriação dos espaços.

(2) Distinção. Modos de vida diferentes definem formas diversas de se relacionar com os espaços. Por exemplo, “habitantes do campo” e “habitantes da cidade” se distinguem, entre outros aspectos, pela maneira como se apropriam do lugar onde vivem. Outro exemplo é o das pessoas que são nativas de um ambiente com um modo de vida específico que, ao se deslocar para outro espaço, marcado por referências culturais distintas e relações sociais diferentes, passam, necessariamente, por adaptações profundas.

(3) Autoestima. Todo sujeito produz avaliações sobre si mesmo e sobre os grupos aos quais pertence. No caso das cidades, essa avaliação é influenciada por vários fatores, entre eles, o prestígio do lugar onde vive, a percepção por parte do munícipe sobre a oferta de serviços, infraestrutura, qualidade de vida, etc. Fatores como falta de espaços de lazer, dificuldade de acesso à cultura, educação, trabalho e o baixo investimento na estética urbana, compõem elementos do ambiente que podem influenciar no sentimento de estima por si mesmo e pelo próprio meio.

(4) Auto-eficácia. Diretamente relacionado à autoconfiança, esse princípio descreve a crença que uma pessoa tem na sua capacidade de resolver um problema ou executar uma tarefa. Quanto mais facilitador for o ambiente, favorecendo as atividades cotidianas do indivíduo, mais se mantém o sentimento de auto-eficácia.

Vejam que, quando falamos de lugar, estamos tratando de uma base territorial sobre a qual se assentam as inter-relações pessoais, evidenciando os significados e o papel emocional. O lugar sempre é palco de representações, de sentidos e práticas, que são a essência da sua singularidade. Mais do que um suporte para as ações humanas, é o espaço de convivência humana, cujas características próprias, potenciais e limitações, podem favorecer ou estabelecer entraves ao seu desenvolvimento. Sua força positiva está no território compartilhado e no nível de apropriação por seus habitantes. A percepção clara da identidade de lugar e os processos de

apropriação dos espaços geram condições para que a sua gestão seja efetiva e torne-se mais eficaz em resolver problemas habituais enfrentados pelas cidades contemporâneas.

Isso significa dizer que a identidade de lugar não é cristalizada, ao contrário, é dinâmica e altera-se ao longo do tempo e com as transformações socioculturais. É fruto de um processo de apropriação contínuo dos espaços, que pode ocorrer, de maneira geral, de duas formas: pela ação-transformação ou por identificação⁵.

No caso da ação-transformação, a apropriação dos espaços ocorre por meio do envolvimento intencional do sujeito com o entorno, ou seja, é resultado da intenção e vontade dos indivíduos. Um bom exemplo é quando ocorre o envolvimento ativo da população de um bairro na solução de um problema que afeta a todos. Para isso, os indivíduos juntam-se para discutir planos, propor reformas e dialogar com o poder público, estabelecendo uma articulação que gera compartilhamento e cria vínculos de coletividade⁶.

Quanto à segunda forma de apropriação, em maior ou em menor grau, nós atuamos produzindo sentidos, por meio da interação que, ao longo do tempo, contribui para que ocorra a identificação entre o sujeito (ou o grupo) e o local que habita. Nesse caso, o processo é simbólico, fruto de práticas cotidianas.

Encontramos aí os caminhos da apropriação, por meio do qual o sujeito se projeta no espaço e se apegar a ele, ao mesmo tempo, o introjeta, transformando-o em um prolongamento de sua pessoa, da sua identidade, criando um lugar particularmente seu⁷.

Pensando o espaço como produto e produtor das relações sociais, a ação faz dele, antes um vazio sem sentido, algo com significado para o indivíduo e para o grupo ao qual pertence: a comunidade⁸. Se o indivíduo não participa ativamente da organização do local onde vive, se não atua como seu cocriador, a apropriação não ocorre, enfraquecendo o sentimento de pertença.

Para a construção dos sentidos e a efetivação de relações emocionais

entre o sujeito e o espaço, é preciso tempo para construí-las e estabelecer laços. Entretanto, em muitas situações, o tempo também é responsável pela ação inversa, resultando no afrouxamento dos laços entre o cidadão e determinados lugares.

Como exemplo, podemos lembrar as praças, que sempre tiveram um papel de protagonismo na história das cidades. A Ágora, na Grécia Antiga, era o centro dinâmico da cidade; um local para encontros, convivência, discussão sobre política, leis, sociedade e para fazer trocas. No período do Império Romano, esse espaço deu origem ao Fórum Romano que, posteriormente, orientou as praças nas cidades latinas e por toda a Europa.

A Revolução Industrial iniciou uma mudança na configuração desses espaços, gerando uma inflexão no sentido da vida pública. As ruas e praças deixaram de ser sinônimo de espaço público e novos locais privados se tornaram uma alternativa de lazer, como os teatros, boulevares, cafés e bares. Se, antes, as praças tinham a função de centro vital da cidade, no século XX, passaram a ser uma composição de complexo viário, tornando-se um entroncamento, uma rotatória, um lugar de passagem, em referência ao não lugar proposto por Marc Augé, sem a ligação emocional que caracteriza os laços de pertencimento⁹.

Para que a população possa se apropriar novamente de espaços como as praças, ou de novos espaços, gerando identificação, é preciso que haja efetiva interação entre homem e meio. Esse processo ocorre em diferentes níveis de intensidade¹⁰, podendo ser espontâneo ou induzido por meio de políticas públicas específicas de incentivo à apropriação da cidade por seus habitantes.

O primeiro nível de apropriação ocorre com a observação, mais particularmente com o olhar. Por meio dele, nos colocamos em contato com as coisas, tornando-as conhecidas, gerando no observador um sentimento de familiaridade em relação ao que é observado.

O olho busca e focaliza automaticamente um objeto de interesse,

por meio de um sistema que refrata a luz e garante uma análise do ambiente à distância. Ao ver, obtemos informações sensoriais visuais. Todavia, quando esse conteúdo é reconhecido e compreendido, ocorre o que chamamos de percepção, que garante a nossa interação com o mundo externo. Com a observação, podemos descrever objetos e pessoas, permitindo que sejam identificados pela diferenciação. A percepção torna-se, então, o fator constitutivo do eu pelo contato com o outro.

O olhar deliberado, organizado e sistemático¹¹ torna-se uma ferramenta fundamental de sensibilização e aprendizado daquele que vê, em relação ao que é visto. No campo da educação ambiental, por exemplo, as experiências com a observação de aves têm indicado que essa prática, em qualquer faixa etária, gera um vínculo afetivo, princípio básico de uma educação transformadora e voltada para a consolidação do respeito ao meio ambiente¹².

A observação também é importante, como primeira fase dos projetos de educação patrimonial. Podem ser realizadas atividades de percepção visual/sensorial, por meio de manipulação, experimentação, medição, anotação, comparação, dedução, entre outras práticas. Isso leva o observador a desenvolver um relacionamento com o bem cultural, dando a ele significado, aumentando o grau de apropriação e envolvimento dos participantes com o patrimônio¹³. Esse mesmo procedimento pode ser aplicado para gerar pertencimento às cidades.

Outro nível importante da observação é a escuta¹⁴, caracterizada por um processo de tomada de consciência do que está à nossa volta. Dois exemplos, a partir das vivências do grupo, podem elucidar a aplicação do conceito.

Quatro dos pesquisadores foram convidados a explicar sobre a Teoria U e os níveis de escutas para um grupo de agentes sociais, na cidade de Jardinópolis/SP, em 2016. Era uma das primeiras experiências do IPCCIC em propagar externamente seus referenciais. Havia

incerteza sobre a possibilidade de compreensão dos diferentes níveis de escuta, considerando a sutileza entre um e outro e o curto tempo de explanação.

Como parte das atividades, a equipe propôs uma dinâmica. Os participantes tiveram que encenar uma situação em que aqueles diversos níveis de escuta estivessem presentes em situações que exigissem o diálogo entre a sociedade civil e o poder público. As esquetes apresentadas, foram tão pertinentes, que deixaram a certeza não só do entendimento sobre o que o grupo propunha, como a relação comum que os diferentes níveis tinham com a realidade daqueles participantes.

O segundo exemplo resulta de uma pesquisa efetuada com comunidades de habitação precária em 2018. O grupo foi a campo com o pressuposto de que o problema evidente daquelas famílias eram suas casas precárias, muitas erguidas sobre sobras de madeira, tijolos disformes ou mesmo ocupando improvisadamente vagões de trem. Ao promover a escuta empática, para além das estatísticas, concluiu-se que a maioria estava contente com a própria moradia. Ao longo das conversas, eles falavam orgulhosos do trabalho coletivo de construção dos barracos. A insatisfação era com a falta de direito à cidade, traduzido, nesse caso, por políticas públicas de acesso à infraestrutura, ao transporte coletivo, à educação e ao saneamento básico.

Qualificar a escuta significa, portanto, partir de níveis simples de percepção até chegarmos a um estado de atenção plena. Embora, no passo um, já tenhamos abordado os níveis de escuta, retomamos o tema. Propomos quatro níveis de escuta, que geram diferentes profundidades de interação com o meio e as pessoas à nossa volta:

(1) Escuta recuperadora – mente, coração e vontade fechados.

Quando ainda estamos com o nosso “copo cheio”, captamos o mundo por meio das nossas lentes, que foram moldadas por várias camadas de crenças, valores, julgamentos e conhecimentos que

adquirimos ao longo da nossa vida. Esse “pacote” torna-se a nossa “verdade”, uma referência para ler e compreender o mundo, num processo definido como enculturação. Por outro lado, também pode nos tornar cegos e surdos para aquilo que emerge de uma “verdade”, de um “pacote” diferente do nosso.

Pensemos sobre isso a partir da questão da “social media bubble” ou filtros-bolha das mídias sociais. Certa vez, uma amiga disse: “Eu curto várias páginas de notícias e só leio as reportagens indicadas no meu feed”. Assim muitos também têm feito, na atualidade, portanto, não é nenhuma novidade. O que a maioria não se dá conta é que algoritmos filtram as informações sobre nós na Internet, criando um perfil. A partir daí, são formadas bolhas de grupos ideologicamente distintos.

Em outras palavras, passamos a ver nas redes sociais apenas o que gostamos e coisas com as quais concordamos, criando a ilusão de que todos pensam como nós. Prisioneiros de uma ilusão planejada, não percebemos que, aos poucos, perdemos o contato com opiniões e pessoas diferentes. Sem a observação do que é diverso, sem o contato com o outro, o diálogo desaparece e é substituído por certezas retroalimentadas em monólogos travestidos de debates. Ao nosso pensamento pasteurizado, passam a importar apenas as virtudes e verdades dos parceiros da nossa “bolha de conforto”. Sem perceber, nos tornamos intolerantes, acreditando que outras opiniões são mentiras, porque não estão de acordo com as nossas.

Esse é apenas um exemplo de como podemos, com o tempo, por falta de observação do que é diferente, ficarmos presos a padrões obsoletos, cristalizando velhas opiniões e modos de ser, por meio da retroalimentação. Nesse nível de escuta, as trocas, transformações e o aprendizado são superficiais ou quase nulos. É como se estivéssemos dentro de uma sala, com as janelas e portas fechadas, enquanto um grupo de pessoas conversa na rua. Chega até nós um burburinho, mas não absorvemos nada, porque estamos com a mente, o coração e a vontade fechados para o novo.

Para escaparmos à armadilha de “escutar sem dar ouvidos”, precisamos primeiramente fazer a recuperação desses padrões e valores cristalizados e naturalizados em nossa conduta diária. Isso significa criar condições para novos aprendizados, jogando luz em nós mesmos, em nossas certezas, aprofundando o autoconhecimento e o nível de consciência sobre a existência do motor oculto que move nossos pensamentos, palavras e ações.

(2) Escuta factual – mente aberta.

No segundo nível de escuta, já somos capazes de captar com clareza as informações vindas do mundo externo; estamos com a mente aberta para novos dados e perceber as contradições que despertam questionamentos sobre o nosso “pacote”, suscitando novos conhecimentos. Esse é o nível mais utilizado pela ciência. A partir de uma tese, identificamos a antítese e construímos a síntese.

No entanto, é preciso tomar cuidado para que esse processo seja genuíno e realmente estejamos com a mente aberta para o novo. O alerta advém do fato de que nem sempre estamos prontos para abrir mão do passado, das nossas certezas e verdades. Sem o preparo devido, essa seleção de fatos resulta de escolhas que se prestam apenas para confirmar as nossas próprias teses e não para transformar a nós mesmos e ao mundo à nossa volta. Se isso ocorrer, é porque ainda estamos sentados naquela sala, mas já abrimos a janela para ouvir o burburinho lá fora, contudo, ainda escolhemos ouvir apenas o que nos interessa. Por isso, é importante que o primeiro nível de escuta, a recuperação, seja bem-feita. Que estejamos certos dos pontos cegos que influenciam nossas escolhas sem que percebamos.

(3) Empática

Representa o terceiro nível de aprofundamento da escuta. Quando conseguimos escutar empaticamente, isso significa que, além da mente, também fomos capazes de abrir nosso coração, colocando nossa atenção na verdadeira intenção de ouvir e entender

o outro. Totalmente no presente, estamos no Agora. Nossa atenção é plena.

Para uma escuta nesse nível, precisamos de habilidades de comunicação baseadas na qualidade dos relacionamentos interpessoais e na formação de vínculos afetivos. Como detentores da faculdade de compreender emocionalmente as pessoas e o lugar onde vivemos, nos tornamos capazes de nos colocarmos no lugar do outro, evitando estranhamentos letais por meio do diálogo honesto.

Isto já vem sendo praticado no campo da educação, onde estudos revelam que a inserção de práticas educativas positivas e que provocam empatia, desde a infância, diminuem os níveis de violência e melhoram o aprendizado¹⁵.

A empatia é capaz de suscitar compaixão e generosidade. Basta ver a mobilização que ocorre depois de um desastre natural. O *tsunami*, na Ásia; a fome, na África; o terremoto, no Haiti. Milhões de pessoas no mundo todo se mobilizaram para ajudar as vítimas.

Para Jamil Zaki¹⁶, empatia significa compartilhamento e compreensão da emoção dos outros. Somos uma espécie social, motivada a fazer parte de um grupo e compartilhar um senso de identidade. Temos a tendência a agir em conformidade com a maioria, evidenciando que, como grupo, queremos compartilhar. Uma prova é que pessoas que já foram beneficiadas por doações, normalmente, tornam-se mais empáticas e capazes de repassar a generosidade, criando uma rede de boas ações. Ao contrário do que indica o senso comum, a ciência aponta que somos propensos à cooperação e a ter empatia. Principalmente quando vivemos em comunidades que valorizam esses comportamentos como norma social. Com frequência, são lugares onde há proximidade entre os moradores, com mais conexões e interdependência. Isso ocorre mesmo hoje, no mundo contemporâneo, que está marcado por crescente onda de ódio, desconexão e isolamento, em que parece cada vez mais difícil ter empatia.

A escuta empática é capaz de ativar esse “contágio positivo”. O treinamento desse nível de observação pode ocorrer das mais diversas formas: leitura de obras literárias, apreciação de obras de arte, teatro, música, interações sociais e trabalho voluntário são alguns exemplos já comprovadamente exitosos em programas de escolas.

No que tange às políticas públicas, a cultura e a educação são poderosas, nesse sentido. Medellín, na Colômbia, reduziu em 95% o índice de violência, se comparado há 20 anos, a partir do investimento nesses setores. A estratégia foi a criação de equipamentos culturais, como bibliotecas parque, em comunidades do município com menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior demografia e expressivo histórico de violência. Esses lugares passaram a funcionar como pontos de transformação e fortalecimento das comunidades locais.

Em Londres, o Empathy Museum tem proposto uma série de projetos artísticos dedicados a ajudar as pessoas a olhar o mundo com o enfoque dos outros. Com foco na narrativa e no diálogo, o museu tem explorado como a empatia pode transformar nossos relacionamentos pessoais e nos ajudar a enfrentar desafios globais, como preconceito, conflito e desigualdade.

Em 2018, em parceria com o Intermuseus, foi realizada, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, a exposição Caminhando em seus Sapatos, com curadoria do filósofo Roman Krznaric. Os visitantes eram convidados a ouvir histórias reais e “calçar” os sapatos do dono da história¹⁷. As experiências provocaram risos, choro e um “espelhamento” entre as histórias escutadas e as vivências pessoais daqueles que interagiram com a exposição.

Em novembro de 2018, aplicamos uma técnica de diálogo empático com um grupo de 12 pessoas, que realizava um curso de autoconhecimento e desenvolvimento dos sentimentos. Embora se reunissem sistematicamente por uma hora e meia, toda semana, por três anos, pouco se conheciam. A prática consistiu em formar duplas

que deveriam caminhar pelo ambiente conversando por seis minutos. Nos primeiros três minutos, um membro da dupla deveria falar sobre a sua infância, sobre os momentos mais significativos da sua vida, que promoveram marcante transformação pessoal.

O enfoque deveria ser sentimentos e emoções vivenciados nos acontecimentos relatados. Enquanto isso, cabia àquele que escutava manter constantemente o contato visual com o seu interlocutor, não interrompendo o relato e evitando emitir sons e gestos de concordância ou discordância. Depois de três minutos, a dupla invertia os papéis.

Ao final, todas as duplas afirmaram que descobriram necessidades e sentimentos em comum com o parceiro de exercício. Relataram também que, embora convivessem em um curso para desenvolver sentimentos e empatia, conheciam muito pouco os sentimentos do colega. Ficou claro, com essa experiência de escuta transformadora, que o compartilhamento gera confiança, estreita o relacionamento entre os participantes e aumenta a capacidade de compreensão mútua, por meio da empatia, identificação e projeção. Isso ocorre de maneira “sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade”¹⁸. Ao compreender verdadeiramente o outro, somos capazes de lutar contra o ódio e a exclusão, porque abandonamos a surdez típica dos posicionamentos enraizados e cristalizados.

Outro aspecto é que a escuta empática tem grande potencial para gerar identificação entre quem ouve e quem é ouvido, porque nos permite constatar que, independentemente das nossas diferenças, temos as mesmas necessidades de segurança e satisfação das nossas carências. Ao encontrarmos nossas necessidades comuns, podemos estabelecer uma comunicação não violenta.

Ana Lúcia Giradi Ribeiro da Rocha, enfermeira, resumiu o que significou para ela participar da atividade de diálogo empático:

“Em uma época, como a atual, onde a necessidade de se falar

sobre os próprios sentimentos está tão necessária, e onde ter quem nos ouça está tão escasso, a atividade de Escuta, sem dúvida é uma grande oportunidade de aprendizado e crescimento emocional, tanto para aquele que precisa de CORAGEM para falar de si, quanto para aquele que se dispôs a ouvir, como os OUVIDOS DE OUVIR, de alma para alma”.

(4) Escuta transformadora.

Na escuta transformadora, ou gerativa, estamos prontos a escolher o que queremos deixar para trás do nosso “pacote”; questões que limitam nossas ações, permitindo que emergjam soluções criativas para nossa vida e para a comunidade. Estamos prontos para olhar para o futuro, desenvolvendo a criatividade coletiva. Para isso, devemos ser capazes de abandonar, mesmo que parcialmente, nossa atitude egocêntrica, estando prontos para adotar um comportamento ecocêntrico, agindo a partir do todo. Esse é o momento para cocriar o espaço em que vivemos, tornando-o um lugar que faz sentido para nós. Com a mente e o coração abertos, também somos capazes de abrir nossa vontade para agir em prol da ativação das nossas potencialidades. Nessa fase, nos colocamos dispostos a ouvir o outro e nos transformar.

É um processo criativo resultante de um mergulho profundo em nossas memórias individual e coletiva, no qual encontramos informações e experiências geradoras de novos conhecimentos. Nesse mergulho no outro e em nós mesmos, fazemos conexões, despertamos recordações, nos ligando à nossa própria essência. Quanto mais fundo vamos, mais somos capazes de acessar sentimentos, sensações e termos percepções do mundo, emergindo com o que é necessário para tornar a nossa existência significativa e feliz.

Recuperamos e tomamos consciência das nossas crenças e valores. Fomos capazes de observar de maneira factual e seletiva nossa realidade. Abrimo-nos para criar relações de empatia com os outros e com o lugar em que vivemos. No nível da escuta transformadora,

chegou o momento de olharmos para o futuro. Nessa fase, estamos prontos para assumir a condição de cocriadores, num nível mais profundo de apropriação do mundo. Isso se traduz pela participação ativa na organização e transformação dos espaços sem sentido em espaços com identidade de lugar.

Sabemos que não é uma proposta simples e que exige mudança de padrões de comportamento muito enraizados, e reconhecidos por redes de conversação¹⁹. Contudo, sabemos que, quanto mais houver apropriação e identificação entre o indivíduo e seu entorno, maior a possibilidade de adotar um comportamento de preservação do ambiente e da própria humanidade. O fortalecimento da identidade de lugar reforça o apego do indivíduo em relação ao entorno e estimula a ética do cuidado mútuo. Isto significa que temos a tendência de preservar aquilo com o qual temos laços de afeto e que nos faz sentido²⁰.

Nós, como sociedade, precisamos nos apropriar para sentir que somos parte de algo. Sentir que temos o domínio de um local, que podemos arrumá-lo, remodelá-lo, construir nele algo com o qual nos identificamos. Precisamos disso para garantir nossa segurança emocional. Precisamos da identificação com territórios próprios para constituir nossa personalidade, estruturar conhecimentos e relações sociais saudáveis e duradouras.

O nível de apropriação do lugar está diretamente relacionado às atitudes do indivíduo em relação ao meio, às normas sociais, leis e questões político-administrativas²¹. Afinal, o lugar é o campo da sociabilidade, das trocas, da generosidade. O contrário dele é a solidão e o vazio de significado.

Nosso lugar pode ser uma rua, uma vizinhança, um bairro, uma cidade, um país ou o mundo inteiro. Não é o tamanho que o define e sim quanto nos apropriamos dele; o nosso sentimento de pertença. Quanto ele é um elemento constitutivo daquilo que somos e do que nos torna reconhecidos pelos outros. É dele que recebemos a

influência para aumentar nossa autoestima e estreitar nossas relações sociais. É nele que aprendemos a nos relacionar, desenvolvendo sentido de continuidade, definido pela manutenção do meio ambiente e da nossa própria vida.

Sentido de vizinhança: a proximidade como proposta

Trataremos da importância da escuta empática e transformadora para constituir a identidade de lugar, como forma de estabelecer um ambiente seguro, que favoreça a autoestima e a autoeficácia dos habitantes. Entendemos que a proposta de “sermos comunidade” depende da postura proativa adotada para que nossas cidades deixem de ser espaços de solidão e tornem-se lugares com sentido.

Para que isso ocorra, é necessário efetivar um novo comportamento, pautado em alguns parâmetros: ter presença na realidade do local onde vive, atuando como cocriador da comunidade, com a atenção plena não somente nas necessidades individuais, mas, também, nas necessidades do grupo; e estabelecer relações de vizinhança, pautadas na confiança mútua e cooperação. Nesse último caso, a sociedade como um todo deve aprender com as relações de vizinhança mantidas em bairros pobres e frágeis, nos quais conviver com o vizinho tem papel fundamental na luta diária pela sobrevivência. É muito importante frisar que as relações de vizinhança ficam cada vez mais complicadas, na medida em que os vínculos passam a ser medidos pela desconfiança.

A perda de espaços de convívio coletivo e de lugares de proximidade, que promoviam a interação e construção de intimidade, entre as pessoas que habitam os centros urbanos, está se acelerando, na medida em que aumenta o acúmulo de capital e ampliam-se as desigualdades sociais.

Até a própria escola, que deveria ser o local de interação social, trocas e construção de relacionamentos pessoais sólidos, sofre com

a hiperespecialização e o hiperindividualismo, provocando a perda das solidariedades e um consequente mal-estar do aluno, que fica sem o lastro²².

A explicação está em nosso estilo de vida, cada vez mais individualista, e na insegurança que permeia os espaços públicos. Esses e outros fatores levam ao enfraquecimento da “linha” que alinhava o tecido social.

Os pontos de encontro, que antes eram comuns em nossos bairros, estão deixando de existir. Temos cada vez menos oportunidades de interação e convivência, tão necessárias para a construção dos laços que consolidam a confiança.

Esses laços caracterizam-se por um sentido de vizinhança baseado na proximidade, que é o suporte da sociabilidade e geradora da solidariedade e identidade. No lugar, ocorrem a cooperação e o conflito, partes importantes da equação da convivência em grupo, da vida social em comum. São as chamadas vizinhanças vivas, grupos com sólida dinâmica social e cultural, em que encontramos diversidade de relações. Nesses ambientes, há um investimento emocional, com os habitantes promovendo a interação com o lugar, pela participação em eventos, vida política, brincadeiras, conversas de rua, etc. O vizinho não é um estranho, mas um participante ativo das nossas vidas.

O fortalecimento dessas relações conta com outros importantes elementos: a afetividade, evidenciada na união e no cuidado mútuo; o surgimento de lideranças locais; a existência de espaços recreativos, áreas naturais e espaços abertos; o compartilhamento de interesses; a participação voluntária na vida da comunidade; a troca de informações; as normas sociais percebidas e respeitadas; a segurança emocional; o enraizamento. Essas são dimensões de apoio social para garantir a qualidade de vida no lugar onde habitamos²³.

Tudo começa com os nossos vizinhos, aqueles mais próximos de nós. Tem início com o cultivo de mais oportunidades de interação

social e experiências comuns. Principia-se com a escolha, o investimento e a responsabilidade pessoal com o coletivo. Não raro, são atitudes simples, como fornecer e obter ajuda dos outros membros da comunidade; olhar a casa do vizinho quando ele viaja. Em outros, exige participação assídua em associações e movimentos da rua, do bairro e da cidade.

Pode-se começar apenas com um sorriso espontâneo dirigido ao morador da casa ao lado, enquanto tiramos o carro da garagem. Abandonando a postura do “Eu contra Eles”, a desconfiança em relação ao outro, para adotar um comportamento mais solidário, em sintonia com o nosso sentir, consequência de um investimento emocional que diminui a desconfiança e nos leva a uma postura mais colaborativa de “Nós com os Outros”.

Eu, os outros e o lugar: identidade e sentido de comunidade

Acreditamos que vivenciar o entorno físico e o social é atitude essencial para a construção da nossa identidade. Significa que a configuração das nossas identidades pessoal e coletiva se vincula à constituição de uma identidade de lugar²⁴. O lugar, portanto, é parte importante daquilo que somos e de como os outros nos veem²⁵. Oscilando entre o particular e o coletivo, nossa identidade engloba, ao mesmo tempo, nossa singularidade e a forma como mantemos nossas relações sociais e nos identificamos com territórios próprios²⁶.

Nossa identidade pessoal está em constante metamorfose. Como nossas identidades emergem do pertencimento a culturas familiares, profissionais, étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, nacionais, etc., somos afetados pelas rápidas mudanças do mundo contemporâneo. O que tem acontecido cada vez mais, em especial nos centros urbanos, é a perda do sentido estável em relação ao nosso lugar e a nós mesmos²⁷.

Se o ditado “só sentimos falta de algo quando o perdemos” está

correto, talvez a explicação para estarmos tão preocupados com questões relativas à identidade, memória, comunidade, seja justamente porque essas experiências estão se transformando em dúvidas e incertezas. Discutir identidade nos dias atuais significa refletir sobre o colapso do estado de bem-estar social e o crescimento da sensação de insegurança²⁸.

Ao sermos concebidos, carregamos as nossas tendências, fruto de nossa herança hereditária. Ainda temos que nos relacionar com as expectativas dos que nos rodeiam e com as nossas próprias características. Podemos dizer que ainda no útero materno já iniciamos o nosso processo de interação com o ambiente.

Quando nascemos, geramos mudanças no ambiente, e seguimos transformando-o e sendo transformados por ele. Em movimento constante, imprimimos nossa maneira de ser, que já não é nossa apenas, mas constituída pelo exercício de alteridade que exercemos em nossas relações.

Mas, afinal, quem somos nós? Quem sou eu?

Ao tentar responder à pergunta, nos indagamos sobre nossa identidade, e podemos dizer que nossa identidade pode ser a descrição apenas de um personagem: o filho, o pai, o professor, o médico. Onde está o autor?²⁹ O autor consiste-se a partir do outro e, como fenômeno social, a identidade sofre mudanças constantes.

No momento em que vivenciamos, na sociedade, uma crise de valores, podemos ter dificuldades de responder às questões sobre a identidade. A dificuldade pode residir no próprio valor em vigência no grupo ao qual pertencemos. Podemos sofrer o efeito camaleão, ou seja, de acordo com o grupo, nos atribuímos atributos valorizados de forma diferente.

Em um contexto de supervalorização do ter, em detrimento do ser, na maioria das vezes, nos apresentamos a partir do que aparentamos e do poder que possuímos. Identificar os valores que nos representam como seres humanos pode ser um exercício arriscado,

ou mesmo difícil de acontecer, pois para tanto, necessitamos retornar à pergunta: Quem sou eu?

Ao perguntar, nos remetemos a uma reflexão sobre nós mesmos, mas, no momento em que precisamos efetiva e urgentemente ser felizes, o outro é que permite a nossa identificação, é um meio para a nossa conquista, não mais um fim para eu ser.

Assim, seguimos cegos, em um mundo repleto de estímulos que nos promete a felicidade e o bem-estar. Para muitos, essa caminhada pode gerar mal-estar e inquietações, e na tentativa de reconhecer quem é o autor do personagem que representamos, acabamos por “remar contra a maré”, em busca de nos reconhecermos nos outros, para atingir o que é mais salutar para a nossa vida: o autoconhecimento.

Dispostos a obter o autoconhecimento, podemos vivenciar situações de intenso conflito, pois nossas relações e os costumes, construídos a partir de características de liquidez, podem nos enclausurar em nós mesmos e, então, chegarmos a ponto de acreditar que podemos ser alguém autossustentável. Será possível?

Novamente encontramos um dilema: O autor do personagem precisa ser ele apesar de tudo, mas precisa do outro, ainda, para se constituir. O que fazer? Entregar-se ao desespero, ou à desesperança, ao tédio e à apatia, pode ser o caminho mais fácil, mas menos proveitoso e o mais perigoso, pois podemos cair na armadilha de desistir de sermos o autor e acabarmos como um objeto, ou um ser que foi.

Abandonar a apatia e o tédio pode nos levar em busca do outro que nos faz reconhecer quem somos, mas também nos completa nos momentos de desesperança e esperança. Nesse momento, podemos, sim, acreditar que somos o autor e não apenas uma personagem. Recuperar o sentido que nos faz humanos, identificando o rumo de nossas vidas, nos leva a escolher viver e superar o sofrimento relacionado às necessidades básicas e existenciais³⁰.

Em um mundo midiático, que se alimenta de notícias

sensacionalistas, ao divulgar o que é mais perverso do ser humano, escolher o sentido da vida e procurá-lo na alteridade parece ser um imenso desafio para as pessoas que almejam uma “vida plena desentido, e querem cultivar tudo de melhor que existe dentro delas para maximizar as experiências de amor, trabalho e lazer”³¹.

A superação desse desafio nos remete à ideia de resiliência, que implica um desenvolvimento positivo. O ser resiliente não somente supera, como também se constitui mais fortalecido individual ou coletivamente, fruto de suas conquistas nos processos de aprendizagem e transformações pessoais e contextuais³².

Nesse momento, a noção de resiliência estreita os laços com o conceito de empoderamento, entendido como “processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia”³³. Fortalecido, o ser humano se empodera, ou vice-versa. Lechner, investigando o vínculo entre migração, resiliência e empoderamento, a partir de autorrelato de migrantes, aponta que a resiliência coletiva sinaliza o “poder” do contexto relacional para o empoderamento³⁴.

Nesse movimento, compreendemos que somos uma comunidade. Assim, retornamos ao grupo do qual viemos, fortalecidos para exercer a nossa autoria e propagar a necessidade de cada um ser o cocriador de sua história.

Ao final, somos o resultado da soma do Eu, dos Outros e do Lugar, como elementos do que significa fazer parte de algo. Essa é a chave para a compreensão do sentido de comunidade, entendido como a percepção do espaço como um componente afetivo, compreendido por dimensões (Fig. 1) no campo do sentimento³⁵.

1. Pertencimento

Essa dimensão garante um estatuto de membro, a sensação de fazer parte de um grupo caracterizado por certa identificação e no qual cada indivíduo deve fazer um investimento pessoal para permanecer pertencente.

2. Confiança.

Desenvolvida com a construção de normas que garantem a ordem e a distribuição do poder, a confiança é fundamental na formação de valores comuns. É constituída com o respeito às opiniões dos membros do grupo, para que o indivíduo tenha certeza de que exerce certa influência sobre o coletivo e, ao mesmo tempo, que o grupo tem influência sobre o individual.

3. Trocas

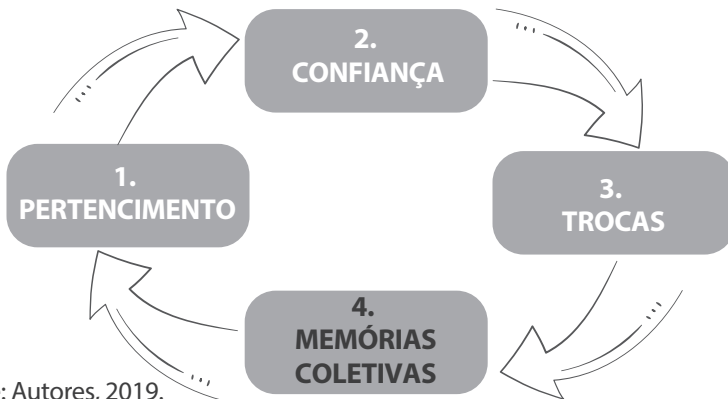
Objetivos, crenças e necessidades comuns são identificadas e passam a ser partilhadas, reforçando a integração e a coesão do grupo. Nesse processo de troca contínua, os indivíduos sentem que, mesmo parcialmente, suas necessidades e seus anseios estão sendo atendidos.

4. Memórias coletivas.

Essa é a dimensão que constitui o espírito comunitário e possibilita o estabelecimento de ligações emocionais, que ocorrem com o compartilhamento de experiências, originando valores e representações comuns. História, lugares e vivências são partilhados, construindo memórias coletivas que dão suporte às outras dimensões, formando um círculo contínuo que evita a cristalização do grupo e a sua estagnação.

Figura 1

Dimensões no campo do sentimento da percepção do espaço



Fonte: Autores, 2019.

Embora seja possível mapear várias formatações diferentes de comunidade, Zygmunt Bauman dá ênfase a dois tipos: as comunidades de vida e de destino e as comunidades de ideias. A primeira é aquela na qual o indivíduo vive uma ligação absoluta, como a da família, por exemplo. Já a segunda é formada por uma variedade de princípios e diferentes ideias, em que há a crença na necessidade de escolhas contínuas. A identidade coloca-se nesta última, pois exige um esforço contínuo para alcançar objetivos comuns e estabelecer identidades coletivas, mesmo que estas estejam sempre inconclusas ³⁶.

Independentemente do tipo de comunidade, devemos levar em conta a ambivalência estabelecida na sociedade contemporânea. Ansiamos por proteção, dada a nossa situação de insegurança geral e pelo retorno a um mundo familiar, que estabelece um ambiente de cooperação e confiança, mantendo do lado de fora aquilo ou aquele que consideramos uma ameaça³⁷. Colocamo-nos atrás de fronteiras e cercas elétricas e acreditamos, com isso, que vivemos em comunidade. Essa ilusão camufla uma convivência fria, marcada pelo individualismo e por relações superficiais. Somos capazes de viver uma década em uma rua sem conversar com o vizinho da casa ao lado.

Mesmo assim, continuamos desejando viver em comunidade, porque sentimos que essa palavra sempre traduz algo de bom, cálido, confortável e aconchegante³⁸. Um lugar onde podemos nos sentir seguros, longe dos perigos que o lado de fora representa. O sonho de um lugar onde possamos contar com a colaboração dos outros. A questão é que não temos feito um investimento material e emocional para consegui-lo. E, por isso, esse é o tipo de mundo que não está ao nosso alcance, embora desejemos muito viver em um lugar assim.

Estará fora do nosso alcance enquanto não abrimos mão do nosso instinto tribal, trazido do início dos tempos, que, por medo e necessidade de proteção, nos leva a agir pela aniquilação da diferença e do diferente. Ou seja, desejamos viver em comunidade, desde que todos dentro dela pensem da mesma forma e não representem uma ameaça.

É importante distinguir “a comunidade de nossos sonhos e a comunidade realmente existente”, ou possível. Um grupo que deseje encarnar o “sonho”, que só existe em nossa cabeça, corre o risco de abrir mão da liberdade, da autonomia, da autoafirmação e da identidade pessoal, em troca de uma pretensa segurança. No processo, deixamos de confiar nas pessoas, porque o outro é um estranho³⁹.

Na comunidade real, o conflito não desaparece, porque mantém-se sempre, numa tensão constante entre comunidade e individualidade, liberdade e segurança. Não seremos humanos, se abirmos mão de uma delas ⁴⁰.

Na comunidade dos sonhos, há a promessa da simplificação, que, no limite, significa abraçar a mesmice e ter o mínimo de diversidade. Ter mais do mesmo. A vida lá fora, em especial a urbana, representa o perigo, afinal, é o campo da diferença, o lugar da diversidade. Nela, os espaços públicos são o campo de batalha. Em nossa protegida garagem, entramos no carro e fechamos o vidro. Preparamo-nos para sair rumo ao desconhecido. Alcançamos a rua e nos assalta a insegurança. Quem são eles? O que pensam? O que podem fazer contra mim? Aumentamos a velocidade para atravessar o mais rapidamente possível essa zona de perigo. Não é sem explicação que o trânsito fica cada vez mais violento, pois reflete os medos dentro de nós.

No mundo real, a comunidade não é apenas o nosso condomínio. Somos parte de vários grupos, entre eles, a nossa própria cidade, nosso país e, em última estância, a Terra. Sim, a Terra, afinal, somos todos humanos.

Onde quer que moremos, seja qual for o grupo que escolhemos para fazer parte, ser comunidade significa uma tomada de atitude proativa, no local e no grupo onde estamos inseridos por escolha. Para isso, o que sugerimos é valorizar o sentido de comunidade, sem abrir mão da nossa identidade e, consequentemente, da nossa responsabilidade individual e liberdade.

O sentido de comunidade é desenvolvido por meio de ligações

emocionais compartilhadas, que dão suporte ao pertencimento a um lugar ou a um grupo. É gerado pela igual distribuição de poder e na autoridade baseada em normas e princípios (e não na força), que se transforma em confiança e, por fim, é a base das trocas e da cooperação.

Nossas cidades, como espaços físicos onde vivemos, só têm a ganhar em qualidade de vida e felicidade, se os habitantes desenvolverem o sentido de comunidade.

Com essa certeza, construímos, baseados em nossas experiências e pesquisas, uma trilha de aprendizagem, cujo objetivo é oferecer aos interessados um caminho possível para o desenvolvimento do sentido de comunidade. Não é uma receita de bolo, que deve ser seguida à risca; afinal, cada indivíduo e grupo têm suas particularidades e potencialidades, que devem ser identificadas, valorizadas e respeitadas. O que pretendemos é apontar caminhos possíveis; a escolha de quais seguir, é sempre de cada um.

Trilha de aprendizagem: construção do sentido de comunidade.

Iniciativa

É preciso ter a iniciativa, tomar a decisão de fazer parte de um grupo, de pertencer a um lugar. É o ponto em que reconhecemos que estamos incomodados; temos um problema que não conseguimos resolver sozinhos. Escolhemos a vivência coletiva como um caminho para diminuir a sensação de isolamento e a impotência em relação aos problemas da cidade em que vivemos. Mesmo com medo e inseguros, admitimos conviver com as diferenças, e assim diminuir o estranhamento entre “eu e eles”.

Jornada compartilhada

Mesmo reconhecendo a existência de diferenças e estranhamentos, escolhemos compartilhar uma jornada, fazer parte de um grupo.

Ainda pode ser apenas um desejo de sentir-se parte de uma comunidade, de ser pertencente, representando a busca pela segurança. Contudo, ao tomar a decisão de seguir uma jornada compartilhada, nos colocamos abertos à observação do grupo, iniciando o processo de apropriação no qual eu Olho e Escuto, com a mente, o coração e a vontade abertos às novas experiências propostas pelo grupo.

Experiências comuns

Ao longo do tempo, participamos de práticas coletivas e atividades de interação com os demais membros do grupo, assim como realizamos a Escuta empática. Aos poucos, nos permitimos estabelecer trocas e compartilhar experiências, gerando proximidade e interação. O resultado é que são construídas referências comuns, que darão forma, mais adiante, à identidade coletiva:

- Referências tangíveis: lugares, edificações, finanças, bens móveis;
- Referências Intangíveis: memórias, valores, ideologias, normas sociais, referências culturais.

Investimento pessoal

Percorrendo o trajeto, chega o momento de escolha. É o início do empoderamento. Devemos decidir se continuaremos ou não a Jornada Compartilhada. Neste ponto, vamos refletir sobre nossas necessidades em comum com o grupo e sobre como o grupo ativa nossas potencialidades. A reflexão passa pelo questionamento se já nos sentimos parte do grupo, ou se é possível identificar-nos com ele, numa relação de confiança.

Responsabilidade pessoal

Já estamos prontos para fazer parte do grupo e estabelecer relações de cooperação. Para isso, precisamos definir com clareza os

nossos limites individuais e até onde podemos nos comprometer com os objetivos comuns da coletividade. Neste ponto, reafirmamos nossa identidade pessoal em relação à identidade coletiva, para não perder nossa individualidade.

Responsabilidade com o coletivo

Fase da consolidação do empoderamento individual, em que são pactuadas as responsabilidades individuais de cada membro e as responsabilidades e o papel com o grupo. Assumimos o caráter da nossa contribuição, se estamos prontos, ou não, para escolher sermos líderes, mesmo que por tempo limitado.

Reconhecimento das potencialidades individuais

Em um processo contínuo de diálogo e cooperação, chega o momento do grupo reconhecer as contribuições individuais e valorizar as identidades de cada membro, evitando, assim, a ilusão de homogeneidade. Esse reconhecimento gera a confiança do indivíduo de que suas opiniões estão sendo assimiladas e suas necessidades, dentro das possibilidades e limites do grupo, atendidas.

Seja comunidade

O tempo já consolidou confiança, práticas comuns e cooperação. Foram apropriados os espaços, o investimento pessoal e a responsabilidade. Construídos laços de afetividade, sensação de pertença ao grupo e alteridade. O grupo construiu referências comuns, compartilhando origens, interesses e objetivos.

Vivendo em comunidade

O movimento de apropriação é cíclico e deve ser renovado, abrindo-se às influências externas, tão necessárias ao aprendizado. É importante e saudável que a comunidade aprenda a lidar com a entrada e saída de membros. Esse movimento evita que o grupo

fique hermético e se feche, cristalizando valores e crenças que impeçam a inovação, a percepção das mudanças necessárias e a renovação.

O grupo deve levar em conta que a apropriação de um espaço e a formação de uma identidade de lugar e de uma identidade coletiva ocorrem de maneira e em níveis diferenciados entre os indivíduos, dependendo da sua origem social, das relações que estabeleceram ao longo da vida e do nível de investimento que decidem ter no processo. As diferenças devem ser respeitadas ao longo do caminho. Afinal, não há uma identidade, mas identidades, portanto, não é esperada a homogeneidade. Ao contrário, cada grupo percebe o entorno de maneira diversa, embora exista uma identidade compartilhada, mesmo que parcialmente.

No final, o objetivo é construir comunidades pautadas no compartilhamento e no cuidado mútuo, com interesses e responsabilidades sobre os seres humanos. Lugares com pessoas que compartilhem experiências e memórias; respeitem as trajetórias de vida, as histórias individuais e coletivas. Sem elas, perdemos quem somos. Sem elas, somos esquecimento.

Esperamos contribuir, com nossas reflexões, para ampliar a capacidade de sermos conscientes, mesmo diante das mudanças. A ideia é colaborar com a transformação dos indivíduos usuários das cidades em cidadãos cocriadores do seu lugar. Porque, ao final, acreditamos que a transformação do mundo depende, primeiro, da capacidade de transformação do Eu.

Nesse sentido, voltando nossos olhares para a gestão das cidades, campo de atuação mais acentuado do grupo, porque, fomentar a vida em comunidade, deve ser um exercício contínuo. O papel mais requerido das instituições públicas, é o de organizar e manter os lugares de proximidade. Promover a trilha compartilhada deve vir a ser um instrumento que primeiramente proporcione a consolidação do grupo gestor como uma comunidade preocupada

e comprometida em fazer surgir, acompanhar e dirimir impasses, quando esses forem de sua alçada, de outras comunidades.

Adotar o instrumento de escuta transformadora, como já apontado nos passos um e dois, deve ser prática constante, sem a qual a interligação entre as muitas comunidades não se estabelece e, sem ela, existe a possibilidade de grupos coesos interpelarem os tomadores de decisão e, fragilizados por esses, se oporem entre si.

A principal contribuição aqui, considerando a cidade como um lugar de macrorrelações, diverso, abrigo de muitas comunidades formadas a partir de interesses diferentes, com fios de tensão sempre estendidos, é o de alertar que nunca será possível solidificar uma Cidade Humana, sem que haja a predisposição em compreender a formação das comunidades e aprender a interagir de forma a criar elos de confiança.

Seis passos para a Cidade Humana



PASSO 4

Religar o ser humano ao meio ambiente

Marcela Cury Petenusci
Vera Lucia Blat Migliorini
Mariah Silva Leandro Campos

No final da década de 1960, Richard Buchminster Fuller já dizia que o nosso planeta Terra é um grande sistema no qual homem e natureza são indissociáveis. Alertava para a finitude dos recursos naturais e a necessidade de nós, da espécie humana, realinharmos nosso trajeto sobre o planeta para então sobreviver por longo prazo neste nosso mundo¹.

Durante todo o nosso percurso de trabalho, desde o início, a questão ambiental pautou as discussões, interferiu nos processos e constou das nossas expectativas de ação. O tema permeava os debates, nossos cenários e as demandas, mas sempre num contexto complementar. Com o passar dos anos, o amadurecimento do nosso processo de trabalho, o aprofundamento da experiência em equipe e o crescimento de repertório de produção, fizeram com que percebêssemos cada vez mais como a questão ambiental era intrínseca a tudo. Nesse contexto, uma pergunta ganhou relevância: Como as relações com os temas ambientais poderiam ser abordadas de maneira fluída e constante em nossos projetos de estudo e campo?

Apesar de entendermos que o homem atual, incluindo todos nós, pesquisadores, não se sente parte efetiva dos sistemas ecológicos, compreendíamos que só a aproximação entre os seres humanos e os sistemas naturais possibilitaria a integração efetiva entre homem e natureza.

Então, no final do ano de 2017, a relação entre homem e natureza passa de assunto coadjuvante para um dos principais temas a serem abordados dentro do Instituto: Assumimos o desafio de produzir para o Ministério do Meio Ambiente um estudo sobre Juventude e Meio Ambiente, financiado pela ONU BR.

O processo de mudanças climáticas é, sem dúvida, um assunto que aproxima a população jovem brasileira do ambiente natural e, cada vez mais, a engaja em fóruns e conferências sobre o assunto. No entanto, são poucos os casos em que esses jovens são protagonistas de ações, principalmente por falta de mecanismos públicos que as fomentem.

Da mesma forma, a crise hídrica pode ser considerada real preocupação dos nossos jovens, apesar da maioria desconhecer os mecanismos de participação social na gestão dos recursos hídricos.

Ficou clara, neste trabalho, a importância da Educação Ambiental ser aplicada nos diferentes espaços não formais, como bairros, comunidades, periferias, assentamentos rurais e Unidades de Conservação (UCs) Ambiental para a busca da justiça ambiental.

No caso de comunidades rurais, tradicionais e de UCs, as estratégias e os conteúdos do ensino formal, quase sempre, não contemplam os valores e as dinâmicas dessas comunidades. Há distanciamento das referências históricas e dos valores do grupo comunitário aos quais esses jovens pertencem, bem como dos processos produtivos desenvolvidos em suas comunidades de origem. No que se refere à relação entre a juventude integrante de povos e comunidades pelos Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA) e patrimônio genético, há pouca efetividade de políticas públicas que lhes permitam apropriar-se do patrimônio transmitido por seus ancestrais.

Enfim este estudo nos levou a vislumbrar um caminho inicial para a busca dessa reaproximação entre homem e natureza. Sabendo-se que hoje mais de 50% da população mundial já habita áreas urbanas, o pressuposto que passou a pautar nossas reflexões foi que nenhuma cidade se consolidaria enquanto humana, se essa ligação entre a humanidade e o meio ambiente não se tornasse efetiva e equilibrada.

Esses autores discorrem constantemente sobre a necessidade de se entender que os sistemas naturais e humanos (sociedade e indivíduo) ocorrem de forma interligada e são interdependentes. Essa percepção leva à compreensão de que o processo natural é um movimento cíclico e contínuo e que, ao ser interrompido, fica vulnerável e fadado ao esgotamento dos recursos naturais. Os indivíduos fazem a sociedade, a qual forma o indivíduo. Um dependente do outro.

Cada vez mais, as ocorrências no mundo todo fazem parte da

vida de cada pessoa e vice-versa. E reforça a ideia de que a relação entre homem e natureza não pode ser quebrada e, muito menos, pensada de forma reducionista. O ser humano origina-se na natureza viva e física, mas se distingue dela pela cultura, pelo pensamento, pela consciência e, fundamentalmente, pela linguagem. Há três mil anos que se discute a necessidade de compreensão do mundo natural, respeitando-o e aceitando-o, sem pretender dominá-lo ou negá-lo. É o caminho para o nosso progresso, não apenas como comunidade, mas também como indivíduos.

Por que, então, essa integração entre o todo e suas partes é difícil de ser construída por nós, tanto em nossos processos perceptivos como nas ações práticas?

Talvez a resposta seja que a estrutura de pensamento e ações fragmentadas na qual vivemos, nos impeçam de perceber a realidade complexa e interrelacional em que existimos.

A partir desse contexto, apresentou-se, para nossa equipe, a questão de como identificar os caminhos e práticas possíveis para que a reaproximação entre homem e natureza pudesse acontecer, e assim identificar os instrumentos efetivos para promovê-la.

Para isso, foi preciso entender como esse processo de desconexão se iniciou e como chegamos ao ponto atual.

A ruptura

Os humanos não são os únicos, entre os seres vivos, que alteram o meio natural para melhorar suas condições de sobrevivência no planeta. Pequenos insetos, como as formigas, os cupins, as abelhas, entre outros, elaboram estruturas, algumas bastante complexas, para suas comunidades. Os pássaros constroem os seus ninhos e, alguns, verdadeiros abrigos, como o joão-de-barro. Muitos roedores cavam suas tocas e o castor constrói seus diques. Esses são apenas alguns exemplos das adaptações que os animais fazem na natureza para garantir a preservação de suas espécies.

Entretanto, enquanto os insetos, pássaros, roedores e os demais seres vivos seguem realizando suas obras, utilizando a mesma “tecnologia”, o humano está sempre aprimorando suas intervenções; introduzindo novas técnicas; buscando novos desafios. Isso decorre da principal diferença entre o ser humano e os outros animais – o primeiro é um ser racional, dotado de inteligência, qualidade que permitiu que ele se tornasse, a despeito de sua força física, o maior predador do planeta.

A exploração dessa habilidade, a inteligência, permitiu que as civilizações humanas desenvolvessem novas tecnologias para se adaptar ao meio natural, ou, mais certamente, para adaptar o meio natural às suas necessidades. Ao observar o desenvolvimento tecnológico que caracteriza essas civilizações, podemos notar que são justamente nos locais mais inóspitos à sobrevivência humana, como as regiões áridas e frias, em que as condições climáticas são rigorosas e o acesso aos alimentos mais difícil, que as inovações aparecem mais cedo e com frequência, em oposição ao que ocorre com as civilizações instaladas nos territórios de clima ameno e oferta de alimentos abundante.

Assim, o desenvolvimento de novas tecnologias, ou seja, a evolução das ferramentas de trabalho, associada ao manejo agrícola e à criação de animais, permitiu que os homens deixassem de ser nômades coletores e caçadores e se fixassem no território. O trabalho, uma atividade social, é que permitiu a criação e o aprimoramento de instrumentos. Afinal, são as atividades coletivas, que dependem da cooperação entre os indivíduos, que proporcionaram o desenvolvimento da técnica de transformação de materiais².

E não demorou muito para que o aprimoramento dessas técnicas possibilitasse a produção de uma quantidade de alimentos maior do que a necessária para a sua sobrevivência e também de sua comunidade. A partir daí, foram necessárias adaptações mais complexas, como o desenvolvimento de técnicas de beneficiamento

desses alimentos e a construção de locais adequados para o seu armazenamento.

Além disso, os alimentos produzidos pelas comunidades eram diferenciados entre si e, portanto, sua troca facilitava o atendimento das necessidades de cada uma delas. Essas trocas determinavam os locais específicos para essas atividades, que se tornaram os embriões das nossas cidades, e o envolvimento dos indivíduos não produtores. Serra coloca que determinados grupos de indivíduos conquistavam a função de administrar o que se produzia a mais, controlando a escassez ou reprimindo o consumo, o que muitas vezes implicava o uso da força e o exercício do poder.

A divisão do trabalho tornava-se mais complexa, pois, existiam indivíduos designados para as atividades no campo e os que estariam na cidade e, também, os que produziam e os que apenas controlavam a produção, ou seja, os que detinham o governo e o poder. Entre essas duas categorias de indivíduos, surgiria uma terceira, a classe dos guerreiros, encarregada do exercício de segurança, determinada pelos governantes, para a manutenção de uma ordem que, por sua vez, se apoiava em uma ideologia, que fundamentava essas relações, garantindo que, mesmo sem o uso da força e da violência, fosse possível aumentar a capacidade de produção e atender às necessidades humanas.

Assim, quanto mais complexas forem as relações de produção, maior o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, melhor a habilidade do homem em modificar o meio natural. Nesse processo, sempre houve um descompasso entre o momento em que surgiram as novas técnicas destinadas à adaptação dos espaços e a capacidade de prever os efeitos futuros dessas modificações sobre o meio ambiente, que, de modo geral, levaram a resultados indesejados e imprevistos. A partir daí, a ruptura entre o homem e o meio ambiente começou a ser lentamente percebida. Os efeitos dessa ruptura, ou as conseqüências das ações do homem sobre a natureza,

têm levado, paradoxalmente, à eliminação das condições de sobrevivência da nossa espécie neste planeta.

Numa discussão mais contemporânea a respeito dos efeitos das modificações humanas sobre o meio ambiente, existem quatro motores incontroláveis que movem a nossa nave espacial chamada Terra: a ciência, a técnica, a Economia e o lucro que, juntos, estão nos conduzindo rumo a prováveis catástrofes em cadeia, ou ao abismo. Entretanto, ainda é possível mudar de direção.

Com base nessa crença, partimos do triste cenário atual, para identificar caminhos e possibilidades para a reaproximação entre humano e natureza, considerando três escalas de abordagem: as relações globais; as comunidades humanas; e os indivíduos.

Religar – qual o contexto?

Sabe-se que o pensamento, hoje, se estrutura de forma disjuntiva e redutora, conduzindo a ações cegas, como, por exemplo, agressões sociais e processos de degradação ambiental. Para reverter essa maneira mutilada de pensar, é preciso incentivar reflexões e ações que associem o que está separado, concebendo uma sociedade multidimensional, incorporando e integrando suas diferenças e contradições.

No entanto, como essa ideia se aplica ao processo de reaproximação entre o ser humano e a natureza?

Acreditamos, tendo como base os autores lidos, ser possível pensar sobre essa questão a partir de três universos, nos quais ocorrem as relações sociais: o macrossociológico, em que são estabelecidas relações entre as grandes civilizações e o espaço planetário, em uma escala global; o mesossociológico, no qual as relações acontecem entre etnias e sociedades; e o microsociológico, característico das interações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a relação entre o ser humano e a natureza pode ser concebida nessas três escalas de aproximação.

Para melhor entender as possibilidades de reaproximação entre o ser humano e a natureza é preciso estudar como ela seria possível, a partir desses três universos, ou dessas três escalas: global, comunitária e pessoal.

Relações globais

À revelia dos resultados de estudos sobre o Impacto Climático, por organizações renomadas internacionalmente, como o Instituto Potsdam de Pesquisa, alguns líderes de nações responsáveis por parte considerável das emissões de dióxido de carbono, cujas consequências são desastrosas para o planeta, seguem preferindo ignorar o problema. Em vez de pensar em novas formas de desenvolvimento, esses governantes estão focados no crescimento das suas economias e são fiéis ao modelo arcaico de produção, cuja exploração inconsequente é liberada.

Em uma visão mais ampla, e que transcende os interesses voltados exclusivamente para o lucro, o conceito de desenvolvimento visto pelo prisma de uma visão integrada, que coloca o ser humano como espécie em primeiro lugar, deve-se conceber crescimentos e decrescimentos.

Estruturas inovadoras devem ser criadas a partir de um novo paradigma, que envolve o pensamento ecocentrado e o sentido de comunidade, que nos define como parte de um todo, com o qual temos responsabilidades. Um exemplo de como agir, dentro desse novo paradigma, é redefinindo nossos processos produtivos, como parte imprescindível de um plano de não extinção da vida humana na Terra. Isso significa, dentre outras providências urgentes, o planejamento para curto prazo e para o futuro emergente, de novas formas de produção.

Sabemos que a decisão exigirá profunda transformação de estilo de vida e adaptação constante, mas o ser humano é *expert* nisso. Afinal, ao longo do tempo, teve que modificar e intensificar a

produção de alimentos, com a criação de novas técnicas, que garantiram o sustento para uma população que cresce exponencialmente. As técnicas simples foram dando espaço às mais elaboradas, permeadas por inovações tecnológicas no campo.

Na segunda metade do século XX, a motomecanização, os insumos químicos, e os melhoramentos genéticos, transformaram radicalmente o panorama da agricultura no mundo. As agriculturas tradicionais, de natureza agroecológica e mais rústicas, ainda se mantêm vivas, em comunidades tradicionais, mas enfrentam retração contínua, em decorrência das crescentes dificuldades geradas pela competição com os modelos agroindustriais. Esse processo, sem dúvida, levou a um ganho em produtividade por hectare, mas, em contrapartida, comprometeram gravemente a agrobiodiversidade.

O número de espécies cultivadas foi reduzido e agora estão restritas a poucos cultivares. Inúmeros sistemas agrícolas diferentes, que permitiam a produção dessas variedades, estão desaparecendo. Essa perda gradativa de espécies decorre de programas de melhoramento genético, que selecionam genótipos superiores em termos de produtividade.

Segundo a Embrapa³, o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo. Na safra de 2017/2018, foram colhidos 116,996 milhões de toneladas do grão, que está entre os cultivares mais produzidos no País (soja, cana-de-açúcar, café, milho e algodão). Além disso, nos últimos 10 anos, as variedades transgênicas já ocupam mais de 90% das áreas cultivadas de algumas culturas agrícolas domesticadas a mais de 10 mil anos, como o milho e a soja. A padronização e a simplificação dos processos produtivos e dos hábitos alimentares estão causando uma erosão genética. Segundo a FAO⁴, entre 1900 e 2000, a humanidade perdeu 75% da diversidade agrícola.

E qual é o impacto dos atuais processos de produção de alimentos para a humanidade e para o meio ambiente?

A agricultura é uma atividade milenar e extremamente

necessária para a sobrevivência humana, porém, já é sabido que as técnicas de produção geram impactos no meio ambiente.

O primeiro impacto é o desmatamento das áreas para a expansão do plantio. Sem diagnósticos precisos, podem estar sendo desmatados mais do que o necessário, e, ainda, pode estar ocorrendo em regiões nas quais essa ação poderia ser evitada.

Outro impacto relevante é a modernização das técnicas. As operações que antes eram feitas somente por mãos humanas, hoje são realizadas por máquinas. Isso significa mais combustível fóssil, cuja queima gera poluição do ar.

E como não abordar a ação impactante do uso de insumos agrícolas durante o plantio e o monitoramento da plantação, como adubos químicos, corretores do solo e os pesticidas? Uma vez aplicados, esses componentes podem contaminar os solos, os rios e os lençóis freáticos, por intermédio da irrigação e das chuvas, causando a poluição das águas. Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) de 2015⁵, o Brasil dobrou o uso de agrotóxicos na agricultura. Uma pesquisa da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) revelou que o País consome 5,5 quilos de defensivos agrícolas por brasileiro por ano. Além dos danos sérios que essa excessiva ingestão pode causar à nossa saúde e ao meio ambiente.

Outra questão importante é que o mau e excessivo uso dos solos acaba gerando erosão. Em 2015, a FAO lançou um documento em que afirma que 33% dos solos do mundo estão degradados. Entre os principais problemas, estão: erosão, salinização, compactação, acidificação e contaminação. Os solos degradados captam menos carbono da atmosfera, o que acaba interferindo nas mudanças climáticas.

Finalmente, é preciso destacar o uso da água, fundamental para a agricultura e pecuária. De acordo com a FAO, a agricultura mundial compromete 70% do total de toda a água consumida no planeta. No Brasil, esse valor não se distancia da média global, visto que 67% do consumo de água é para irrigação⁶.

Não estamos diminuindo a complexidade do problema, nem desvalorizando a importância da agricultura. Ao contrário, o que defendemos é a necessidade premente de um bom planejamento entre os setores públicos e privados responsáveis pelas áreas ambiental e agrícola. Contudo, isso não pode ocorrer sob a pressão do aumento da produtividade e do lucro, levando em conta apenas o lobismo dos setores agrícolas. Ao planejar, é preciso considerar que a finalidade principal deve ser a sobrevivência e qualidade de vida do ser humano. Para planejar a partir desse paradigma, é necessário considerar o impacto do que fazemos hoje para as gerações futuras.

Esse é um convite para um pensamento altruísta, que contemple o horizonte além dos interesses pessoais e leve em conta que somos seres humanos e precisamos estar em primeiro lugar, como espécie!

Contudo, não é o que temos visto. Ao contrário disso, as duas áreas, meio ambiente e agricultura, colocam-se como rivais, provocando cegueira crônica e ocultando informações que poderiam contribuir para uma convivência inteligente e geradora de soluções viáveis para todos.

Considerado esse cenário, como reaproximar as demandas da produção de alimentos e as da natureza? O Sistema Agroflorestal (SAF) e a Agroecologia podem ser alguns desses caminhos.

O SAF reúne as culturas alimentares em consórcio com a floresta e pode ser definido como o plantio de espécies agrícolas e florestais em uma mesma área. O SAF é um sistema de plantio de alimentos sustentável que ainda promove a recuperação da floresta, mitigando a necessidade de desmatamento. O sistema possui composição diversificada, contando com cerca de 10 a 20 espécies diferentes, gerando várias colheitas ao longo dos anos, com trabalho constante, e oferecendo produtos diversificados para o produtor. Para o meio ambiente, os benefícios também são claros: aumento da biodiversidade; diminuição da erosão dos solos; e conservação das nascentes. O aumento da biomassa e a redução da acidez do solo fazem com

que a agrofloresta tenha maior potencial de conservar a fertilidade e produtividade do solo.

Apesar de parecer técnica nova, o que se chama hoje de agrofloresta já era usada pelos indígenas. Nesse modelo, a seleção de plantas que serão cultivadas é feita com base no interesse econômico e, dessa forma, não reconstrói a mata original. Ainda assim, existem muitas áreas desmatadas com relatos positivos desse processo de recuperação.

Os SAFs mais antigos localizam-se no estado do Pará e foram iniciados por descendentes de imigrantes japoneses, como alternativa aos monocultivos da pimenta-do-reino, atacados por um fungo, na década de 1950. Outros SAFs que se destacam com suas paisagens cobertas por agroflorestas são os de um grupo de assentados no Amazonas, que recuperam áreas degradadas nas várzeas do estuário amazônico, no Amapá e em Rondônia, onde os migrantes os adotaram para se manter no campo.

Complementarmente ao SAF, a agroecologia vem se mostrando um caminho para associar, de maneira mais equilibrada, o ser humano e a natureza. A transição agroecológica implica a quebra gradual do padrão de produção tradicional e a sua adequação aos métodos sustentáveis e orgânicos. Esse processo inicia-se quando o produtor decide mudar a filosofia de seu trabalho e busca formas menos degradantes para produzir. Os selos certificadores são uma forma de mostrar a seriedade desse trabalho e servem como garantia para o consumidor da procedência e história daquele alimento. Existem, no Brasil, linhas de crédito que trabalham para ajudar o produtor na transição agroecológica, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Isoladamente, esses caminhos não são suficientes para reverter o afastamento entre cidade e campo gerado pelos principais processos de produção de alimentos atuais. Sabemos que os habitantes das cidades se distanciaram dos processos de produção dos alimentos e,

consequentemente, do meio ambiente. A busca pela reaproximação é o nosso grande desafio.

Repensando limites – sistemas verdes e a relação entre campo e cidade

A maioria das pessoas que nasce em centros urbanos demora anos antes de ver, ao vivo, uma galinha, um porco, um cultivo de tomate. Muitas nunca chegam a conhecer de perto uma floresta nativa.

Essa condição é agravada pela divisão entre o rural e o urbano, por isso a necessidade de os arquitetos e planejadores urbanos pensarem em mediações entre o meio natural e as cidades.

Contudo, observamos que a maior parte do planejamento feito para cidades acontece ainda de forma fragmentada, tanto espacial como funcionalmente. Os processos de urbanização do final do século XX confrontam-se diretamente com o meio ambiente dito natural.

Entretanto, nesse período, começamos a planejar a cidade vinculando-a a todo o contexto em que se insere, discutindo não apenas a degradação do espaço urbano, mas de todos os outros espaços.

Cada vez mais, surgem exemplos da associação de metodologias específicas de diferentes áreas do conhecimento que entendem o espaço físico do nosso planeta como uno, que tudo está vinculado a tudo, apesar das diferentes escalas de relações. Um dos caminhos que está sendo adotado para concretizar um planejamento urbano mais integrado, é a metodologia da ecologia da paisagem. Essa maneira de planejar leva em conta as inter-relações da biota (incluindo o humano) com o seu ambiente, formando um todo⁷.

Nesse campo, sobressai o planejamento estratégico territorial da região metropolitana de Barcelona/Espanha, 8 que utilizou a ecologia da paisagem, associando os sistemas naturais e antrópicos. O trabalho estruturou-se a partir de nove princípios básicos, derivados da ecologia da paisagem: ecologia dos sistemas naturais, associados aos sistemas humanos; tamanho e forma das manchas de

vegetação; habitats para conservação de espécies; processos naturais e de circulação de espécies; corredores e redes; transporte e desenvolvimento; corredores fluviais; mosaico territorial; e mudança da paisagem.

A partir da aplicação desses princípios, foram identificadas e avaliadas possíveis alternativas de soluções espaciais e temporais para o planejamento, de maneira que valorizassem os sistemas naturais e os sistemas humanos, bem como a integração entre eles. O objetivo era assegurar a qualidade ambiental futura em longo prazo, da região metropolitana de Barcelona.

Nesse exemplo de planejamento, foram criados sistemas de corredores verdes que conectam grandes remanescentes de vegetação entre si (rede Esmeralda), incorporando os cursos d'água e sistemas de lazer da população. Associados a esses corredores verdes, foram também repensados, de forma integrada, os corredores de mobilidade e transporte da população (viário, por exemplo) e o uso das áreas urbana e rural. Para a concepção dos corredores de transporte (rodovias, grandes avenidas, ferrovias), foi essencial pensar a construção de passeios, subterrâneos ou elevados, para a circulação da fauna.

Outro exemplo da associação entre valores ecológicos e humanos de lazer, na definição de estratégias de planejamento e gestão de cidades (incluindo aí as áreas ditas urbanas e rurais), é o Plano Verde de Lisboa/Portugal (intitulado de Proposta para a Definição da Estrutura Ecológica Municipal), de 1997. Seu objetivo principal é proteger as áreas essenciais para a saúde ambiental da cidade e definir estratégias para a criação e gestão de espaços públicos e de lazer⁹.

A ideia de que o paisagismo e o planejamento das paisagens devem ocorrer a partir de questões ecológicas, não é recente. Essa proposta de integração iniciou-se de forma mais estruturada no final do século XIX, com os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento dos Parques Americanos/Park Movement, nos Estados Unidos, tendo

como figura mais representativa, Frederick Law Olmsted¹⁰. Esse movimento baseava-se na proposta de que os parques urbanos devem ser construídos como parte de um sistema composto por variáveis humanas e naturais. Olmsted desenvolveu vários projetos, com o objetivo de inserir novamente grandes áreas verdes (parques urbanos) dentro da estrutura urbana já existente, ou em formação, pensando nessas áreas como parte de um sistema verde maior. Um dos seus primeiros projetos foi o Parkway de Olmsted, em Boston. Conhecido por Colar de Esmeraldas/Emerald Necklace, de 1878 a 1896, é considerado como a primeira aproximação entre paisagismo e ecologia¹¹. A ideia era associar a solução de problemas de esgotamento sanitário e poluição dos rios, à criação de áreas de lazer compartilhadas com a natureza. Ao final, o projeto não apenas proporcionou a integração urbana por meio de espaços públicos, como também restaurou o sistema de manguezal que estava poluído, contribuindo para melhorar a saúde e proporcionar o bem-estar da população urbana de Boston¹².

Em meados do século XX, vários arquitetos e paisagistas foram influenciados pelos trabalhos escritos pelo cientista e ambientalista Aldo Leopold, que observou a interdependência fundamental dos seres humanos com a natureza e defendeu uma ética da terra para garantir a saúde do planeta¹³. Dentre esses, destaca-se o arquiteto paisagista Phil Lewis, que propôs a criação de corredores ambientais para todo o estado norte-americano de Wisconsin, que associavam, para sua delimitação, valores estéticos e ecológicos. Tais corredores conectam sistemas naturais (como os hídricos) e cenários visualmente agradáveis, definidos pela topografia.

Observa-se que, nos últimos trinta anos, vem se acentuando a manutenção de áreas verdes visando à conservação ou recuperação de ambientes naturais em área urbana, associando-os aos espaços destinados à população.

O High Line, em Nova York, é um caso exitoso de reconexão

entre os habitantes da cidade e a natureza. A vegetação havia tomado conta dos trilhos de uma antiga linha férrea. Em 1999, a prefeitura de Nova York tomou a decisão de demolir o elevado que sustentava os trilhos; contudo, a ação contrária, movimentada por dois cidadãos da região, resultou na criação da associação chamada Amigos do High Line. A demolição foi impedida e, em 2002, recursos foram destinados à recuperação da área e criação de um parque suspenso. A vegetação que já existia no lugar foi aproveitada e incluídas árvores e artes no estilo da cidade. Atualmente, o lugar abriga exposições artísticas, jardins e uma trilha suspensa de 1,6 quilômetro. O que poderia ter sido um espaço demolido e sem função social, hoje é área de lazer para diferentes habitantes da região.

Em 2016, foi produzido pela Landscape Architecture Foundation (LAF), um documento intitulado *The New Landscape Declaration: A Call to Action for the Twenty-First Century*, a partir de discussões e posicionamentos dos principais paisagistas contemporâneos, entre eles, membros do Turenscape.

No que se refere à interdependência entre os sistemas naturais e os humanos, como base do paisagismo contemporâneo, o Turenscape, escritório sediado na China e que tem como coordenador de projeto o arquiteto Kongjian Yu, é uma das referências em produção de projetos urbanos e de paisagismo que integram valores naturais e humanos. Seus profissionais acreditam que, atualmente, a arquitetura paisagística tem como missão promover a cura da terra e o sustento da humanidade, por meio da integração entre o ambiente físico e o ambiente cultural, pois é na paisagem que os processos naturais, humanos e culturais ocorrem¹⁴.

O grupo propõe que sejam projetadas e implantadas infraestruturas que protejam os ativos ecológicos e os culturais que ofereçam múltiplos serviços ecossistêmicos. A partir desses valores, surge uma nova estética, apoiada em processos ecológicos, designada, por Kongjian Yu como a estética da sustentabilidade. O arquiteto afirma

que, para que esses valores possam ser efetivamente aplicados, devemos compartilhar globalmente os conhecimentos, as técnicas e habilidades. Devemos valorizar, nos processos de educação e formação dos arquitetos e urbanistas, práticas de paisagismo sustentável, incluindo conhecimento de vernaculares.

Entre os vários projetos desenvolvidos pelo Turenscape que incorporam esses valores, destacam-se dois deles: o Parque Manancial das Águas e o Parque Minghu.

O Parque Manancial das Águas foi criado em 2010, numa área de aquífero de Haerbin, Heilongjiang, na China, e teve como objetivo transformar uma região ameaçada pelo processo de ocupação em um parque de águas pluviais urbanas. A proposta não apenas serviu para salvar a área alagada de sua extinção, como também para fornecer vários serviços de ecossistemas para a comunidade urbana¹⁵.

No Parque Minghu, em Liupanshui, Guizhou, também na China, o escritório de paisagismo propôs a regeneração do rio Minghu, que havia sido canalizado em leito de concreto, transformando-o em um parque alagável, que proporcionou a gestão de águas pluviais, limpeza da água e recuperação de habitats nativos, além da criação de espaços públicos verdes e de recreação¹⁶.

No Brasil, o paisagista Fernando Chacel adotou a ideia de ecogênese nos seus projetos. A ecogênese é a reconstituição de ecossistemas parcial ou totalmente degradados, utilizando espécies vegetais nativas em todos seus estratos, de forma a promover a recomposição de suas associações originais. A aplicação da ecogênese no paisagismo presume a atuação de uma equipe multidisciplinar, envolvendo vários profissionais, além do arquiteto paisagista. Foram desenvolvidos trabalhos de recriação de setores de paisagem da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, áreas originalmente ocupadas por manguezais, restingas e matas baixas, que sofreram alto grau de impacto devido ao processo de urbanização. Alguns parques lineares foram criados, como o Parque da Gleba E (na faixa

de proteção da Lagoa da Tijuca), Parque Mello Barreto e Parque Ecológico Municipal de Marapendi.

No Parque da Gleba E, um de seus projetos mais importantes foi a implantação de um sistema integrado de áreas verdes às margens da lagoa da Tijuca. Tal parque é composto por três sistemas de paisagem sequenciais: mangue, restinga e parque. A ideia é que haja uma gradação do sistema mais frágil (manguezal), que deve ser recuperado e protegido, para o sistema menos frágil (parque), que deve abrigar atividades de lazer ativo.

É animador perceber que tem se multiplicado o número de projetos e profissionais que pensam o meio urbano e natural de maneira integrada, a revalorização dos vínculos entre o ser humano e a natureza, entre o rural e o urbano. Talvez aqui já possamos identificar uma preocupação, mesmo que ainda pouco impactante em nível global, com a aproximação entre ser humano e meio.

Uma forma de religar os habitantes urbanos aos processos de produção de seus alimentos é com uma reaproximação entre produtor local e os moradores da região. A Rede Guandu é uma rede de consumo responsável, situada no município de Piracicaba, interior de São Paulo. A rede atualmente trabalha com uma lista de vinte agricultores e produtores locais cadastrados em seu sistema.

De quarta a domingo, esse sistema abre e os consumidores cadastrados (atualmente em torno de 60 semanais), fazem o pedido dos produtos que gostariam pelo site da rede. Na terça-feira, das¹⁷ às 20 horas, esses consumidores passam na sede na Rede Guandu para retirar seus produtos. Esse tipo de sistema liga o agricultor aos consumidores sem atravessadores. A rede retira uma pequena porcentagem da receita semanal de cada produtor para pagar as contas da sede e as pessoas que trabalham para isso acontecer.

Essa iniciativa tem o poder de conectar o campo com a cidade, além de diminuir a pegada ecológica das compras. Com a educação ambiental como fator importante, na Guandu, é comum que o

espaço ofereça momentos em que o consumidor pode conversar com o produtor e assim entender a realidade da produção dos alimentos. A sazonalidade dos alimentos é respeitada pelos agricultores, assim os produtos da cesta semanal variam de acordo com a época do ano, estimulando, dessa forma, a biodiversidade nas plantações e no prato do consumidor. Para produzir um alimento fora de estação, é necessário mais insumos e esforços. A biodiversidade no prato ajuda o consumidor a variar as escolhas e consumir diferentes nutrientes durante todo o ano.

Outro exemplo de aproximação entre comunidades urbanas e o campo foi a reapropriação de vazios urbanos para a produção de alimentos. Um exemplo ocorreu no município de Todmorden/Inglaterra, a partir de 2007. Após participarem de uma conferência sobre mudanças climáticas, Pamela Warhurst e Mary Clear pediram o engajamento da comunidade local, cidade com aproximadamente 17 mil moradores, na ocupação de terrenos e áreas vazias do município para a produção de alimentos. Criaram então The Incredible Edible Todmorden, composta por moradores voluntários que cultivam as áreas livres do município. Hoje, já existem mais de 40 hortas comunitárias, todas cuidadas coletivamente.

Na cidade de Detroit/EUA, que já foi conhecida por ser a capital mundial do automóvel, após a saída de várias indústrias automobilísticas da cidade, no início dos anos 2000, a localidade entrou em decadência. Grande parte da população mudou-se para outros lugares e quem ficou teve que se adequar a uma realidade de escassez. Muitos dos vazios urbanos que surgiram nesse processo de desocupação urbana começaram a ser reapropriados para atender a uma nova demanda que surgiu na cidade: a produção de alimentos. A Michigan Urban Farming Initiative (Mufi) anunciou, no final de 2016, o que foi chamado por eles de primeiro bairro agrícola do país (AgriHood).

Localizada no bairro North End, essa organização possuía, em 2017, uma lavoura urbana de 2 hectares, um pomar com 200 árvores,

um jardim sensorial para crianças, e fornecido gratuitamente, até então, 50 mil quilos de produtos frescos para mais de 2 mil famílias, a maioria de baixa renda¹⁷. Esse é somente um exemplo do processo de resgate da produção de alimentos dentro dos espaços urbanos. No entanto, a diferença é que, enquanto na maioria dos cenários urbanos existentes até meados do século XX, esses alimentos eram produzidos pelos moradores nos quintais de suas casas para consumo próprio, atualmente, a proposta de produção de alimentos nos espaços urbanos ocorre em escala coletiva e em áreas públicas.

Vale a pena citar também São Paulo, cidade em que se desenvolvem projetos nesse sentido, como a horta da coruja, horta do ciclista, o teto do Centro Cultural São Paulo, entre outros.

Esse é um movimento que vem crescendo, encabeçado, principalmente, pela juventude mundial. Nos Estados Unidos, por exemplo, aproximadamente 35% das famílias já estão engajadas com alguma forma de produção de alimentos. No entanto, ainda falta a implantação de modelos mais integrados e estruturados para que a produção de alimentos urbana se desenvolva¹⁸.

No Brasil, um exemplo é a startup de Agroecologia e Sustentabilidade chamada Comunitarius. Idealizada por três jovens nutricionistas – Lucas, Flávio e Mayane –, este grupo pretende apresentar um caminho para o combate da fome mundial. Eles ensinam comunidades a plantar seu próprio alimento em hortas comunitárias, tendo iniciado seu trabalho no Distrito Federal.

Nesse contexto, o próximo passo identificado como fundamental para incentivar essa reaproximação entre ser humano e natureza será repensar o modelo de cidade na qual vivemos.

Repensando a cidade e suas funções

As cidades são, sem dúvida, o local onde as ações humanas sobre a natureza são mais concentradas e intensas. As consequências do processo cada vez mais acentuado de urbanização, que se

iniciou no final do século XIX e perdura até os dias de hoje, manifestam-se a partir de duas preocupantes ameaças: a degradação ecológica e a degradação das relações sociais.

A primeira é percebida das mais variadas formas. A cidade pode ser vista como um imenso jardim de granito, que contém pequenas áreas intensamente cultivadas, cuidadas, mas que, em sua maior parte, encontra-se negligenciada¹⁹.

Contudo, a natureza da cidade vai muito além dos jardins, das árvores e plantas que crescem nos terrenos vazios e nas frestas das calçadas.

É o ar da cidade que respiramos, nos contaminando pela eliminação do monóxido de carbono dos veículos e de outras emissões industriais. Ar que, por vezes, se torna difícil de inalar, devido ao aumento da temperatura e das inversões térmicas, provocados por grandes superfícies impermeabilizadas e alteração dos ventos em decorrência dos volumes edificados.

A cidade depende da água ,que garante a sobrevivência do homem e a manutenção de boa parte de suas atividades produtivas. E é sobre essa água, cada vez mais escassa no planeta e tão importante para a vida urbana, como o sangue que corre em nossas veias, que o ser humano despeja seus dejetos.

Sobre o solo que fornece a matéria-prima – a pedra, areia, argila – para sua construção, assistimos ao crescimento das cidades, alterando a morfologia natural dos terrenos, que estão em constante movimentação, com a construção de redes de infraestrutura e edifícios. Enquanto isso, observamos o avanço da ocupação humana em regiões cuja composição natural não suporta essas alterações, levando a deslizamentos de encostas e soterramento.

A cidade também é o abrigo para outras formas de vida, a flora e a fauna. As áreas arborizadas, como parques e praças. ou os pequenos fragmentos de mata natural. são constantemente ameaçados pelos avanços dos empreendimentos imobiliários e as

árvores plantadas ao longo das ruas têm sua vida reduzida pelas podas inadequadas e instalações no subsolo. De maneira geral, o ambiente urbano não permite a sobrevivência da vida selvagem que existia ali, mas suas estruturas e os restos de alimentos atraem e favorecem a multiplicação de animais, alguns nocivos e outros das áreas anteriormente naturais. Esse último caso pode ser considerado como resiliência animal. São exemplos a cidade de Nova York, onde os arranha-céus estão se tornando um novo santuário para o falcão-peregrino; cemitérios-parques são refúgios para cervos, esquilos e coiotes, em Chicago; o Père-Lachaise, em Paris/França, possui uma fauna de mais de 80 pássaros diferentes.

Como um palco, a cidade exhibe a degradação das relações sociais, com as desigualdades, originárias da mercantilização de tudo, dos bens materiais ao próprio ser humano. Da competição, segregação, dos muros e da miséria, que leva os mais pobres a ocuparem as regiões ambientalmente mais frágeis e vulneráveis, desinteressantes para o mercado imobiliário, devido às restrições impostas pela própria legislação de proteção ambiental, como as margens dos cursos d'água, as encostas dos morros, ou as áreas degradadas pela atividade industrial e pela extração de recursos naturais.

Ingênuo seria pensar que esses dois tipos de degradação, a ecológica e a das relações sociais, são independentes entre si. Pelo contrário, uma é consequência do outra, e as duas se retroalimentam. Entretanto, a fim de organizar melhor as nossas ideias, partiremos da apresentação das propostas mais afetas à degradação ecológica do meio urbano, ou seja, daquelas associadas ao que costumamos chamar de “cidades sustentáveis” ou “cidades inteligentes”, para, a partir delas, indicar os caminhos para o enfrentamento da degradação das relações sociais.

Preocupado com a intensa urbanização desse nosso pequeno planeta, o arquiteto inglês Richard Rogers²⁰ aponta propostas para o projeto de cidades capazes de absorver esse crescimento de forma

sustentável, ou seja, sem hipotecar o nosso futuro, ou o das novas gerações. Nesse caminho, retoma as ideias do economista Kenneth Boulding, que sugere pensarmos o planeta como uma nave espacial, ou seja, um sistema fechado cujos recursos são finitos; e também as do ecólogo Herbert Girardet, que propõe a substituição do metabolismo linear da maioria das cidades por um metabolismo circular.

Na cidade de metabolismo linear, altas quantidades de recursos, que chegam na forma de energia, alimentos e matéria-prima, são processadas e se transformam em resíduos orgânicos e inorgânicos, que são depositados em aterros ou despejados nos rios e no mar, ou em gases nocivos emitidos no ar. Em oposição, as cidades de metabolismo circular recebem uma quantidade bem menor de recursos, uma vez que reciclam a maior parte deles e, assim, reduzem a contaminação e o volume de resíduos que são devolvidos ao meio ambiente. E para que as cidades apresentem esse metabolismo circular, é necessário que sejam planejadas de modo diferente.

Planejar a cidade sustentável implica compreendê-la como uma matriz complexa, cujas atividades humanas e os efeitos ambientais estão em permanente mutação. É preciso entrelaçar as relações entre indivíduos, serviços, políticas de mobilidade e geração de energia, considerando seus efeitos não somente sobre seu entorno imediato, mas também sobre um território mais abrangente, integrando nesse processo a ecologia urbana, a Economia e a sociologia. E tudo isso depende da mobilização das pessoas, de sua sensibilização e capacitação para que as mudanças necessárias possam ser efetivadas.

Para seguirmos em rumo à sustentabilidade urbana, teremos que reinterpretar e reinventar o conceito de “cidade densa”²¹. As aflições sofridas pelos centros urbanos, que se industrializavam no final do século XIX, adensadas, pobres e insalubres, conduziram às propostas de deslocamento da população por meio da instalação das cidades jardins e novas cidades, e, por influência delas, a aplicação de diversas

formas de urbanização dispersa, que se reproduzem até hoje.

Entretanto, atualmente, as cidades densas não podem mais ser consideradas um risco sanitário, já que a poluição industrial se encontra cada vez mais controlada, especialmente em países do Primeiro Mundo, além de contarmos com fontes de energia limpa, com sistemas de transporte público, tratamento de esgotos e resíduos bastante eficazes.

O modelo de cidade densa oferece oportunidades sociais e ecológicas. Seu planejamento integrado aumenta o rendimento energético; reduz o consumo de recursos e a poluição; além de evitar a expansão urbana sobre as áreas rurais. A cidade compacta é densa e socialmente diversa, permitindo a sobreposição de atividades sociais e econômicas; resolve, na escala da vizinhança, a oferta conjunta de moradia e emprego, diminuindo os desejos de deslocamento, a quantidade de veículos nas ruas e a sobrecarga dos sistemas de transporte público. Esse modelo permite que a cidade seja dividida em setores simples e fáceis de administrar, tanto do ponto de vista legal como econômico.

A Austrália, apesar de apresentar densidade populacional bastante baixa, nas grandes cidades, as taxas de crescimento eram alarmantes. A partir dos anos 2000, o país adotou, em todas as suas cidades, um modelo de planejamento urbano baseado na cidade compacta²². Com o objetivo de limitar o espalhamento das cidades; promover a renovação e o reaproveitamento das áreas intraurbanas; aumentar a diversidade de usos do solo; diversificar a atividade econômica nas comunidades; motivar os empreendimentos a se localizarem próximos dessas comunidades; e encorajar a população a utilizar o transporte público, a caminhar ou andar de bicicleta; a aplicação dessa política fez com que as cidades australianas conseguissem não apenas reduzir o consumo de combustíveis fósseis, mas também que a população dessas comunidades compactas adotassem estilos de vida mais ativos, contribuindo com a saúde pública.

A mistura de usos também tem sido aplicada na reabilitação de edifícios desocupados e na construção de novos, em projetos que retomam a distribuição funcional dos edifícios mais antigos – as lojas e os serviços no pavimento térreo; os escritórios nos primeiros pavimentos; e a moradia sobre eles, dando vitalidade à rua e reduzindo as distâncias, que podem ser percorridas a pé.

O projeto conhecido como Siloetten²³, desenvolvido na Dinamarca, em 2010, transformou um antigo silo industrial em um edifício de 24 pavimentos, composto por flats de um pavimento e duplex, dispostos de modo que mesmo os que estão nos níveis inferiores possam desfrutar a paisagem. Na base, foi criado um novo centro local, com espaços públicos abertos, cercados por um complexo de uso misto, com lojas, supermercado e um estacionamento verde para os moradores.

Entretanto, propostas como essas ainda são raras e difíceis de implementar, principalmente nos países em desenvolvimento, já que os sistemas de financiamento normalmente estão restritos ao uso residencial. Sua administração requer contratos mais complexos de aluguel. Os edifícios de pavimentos iguais apresentam melhor rentabilidade, pois são mais facilmente projetados e construídos. Os construtores e investidores precisam ser sensibilizados para abrir mão de resultados de curto prazo em prol dos benefícios sociais e ambientais que esse tipo de solução apresenta.

Uma mistura saudável de usos e densidades maiores favorece a governança local; conduz à retomada das relações de vizinhança; intensifica os laços de pertencimento e o sentido de comunidade; e permite colocar o “eco” à frente do “ego”.

Um modelo de cidade densa implica uma concepção ecológica que substitua os sistemas mais tradicionais por outros, que privilegiem a utilização de energias renováveis. Como exemplos nessa direção, cita-se a cidade canadense de Vancouver, onde 90% da energia é gerada por meio de ondas, vento, painéis solares e hidrelétricas,

além de Reykjavík, a capital da Islândia, que conta com usinas geotermiais e hidrelétricas, além de abastecer os seus ônibus “verdes” com hidrogênio.

A cidade compacta também viabiliza a produção de energia e a reciclagem de resíduos resolvidas em escalas menores²⁴. Em vez de ser produzida em locais distantes, pequenas usinas, que combinem a geração de calor e eletricidade, podem ser localizadas dentro da cidade, permitindo que a água quente seja distribuída diretamente aos edifícios. O mesmo pode acontecer com os sistemas locais de tratamento de lixo, que, além de facilitar sua coleta e reciclagem, pode aproveitar o restante dos resíduos para a geração de energia, ou na produção de fertilizantes orgânicos. Outra solução local é a implantação de jardins filtrantes, que proporcionam a purificação das águas servidas e o seu reaproveitamento para usos diversos.

Nesse contexto, também a questão da mobilidade deve ser repensada. A maioria das cidades, especialmente no Brasil, segue privilegiando o transporte individual, o que só tem aumentado as deseconomias geradas pelos congestionamentos, os gastos com combustíveis e a poluição atmosférica e a sonora, isso sem considerar que o tráfego intenso nas vias é um dos principais responsáveis pela perda das relações de vizinhança, já que a rua, antes também utilizada para brincadeiras e encontros, acaba totalmente invadida pelos automóveis.

A política de mobilidade de uma cidade sustentável deve privilegiar, nesta ordem, os deslocamentos a pé e de bicicleta em relação ao transporte coletivo, e esse em relação ao individual. Várias cidades já têm conseguido excelentes resultados nesse sentido. Em relação a soluções para o transporte coletivo, a cidade brasileira de Curitiba, com seus corredores exclusivos de ônibus diretamente conectados a estações em forma de tubo, que agilizam o embarque e o desembarque de passageiros, é exemplo conhecido internacionalmente, que inclusive inspirou outro sistema exitoso, o Transmilenium,

implantado na cidade de Bogotá/Colômbia.

Os resultados de pesquisas feitas na cidade de Auckland, na Nova Zelândia²⁵, baseadas no cálculo de indicadores de custo e benefício em relação aos investimentos em ciclovias, mostraram que os benefícios de todas as políticas de intervenção nesse modal superam os danos, entre 6 até 24 vezes. A pesquisa também indicou um ganho para a saúde pública, que terá o retorno de dezenas de dólares para cada dólar investido nas próximas décadas, sobretudo na redução da mortalidade por todas as causas. Para além dos benefícios já bem conhecidos do hábito de andar de bicicleta, como a promoção do bem-estar físico, social e ambiental e o aumento da lucratividade dos negócios locais, o estudo comprova que investimentos em infraestrutura cicloviária são capazes de trazer retorno financeiro para a cidade.

Copenhague/Dinamarca, Amsterdã, Utrecht e Eindhoven, cidades da Holanda, e Estrasburgo/França estão entre as cinco melhores do mundo para os ciclistas, de acordo com o *ranking* divulgado pela Copenhagenize Design Company²⁶, que considera fatores como a infraestrutura instalada, a segurança para ciclistas, a aceitação social, além da política destinada à prática desse modal.

No Brasil, a ONG Mobilize²⁷, a partir de informações fornecidas por diversas prefeituras, indica, entre as cinco cidades com maior extensão em infraestrutura cicloviária, nessa ordem, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza e Curitiba. Mesmo com esse dado, a grande extensão das ciclovias não isenta o desrespeito dos motoristas. Ser ciclista em São Paulo, por exemplo, é atividade classificada entre as mais perigosas do País.

Também há vários exemplos de cidades que têm investido no desenho urbano que privilegia a circulação, bem como a permanência dos pedestres. O arquiteto dinamarquês Jan Gehl, em seu livro *Cidades para Pessoas*²⁸, força a necessidade de ser valorizada a dimensão humana no planejamento urbano, afirmando que as

cidades devem investir em áreas para pedestres, a fim de aumentar sua vitalidade, segurança, sustentabilidade e saúde; que é necessário reforçar a função social do espaço como local de encontro, destinado a uma sociedade democrática e aberta.

Uma cidade viva deve convidar as pessoas a caminhar, pedalar e permanecer nos espaços públicos, oferecendo atrativos e oportunidades culturais e sociais²⁹. Uma cidade segura só é possível quando as pessoas se apropriam dos espaços abertos, que devem ser coesos, a ponto de assegurar o alcance visual do conjunto para os pedestres. Uma cidade sustentável depende da mobilidade verde, da circulação a pé, por bicicleta ou transporte público, pois são meios que agregam benefícios à Economia e ao meio ambiente. Numa cidade saudável, os habitantes incorporam, em suas atividades diárias, o hábito de caminhar e pedalar.

Seus projetos, entre eles os de Copenhague/Dinamarca, Estocolmo/Suécia, Roterdã/Holanda e Londres/Inglaterra, na Europa; Amã/Jordânia e Muscat/Omã, na Ásia; Melbourne e Sidney, na Austrália; e São Francisco, Seattle e Nova York, nos EUA, impulsionaram a qualidade de vida dos habitantes e têm sido utilizados como referência para os que seguem nessa busca.

Complementando, reforçamos que os espaços públicos também devem ser projetados de modo a aumentar as superfícies permeáveis e áreas com natureza na cidade, contribuindo não apenas para a melhoria da paisagem urbana, mas também com a drenagem urbana, reduzindo os riscos de alagamentos.

A cidade de Portland³⁰, nos Estados Unidos, foi uma das pioneiras a desenvolver um plano de drenagem urbana, com jardins drenantes instalados ao longo das vias para, além de promover a absorção mais direta das águas da chuva pelo solo, providenciar a filtragem e se livrar da sujeira e dos resíduos contidos nas superfícies, antes de serem lançadas nos cursos d'água.

Boa parte das cidades capazes de ligar o ser humano ao ambi-

ente é composta pelas construções que permitem o desenvolvimento das suas diversas atividades. Em seu guia básico da sustentabilidade, outro arquiteto inglês, Brian Edwards ³¹, destaca que apenas a tecnologia proporciona uma arquitetura sustentável, mas sua aplicação depende de um enfoque inovador e emancipador baseado em três diretivas: o manejo da ecologia como um sistema; a ampliação do conceito de sustentável para além da mera eficiência energética; e a interação entre os seres humanos, o espaço e a tecnologia, no marco de um modelo sustentável.

Tratar a ecologia como um sistema envolve a reutilização e a reciclagem, considerando tanto a origem como a manipulação dos materiais e recursos envolvidos; a economia de água; e as saúdes física e psicológica dos trabalhadores e usuários dos edifícios, o que exige tecnologias inovadoras, sejam elas de outras indústrias, alternativas, ou a serem ainda desenvolvidas.

O edifício sustentável ganhou um valor de mercado que tem sido atestado por instituições responsáveis pela atribuição de inúmeros “selos verdes”, cada uma reunindo um conjunto diferente de critérios nesse processo, que, para além das soluções destinadas a diminuir o consumo de energia, como a otimização da ventilação e iluminação natural; a utilização de placas solares e fachadas inteligentes, avaliam a origem dos materiais e o consumo de recursos, a eficácia dos processos construtivos, tanto do ponto de vista econômico como social, seus impactos sobre a cidade, entre outros aspectos. A despeito disso, muitos empreendedores imobiliários continuam vendendo edifícios nos quais se buscou apenas a eficiência energética como sustentável, omitindo, por exemplo, fatores como as emissões de carbono oriundas da manipulação de materiais como aço e concreto.

Para promover a interação entre o ser humano, espaço e a tecnologia, devemos começar a priorizar a saúde do trabalhador que participa de sua construção e também a dos usuários dos edifícios,

que depende dos ambientes humanos criados pelos arquitetos, que, por sua vez, devem ser capazes de aliviar as tensões; contribuir para prolongar a vida; e estimular a coesão social.

É preciso aprender com a arquitetura tradicional, cujas soluções energéticas consideram tanto os recursos disponíveis quanto as condições climáticas locais, que buscam a matéria-prima disponível na região e são resultantes de práticas locais transmitidas por gerações, às quais se agrega um valor cultural, uma identidade própria. Até mesmo as práticas espontâneas características das ocupações informais em várias partes do mundo revelam pessoas engenhosas, capazes de construir a partir de resíduos e materiais recicláveis, como plástico, placas metálicas e caixas de madeira³².

Reforçando a ideia de que, para ser sustentável, a cidade deve ser compacta, o arquiteto brasileiro Carlos Leite³³ mostra que, para além dos efeitos da intensa urbanização, são as grandes metrópoles que mais crescem no planeta e que, para torná-las sustentáveis, é necessário que sejam inovadoras, inteligentes. Durante o crescimento dessas megalópoles, é inevitável o surgimento de vazios decorrentes do abandono de áreas anteriormente ocupadas por atividades industriais, ferroviárias ou portuárias. Muitas vezes, são áreas centrais, dotadas de memória e infraestrutura valiosas, que não podem ser desperdiçadas, mas regeneradas urbanisticamente e reestruturadas do ponto de vista produtivo, ou seja, devem ser reinventadas.

Nesse contexto, concordamos com o autor, que defende que essa reinvenção é possível a partir de estratégias pautadas na criação de ambientes inovadores, que explorem as relações entre a dimensão urbana desses espaços e os efeitos dos “novos arranjos produtivos locais”, ou seja, da implantação de “clusters urbanos”³⁴.

Em seu livro, Leite investiga os impactos de quatro casos – O projeto Cité Multimédia, iniciado em 1998, em Montreal, no Canadá, sobre uma área de 20 hectares de solo contaminado, onde foi

implantado um cluster de tecnologia da informação e comunicação, que, além de regenerar ambientalmente a área, trouxe benefícios econômicos à comunidade e ao proprietário do terreno; a reestruturação de uma antiga área industrial de Barcelona, que, em 2000, transformou Poblenou na Barcelona22@, reconhecida mundialmente como o Vale do Silício europeu; a reabilitação de Mission Bay, um território antes ocupado por indústrias, portos e ferrovias de São Francisco, com a instalação de um cluster de biotecnologia vinculado à Universidade da Califórnia; e a Operação Urbana Diagonal Sul, proposta para São Paulo, mas que ainda não foi implantada.

Entre os elementos comuns que influenciaram o sucesso dos projetos implantados, estão a identificação do território como um vazio urbano central em processo de desindustrialização e reestruturação produtiva; os precedentes históricos associados à vocação de cada uma das áreas; o projeto urbano como resultado de um processo estratégico que integra urbanismo e desenvolvimento local; inovação e tecnologia, que garantiram infraestrutura e acessibilidade adequadas; aplicação de elementos geradores de inovação, capital humano criativo; e, finalmente, agências de desenvolvimento urbano específicas que garantiram a continuidade dos projetos. Como efeitos negativos que merecem ser discutidos, o estudo destaca a predominância de empregos altamente especializados e a gentrificação do território.

As preocupações manifestadas por Carlos Leite reforçam a necessidade de pensar a cidade sustentável considerando também os efeitos da degradação das relações sociais. Isso exige o afastamento da cidade oficialmente reconhecida para enfrentar os problemas da cidade informal, para onde converge a população expulsa das áreas rurais ou de regiões mais pobres, pelos mais variados motivos, gerando bairros incompletos nos quais o que deveria ser provisório torna-se permanente.

A degradação social não se manifesta apenas nas porções mais

pobres da cidade. Alguns caminhos para sua reversão na cidade formal já foram indicados nas propostas apresentadas até aqui. Tampouco os assentamentos informais refletem apenas problemas sociais, uma vez que o estado precário das condições de vida ali decorre também da degradação ecológica.

São incontáveis os estudos dedicados a compreender e buscar soluções para os assentamentos informais, e seria infrutífero aqui reunir as contribuições de cada um deles. Nesse sentido, preferimos selecionar alguns casos bastante emblemáticos, em que as propostas respondem tanto às questões ecológicas como às socioeconômicas.

O projeto para urbanização da Favela Cantinho do Céu³⁵, situada às margens da Represa Billings, em São Paulo, de autoria dos arquitetos Marcos Boldarini e Melissa Matsunaga, destinado a regularizar a situação de cerca de 10 mil famílias que ocupavam uma área de 1,5 milhão de metros quadrados, foi concebido a partir da implantação de um grande parque.

A represa, que abastece de água parte da região metropolitana, e onde antes era despejado o esgoto doméstico dessas moradias, hoje tem sua paisagem valorizada pela comunidade, já que a estratégia do projeto foi voltar as habitações para o entorno. Isso porque os arquitetos optaram por manter a maior parte das moradias, que já se encontravam consolidadas, removendo para suas imediações apenas as unidades que se encontravam em áreas de risco e nas margens da represa.

O Parque Cantinho do Céu conta com quadra de futebol, pista de skate, mobiliário para exercícios físicos e passarelas conectadas a mirantes, de onde é possível desfrutar a paisagem da represa. Todos os elementos são dispostos respeitando a situação preexistente, de modo que é possível observar o desvio de passarela para que uma árvore não fosse removida. Os elementos do mobiliário urbano são cuidadosamente desenhados e produzidos com materiais resistentes e duráveis.

O projeto é parte do programa Mananciais, resultante do esforço

conjunto da Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo e do Governo do Estado, cujo objetivo é implantar redes de saneamento básico e drenagem das águas pluviais; estender o serviço de coleta de lixo; e eliminar áreas de risco ao longo das represas Billings e Guarapiranga, convertendo as ocupações irregulares em bairros.

A cidade de Medellín³⁶, na Colômbia, conforme enunciado no passo três, tornou-se referência em função dos esforços do governo local para superar os problemas decorrentes da violência que se associava ao tráfico de drogas, por meio de intervenções urbanas de alta qualidade e importante impacto social. A principal dificuldade em controlar a ocupação informal na cidade tem origem na configuração física da sua área natural, composta pelo fundo de vale do Rio Medellín, ao longo do qual se estabeleceram as áreas comerciais e de serviços e a população de poder aquisitivo mais alto, enquanto os pobres se assentaram desordenadamente sobre suas encostas bastante íngremes, entre as depressões decorrentes da erosão do solo, o que levou ao surgimento de bairros isolados e desconectados entre si.

Para superar essa descontinuidade, foi instalado um teleférico que se conecta a partir de estações que ligam o vale às partes mais altas do morro. Além disso, foi proibida a construção de muros cegos e o uso de materiais como cacos de vidro e arame farpado. Tais iniciativas, associadas à construção de equipamentos públicos de qualidade, implantados nas proximidades dos terminais de transporte, a exemplo de uma biblioteca que ocupou um edifício onde antes existia uma penitenciária, fizeram com que a taxa de homicídios na cidade fosse reduzida nas últimas duas décadas. Trata-se de um projeto de cidade voltada para o cidadão.

O arquiteto argentino radicado no Rio de Janeiro, Jorge Mario Jáuregui, com vasta experiência em projetos de urbanização para as favelas cariocas, desenvolveu um estudo intitulado *Célula de Regeneração Urbana*³⁷, um edifício capaz de atuar como um forte atrativo para atividades comunitárias a ser instalado em áreas informais da

cidade. O projeto adéqua-se a três escalas, contextos e situações topográficas diferentes, utilizando tecnologias de construção sustentáveis concebidas como parte do sistema educacional oferecido pelo programa do edifício.

A partir do que Jáuregui define como três superfícies inteligentes, o edifício oferece várias funções para a vida cotidiana da comunidade. Uma delas é o solo, derivada da situação topográfica e das condições do clima; a segunda é definida pela fachada verde concebida como um jardim vertical; e a terceira é uma superfície interativa, apta a receber a projeção de imagens.

Para garantir o efetivo sucesso na implantação de proposições como essas, é fundamental que a população das áreas a serem consolidadas participem do processo; que a atenção aos hábitos e culturas locais ajude a criar soluções sustentáveis e de baixo custo, capazes de transformar positivamente as condições de vida, gerando bairros saudáveis e integrados, dos pontos de vista social, econômico e ambiental.

As populações pobres dispõem de um potencial humano que deve ser consolidado e valorizado. Sua capacidade de auto-organização e de mobilização de recursos tem mostrado que é possível superar situações desfavoráveis. A inventividade das populações da cidade informal fez com que muitos bairros pobres se transformassem em polos de inovação social e criatividade. Iniciativas dos próprios habitantes de comunidades carentes demonstram ser mais eficientes se considerado o pouco esforço dos governos no desenvolvimento de políticas públicas destinadas a essas regiões socialmente mais frágeis e ambientalmente mais vulneráveis.

Nesse caminho, precisamos construir metodologias a partir de experiências como essas, a fim de viabilizar uma gestão combinada, que reúna ensinamentos que possam ser compartilhados e aplicados em outras situações, considerando suas peculiaridades locais e culturais. Ressaltamos a necessidade de multiplicar a formação de

agentes sociais comprometidos e empenhados na luta contra a miséria e a exclusão.

Procurando experiências nesse sentido, desenvolvemos, em algumas comunidades da cidade de Ribeirão Preto, pesquisas envolvendo os seus moradores na avaliação das condições de vida em seus assentamentos. O objetivo era construir indicadores de vulnerabilidade socioambiental que pudessem ser aplicados em processos de regularização fundiária. A ideia era considerar os moradores dessas comunidades como cocriadores do seu espaço na cidade.

Construímos um questionário que indagava a percepção dos moradores em relação tanto aos aspectos ambientais do assentamento, como condições de declividade, estabilidade do solo, vulnerabilidade a inundações, entre outros, até a avaliação das unidades de moradia e o atendimento público a serviços de infraestrutura, mobilidade e equipamentos urbanos. Durante a redação do questionário, procuramos substituir os termos técnicos por outros que pudessem ser compreendidos no contexto da linguagem coloquial dessas pessoas.

A primeira pesquisa envolveu os moradores da comunidade Cidade Locomotiva e, a partir dos seus resultados, aprimoramos o formulário de pesquisa, adicionando indicadores, e o aplicamos novamente na comunidade Nazaré Paulista. Ao analisar o material coletado, identificamos as principais necessidades a serem consideradas em um processo de urbanização, do ponto de vista dos seus moradores. Nos dois casos, nos surpreendeu a forma como avaliam positivamente sua unidade de moradia, comparada com a avaliação que fazem a respeito das condições físico-ambientais e do atendimento pelos serviços de saneamento básico. Para eles, o acesso à casa está garantido, o que falta é o acesso à cidade.

Finalmente, reconhecemos que todos os exemplos e caminhos apontados até agora dependem de um modelo de gestão que não seja compartimentado, pautado pelos princípios da solidariedade, responsabilidade, pluralidade e participação. Nas atuais estruturas

organizacionais das administrações municipais, é comum observar um grande número de setores que se responsabilizam por assuntos específicos, cujos técnicos atuam, muitas vezes, sem conhecer o que está sendo feito por seus colegas. Os esforços duplicam-se, e os resultados mostram-se ineficientes e desarticulados. É hora de otimizar as aptidões e qualidades dos funcionários públicos, de modo a incentivar sua iniciativa e a liberdade de ação. Isso exige que as centralidades, hierarquias e especialidades sejam flexibilizadas.

Devemos implantar processos de planejamento urbano participativo, que sejam eficazes e não sirvam apenas para cumprir as exigências das instâncias superiores vinculadas à liberação de verbas para os municípios. Experiências exitosas, nesse sentido, como a que aconteceu no caso da elaboração do Plano Diretor Participativo, da cidade de São José, em Santa Catarina, mostram que é necessário envolver a população desde o início e que sua participação não pode se restringir aos representantes da sociedade civil organizada, devendo incluir também aqueles dos diversos bairros da cidade, permitindo que as decisões sejam tomadas considerando suas peculiaridades territoriais e culturais.

Esse último referencial consegue reunir os três primeiros passos para a Cidade Humana. Ao propor a reconexão entre ser humano e meio ambiente, imediatamente o ser humano está sendo colocado em primeiro lugar. Na sequência, ao incentivar a participação do cidadão, há a motivação para transformar o usuário da cidade em cocriador do seu espaço. Por fim, a cidade é, em si, uma comunidade e participar das deliberações sobre as questões pertinentes à sua gestão é viver o sentido de comum.

O indivíduo – mudanças de paradigmas

Desde os anos de 1970, a preservação e a conservação dos recursos naturais e a integração entre ser humano e meio passaram a orientar as discussões relativas à qualidade de vida das populações.

O resultado dessa nova postura é que a questão ambiental tornou-se figura essencial nos conceitos de planejamento.

Atualmente, no entanto, cada vez mais se coloca que devemos mudar a forma como vemos a natureza: apenas como recursos. A visão antropocêntrica na qual vivemos, resultado dos últimos séculos da história das comunidades ocidentais, levou-nos a crer que o humano e a natureza seguem de forma separada, embasando a ideia de que a natureza, algo externo ao humano, tem como finalidade maior servir como recurso para nossa existência.

Precisamos rever a nossa visão de realidade, nossos pensamentos, percepções e valores, promovendo uma “mudança de paradigma”³⁸.

Essa mudança de paradigma surge da compreensão de que todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais – são, na sua essência, inter-relacionados e interdependentes, o que transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais sobre as quais nossa percepção do mundo está construída. Essa concepção fragmentada vem sendo cada vez mais substituída por uma concepção holística e ecológica do mundo, em que se considera o universo como um sistema vivo. Isso promove uma nova ideia da saúde como fenômeno multidimensional, que envolve, de forma interdependente, aspectos físicos, psicológicos e sociais. A economia, da mesma forma, passa a ser entendida como um sistema vivo, composto por seres humanos e organizações sociais, que estão em contínua ação entre si e com os ecossistemas relacionados.

Para o grupo de pesquisadores do IPCCIC, essa mudança precisa ocorrer em vários contextos, mas, com certeza, devem ser priorizadas a desconstrução da rede atual de conversação e a criação de uma nova rede, apoiada no Amor como atitude pedagógica e na emoção, embasando, assim, o surgimento de uma cultura determinante das relações entre ser humano e meio ambiente.

O mundo deve ser visto de forma integrada, como uma costura entre vários sistemas interdependentes. Vivemos num mundo com-

plexo, entrelaçado, em que há a contínua interação dos sistemas e fenômenos que compõem o mundo natural, do qual o humano faz parte³⁹. Aprender a ver o mundo sob essa nova perspectiva, para entender como cada ação tomada muda a vida do e no planeta, certamente, é o nosso desafio.

Também é preciso nos apropriarmos de conhecimentos sobre o comportamento ecológico, ou ambiental⁴⁰, ou, ainda, o comportamento pró-ambiental – ação humana que visa contribuir para proteger o meio ambiente, ou para minimizar o impacto ambiental de outras atividades, que pode ser intencional ou não, aprendido e aplicado. O comportamento ambiental deve ser entendido como expressão das formas de relacionamento estabelecidas entre o meio ambiente e o contexto cultural.

Também pode ser considerado um comportamento altruísta, que beneficia o ambiente natural motivado por um valor interno, e sem expectativa de retorno individual, diferente do comportamento autointeressado, que se refere à utilização dos recursos de maneira sustentável. O comportamento ecológico pode ser entendido como o resultado de um tipo de conduta que gera mudanças no meio, como respostas a uma demanda ou exigência. Portanto, são complexos e transcendem a condição presente, antecipando o futuro.

Para avaliar o comportamento ambiental, é preciso compreender o comportamento ecológico dos habitantes das cidades; investigar o que leva alguns cidadãos a ter comportamento ecológico; considerar a rotina das pessoas em diversas áreas da vida apreendidas e incorporadas a seus hábitos, reconhecendo as ações que podem ser reforçadas, a fim de atuar na vida cotidiana de maneira não prejudicial ao meio ambiente.

A percepção que as pessoas têm sobre a escassez dos recursos naturais, ou sobre os prejuízos provocados ao meio ambiente por determinadas ações, pode influenciar o comportamento ecológico, ou seja, o estilo de vida de uma sociedade é preditora do seu com-

portamento ecológico; o estilo de vida considerado global, que aposta na ideia de mudança social e na solidariedade.

Como promover essa mudança? Por meio da educação. O IPCCIC acredita que, quanto mais fragmentada for nossa forma de pensar, ensinar e agir, mais estaremos sujeitos a ações irresponsáveis.

Um exemplo desse novo caminho para a educação foi criada na Green School, uma escola diferenciada inaugurada em Bali/Indonésia, em 2008. A proposta integra a educação para o consumo, a energia, ecologia e jardinagem, num programa chamado Raízes da Empatia, Mudar o Mundo Criança por Criança, criado em 1996, e já estabelecido em escolas do Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. A escola foi construída, majoritariamente, de bambu, em formato espiral. A energia vem de fontes renováveis, com uma micro-hidrelétrica, energia solar e biodiesel. Toda a água é reciclada e os jardins são hortas coletivas.

A escola tem impacto ambiental perto do zero porque, além da construção, os hábitos dos alunos e funcionários também são sustentáveis. Cerca de 20% dos estudantes são balineses e não pagam a mensalidade por serem nativos da ilha. A escola também atrai outras nacionalidades. A linha pedagógica propõe o aprendizado de forma integrada com quatro dimensões trabalhadas simultaneamente: emocional, social, espiritual, intelectual e sinestésica e baseia-se em estudo do neozelandês Alan Wagstaff.

Acreditamos que não é possível transformar o comportamento de sistemas enquanto a qualidade da atenção que as pessoas dedicam às ações que realizam, nesses sistemas, tanto individual, quanto coletivamente, também não se transformem. O indivíduo precisa romper com os valores instituídos para querer a mudança coletiva. A mudança na educação de base tem o potencial para mudar a sociedade.

Um exemplo brasileiro é a Verde Perto Educação, metodologia de educação ambiental desenvolvida em 2007, na cidade de

Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais⁴¹. A proposta parte do conceito de inteligências múltiplas, e foi estruturada em um conjunto de atividades com alunos. O objetivo foi ornar as atividades de educação ambiental mais prazerosas e efetivas, formando cidadãos conscientes e aptos a enfrentar desafios e criar soluções inovadoras e criativas para os problemas ambientais. Foi aplicada sob a coordenação de Leonardo Rodrigues, entre 2011 e 2013, em Unidades de Conservação (UCs) federais⁴², como estratégia de aproximar os jovens da gestão participativa das áreas. Posteriormente, outras UCs federais e estaduais utilizaram essa estratégia metodológica.

Religando o ser humano e o ambiente

Diferente da estrutura dos três passos já apresentados, para construir o conceito defendido neste passo quatro, foi necessário reunir um conjunto expressivo de exemplos, por dois motivos estratégicos e metodológicos. Primeiro, porque asseveramos que é possível executar projetos em plena harmonia. Segundo, porque, ao exemplificar, reforçamos a necessidade da mudança de cultura em relação ao uso do meio ambiente pelo ser humano.

A narrativa do processo histórico, por sua vez, também responde a uma demanda: a de mostrar que o planeta está em movimento e não em sincronia com o ser humano, que também se move. Por sua vez, as dimensões compreendidas nesse passo são abrangentes, visto que o meio ambiente engloba as muitas relações do ser humano com a natureza.

Exatamente por isso, considerando que, para além do protagonismo do ser humano e do meio ambiente, também a cidade foi destaque por todo o processo narrativo, no qual apresentamos exemplos e sugestões de políticas públicas. O texto está permeado de muitas ideias excelentes que precisam ser avaliadas por todos os tomadores de decisão, no campo da gestão das cidades. Entretanto, reiterando o que já foi elucidado, as identidades culturais das locali-

dades continuam sendo o fio condutor de todo o processo de elaboração de propostas para uma cidade. Não necessariamente, um exitoso projeto, em um lugar, o será também na sua cidade. É preciso certificar-se de que todas as recomendações de análise das potencialidades sejam cumpridas.



PASSO 5

Economia cocriadora

Adriana Silva

Ainda que a Economia sempre tenha feito parte da base constituinte do nosso trabalho, pelo diálogo intrínseco com a criatividade, apoiada na cultura, o tema não constava do primeiro desenho de Cidade Humana. Somente dois anos depois, quando resolvemos aprofundar o estudo, a falta dessa ciência foi sentida. Primeiro para um grupo, que, ao defender a necessidade da abordagem, ponderou para os demais sobre o prejuízo em conceber uma proposta de cidade sem a revisão do modelo tradicional de Economia. Em seguida, por todos. Cada qual refletiu a partir de seu referencial. A falta da Economia na trilha delineada rumo à Cidade Humana deixava o trajeto obscuro e muitas perguntas sem respostas.

Em 2016, resultado de um processo de escuta, depois de sucessivas entrevistas, o grupo criou uma campanha de comunicação para ilustrar algumas defesas. Um convite para as pessoas lembrarem de seus tempos passados, os vídeos¹ sugerem que as crianças de hoje ainda desenham casas, pessoas, árvores, do mesmo jeito de antigamente. A mensagem final certifica que muitas coisas podem mudar, ao longo do tempo, mas que todos sempre precisarão de casa para morar; árvores para equilibrar o meio ambiente; saúde para ter qualidade de vida.

Essa reflexão foi decisiva para levar o grupo a um referencial expandido. Especialmente quando os ODS foram acrescentados ao estudo como elemento de análise. As pesquisas de campo, conduzidas nas cidades², durante a realização de várias edições do seminário intitulado Identidades Culturais: A Busca pela Cidade Criativa, em 2017, reforçou a pergunta: Qual o papel dos municípios na implementação de políticas a favor do cumprimento dos ODS? O debate não seguia sem conexões do tema com o estado econômico da localidade. A pior constatação feita naquele estágio foi que, para muitos municípios, a única versão da Economia concebida, era a industrial. Uma forte rede de conversação estava estabelecida, determinando um padrão cultural a favor da industrialização. A sentença: “O

prefeito precisa trazer indústrias para a nossa cidade para criar novos empregos”, ecoava tão insistentemente que transformava o pressuposto em verdade definitiva. Aqueles moradores, das várias pequenas cidades da região nordeste do estado de São Paulo, mesmo com traços marcantes da agricultura, pareciam ignorar suas identidades culturais, conclamando políticas globais e, não raras vezes, desconsiderando as potencialidades locais.

Todas as 22 cidades compreendidas no projeto de debate sobre identidades culturais e desenvolvimento econômico, foram visitadas pelos pesquisadores. Metodologicamente, assim que chegávamos nas localidades, dirigíamo-nos para a praça central. A equipe separava-se em duplas e enquanto um conversava com os moradores, escolhidos aleatoriamente, o outro registrava, em vídeo, e fazia anotações. Essas escutas, sistematizadas pela Teoria U, nos fizeram entender o sentimento de inferioridade daqueles que, se julgando distantes das questões globais, apresentavam elevado grau de baixa autoestima.

Esse distanciamento entre as cidades, lá no interior, e o centro do mundo, onde tudo parece acontecer, pode fazer com que os moradores das cidades distantes não se responsabilizem pelos problemas planetários. Diante da concepção de comunidade, apresentada no passo três, há o rompimento dos elos entre as cidades, os estados e a Nação. O desenho que se pode fazer a partir dessa narrativa, é que, assim como muitas questões conectam as partes do planeta (comércio comum, comunicação, turismo...), outras tantas as desconectam (propósitos incomuns, concorrência, cultura...).

Na tentativa de compreender essa relação prejudicada, nos propusemos a fazer uma reflexão sobre a miséria. Os números podem ser planetários: 820 milhões de pessoas passam fome no mundo, segundo dados da ONU divulgados em 2018³. Mas, na essência da questão, cada um desses milhões tem um nome, mora em um lugar, tem sua própria história, sua identidade. Os dois movimentos,

do micro ao macro, e o inverso, são importantes na equação que coloca, na mesma linha estruturante, crescimento e igualdade, conceitos frequentes no debate sobre os ODS. Entretanto, o maior, muitas vezes, tem sufocado o menor, exaurindo-o de tal forma que este enfraquece o outro e todos perdem. Enquanto a política macro-econômica “deve ocupar-se da inflação e das flutuações de curto prazo”, conforme enfoques ortodoxos dominantes em alguns círculos acadêmicos⁴, a micropolítica deve jogar luz na localidade e criar meios e incentivos para o fortalecimento do que chamamos de Economia Cocriadora, uma proposta de intersecção entre as Economias identificadas como Criativa, Colaborativa, Compartilhada, Circular e de Circuito Curto.

O papel das cidades na Economia C

Quando se olha a partir do planeta para as cidades, o que se vê não é o mesmo, ao posicionar o olhar da cidade para o planeta. O primeiro movimento revela um conjunto de milhões de pessoas. O segundo permite o reconhecimento das identidades e, ao fazê-lo, há, naturalmente, uma amplitude de compreensão das realidades. É preciso afirmar que não existem caminhos que permitam trabalhar pela igualdade sem destinar esforços em entender e respeitar as diferenças. Isso significa concluir que qualquer projeto de crescimento socioeconômico para o Brasil, pautado na igualdade de oportunidades, precisa fortalecer o seu menor núcleo, politicamente organizado, que é a cidade (áreas rurais e urbanas), onde de fato o ser humano está enraizado, ainda que em conexão com o mundo.

É preciso compreender de muito perto as heterogeneidades. Esse tem sido o trabalho cotidiano do IPCCIC. Estudar para entender o papel e o comportamento das cidades, pensando nelas como um organismo vivo, que se posta no ponto mais central da estrutura planetária. Fazemos isso desde 2013, e percorremos alguns trajetos, sempre focados na defesa de que qualquer projeto para uma locali-

dade precisa se dar a partir de profundos diagnósticos sobre o lugar com base nas identidades culturais.

Considerando que não existe o centro sem a periferia e vice-versa, é preciso criar mecanismos e políticas que não desconsiderem nenhum deles, nem o centro, nem a periferia. Seguindo essa linha, evidenciando o mundo pós-internet, uma navegada na web e lá está, sem autoria, a definição de que “a economia vem assumindo novas facetas – todas elas tendo o ser humano em seu centro”⁵. Mas o que significa estar no centro? Seria a mesma coisa que colocar o ser humano em primeiro lugar, como preconiza a Cidade Humana?

Arriscamos a afirmar que não. A própria linguística pode nos emprestar recursos para melhor compreendermos. Primeiro consideremos o uso do gerúndio, dando à Economia uma posição de movimento – ‘assumindo’. A Economia está se metamorfoseando, ao assumir novas facetas. O centro sugere, imediatamente, uma radial e, exatamente por isso, concebe as áreas periféricas. Aquelas que se formam a partir do ponto central e seguem circundando-o. Então, uma pergunta surge dessa obviedade: Se o ser humano está no centro DA ECONOMIA, é a Economia que protagoniza ocupando toda a área delineada pela radial. Como seria um sistema econômico em que, de fato, o ser humano fosse colocado em primeiro lugar?

O cerne da questão é que, em sua condição primeira de ser humano, antes de ser introduzido em um grupo estatístico – homem, mulher, eleitor, pobre, classe média, trabalhador ou desempregado –, o cidadão apresenta características únicas que, ao serem desconsideradas, podem tornar frívola uma proposta estruturante de crescimento com igualdade. A partir desse recorte é que surgem Economias alternativas no campo da micropolítica: Criativas, Colaborativas ou Compartilhadas, Circulares e de Circuitos Curtos, conforme apresentado a seguir.

A primeira, Economia Criativa, anteriormente identificada como Economia da Cultura, está atrelada ao processo em que a criativi-

dade agrega valor ao produto. A Economia Colaborativa, ou Compartilhada, dialoga com a relação estabelecida entre a escassez de recursos, com o consumo excessivo e o meio ambiente. O receio da falta apresentou a possibilidade do compartilhamento ou da colaboração. A Economia Circular propõe uma combinação entre a eficiência e a redução de desperdícios, trata-se da Economia que otimiza o uso dos recursos naturais. A proposta de Economia de Circuitos Curtos volta-se para o fortalecimento de pequenas regiões, propondo a produção e o consumo em áreas geográficas concentradas.

Um encontro de referenciais

Toda trajetória percorrida pelo grupo sempre manteve a cultura no centro da radial, como o lugar em que as identidades podem ser percebidas, se formam e se consolidam. Espaço que organiza o conjunto de ideias, pensamentos, crenças, tradições de uma localidade.

Dada a polissemia do léxico “cultura”, entendendo que a própria busca, aceitação e o uso de um conceito já implica assumir uma postura que é, ao mesmo tempo, política e ideológica, faz-se oportuno contextualizar. Para Terry Eagleton⁶, estudioso bastante crítico sobre a produção intelectual, a palavra cultura está entre as mais complexas de nossa língua. Essa variação do sentido complexifica-se ainda mais quando, por vezes, com foco na Filosofia, o conceito de ‘natureza’, para o autor, o léxico mais complexo de todos, é apresentado como o oposto de cultura.

Entretanto, a assertiva de que o que não é natural é cultural, já não se sustenta em pé, especialmente quando o que entendemos como natural é exatamente o que temos de mais cultural. A teoria do habitus, do francês Pierre Bourdieu⁷, ajuda a compreender a contrariedade dessa relação. O autor chama de habitus o sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, apreciações e ações – e torna possíveis tarefas infinitamente diferenciadas,

graças às transferências analógicas de esquemas⁸.

Bourdieu voltou ao tema em muitas de suas obras, aprimorando o debate sobre o conceito que pode ser entendido ainda como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano⁹.

A palavra cultura mapeia, em seu desdobramento semântico, originária de cultivo, da agricultura, a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana. O movimento dos seus significados é constante e perceptível. Altera-se e permanece com vários sentidos até a atualidade, em uma dialética com a própria contextualização, permitindo e propondo a diversidade cultural.

Se a palavra cultura guarda em si os resquícios de importante transição histórica, também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Nesse único termo, entram indistintamente em foco questões de liberdade e opressão, mudanças e identidade, os saberes e os fazeres, o dado e o criado. É quando codifica que a cultura referencia as muitas identidades e consolida as práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço, como as criações simbólicas expressas em modos de vida, crenças, motivações, valores, práticas, rituais, comportamentos, instituições, costumes. É nessa amplitude que se busca entender, também, cultura como espaço de luta, ação, confronto, na perspectiva de construção da hegemonia.

Atento à transição da palavra cultura, o poeta e ensaísta T. S. Eliot¹⁰ dedicou-se a organizar notas para a sua definição. E esclarece que só o fez, por inconformidade pelo mau uso do léxico. Para ele, a cultura de um indivíduo é dependente da cultura de um grupo, ou classe, e que esta é dependente da cultura do conjunto da sociedade à qual pertence.

Nessa relação é que o trabalho realizado pelo grupo se sustenta; ao asseverar a importância do diagnóstico das potencialidades de uma cidade a partir das identidades culturais. O processo dá-se em constante movimentação, que sai da cultura do indivíduo para a sociedade e da sociedade para o indivíduo, identificando os grupos e propondo o fortalecimento das partes, ou do todo, quando o diagnóstico assim aponta.

Essa é a contribuição metodológica desse grupo de pesquisadores em relação às outras metodologias que adota, em especial a Teoria U. Na prática, acontece uma adaptação. Ao trajeto sugerido pela Teoria, descida e subida pelas hastes do U, conforme já descrito, o grupo reforça o olhar atento para as identidades culturais, não como resultado, mas ponto de partida. Isso significa afirmar que, algumas vezes, o percurso da teoria revela as identidades, outras vezes, essas identidades estão compreendidas no início do trajeto.

De volta à Economia e à relação que desejamos estabelecer com as identidades culturais, acrescentamos que, muitas vezes, essa ciência mede de cima para baixo, dos macros números para as unidades. Quando faz isso, sintoniza seu foco nas grandes dimensões e, ao diminuir o objeto observado, a imagem fica embaçada. A Cultura reflete de baixo para cima, mas também, a partir dela, o foco do unitário, ao ser expandido, embaça. A proposta é que as dimensões econômicas e culturais não tenham tanto distanciamento entre a unidade e o conjunto (o cidadão e a população planetária), mas que as cidades se consolidem enquanto um conjunto de leituras econômicas e identitárias soberanas, em relação aos seus cidadãos. Trata-se do fortalecimento das micropolíticas, atividade muito claramente trabalhada no passo dois.

Scharmer¹¹ narra o movimento egocêntrico para o ecocêntrico e constrói um modelo de sociedade 4.0 criando uma nova cultura a partir do eco adverso ao ego. Como economista, descreve a transição dos sistemas econômicos sociais. Nas empresas, por exemplo, parte

da concepção hierárquica para o ecossistema cocriativo. Mas também propõe, no campo da gestão política, que o Estado assuma um modelo dialógico. A educação, que na sociedade 1.0 está centrada em *inputs* e na autoridade, precisa avançar para outra proposta, centrada no empreendedorismo, orientada pela cossensibilização.

Também a palavra empreendedorismo, desde a primeira vez, foi tendo usos diversos e, quando aplicada, suscita muitas variações de sentido. Um dos mais repudiados é o que sugere inversão de valores, minimizando as deficiências do sistema e derivando o fracasso para o homem e a mulher não empreendedores. É importante contextualizar que, no campo da Cidade Humana, esse empreendedorismo ganha versão social e permite o empoderamento do ser humano. Nosso uso do léxico deve seguir reforçado pelo conceito de cocriação. Empreender, na Cidade Humana, é também cocriar, ainda que não somente isso.

Considerando a vida do planeta, outro movimento que não esse, proposto a partir da Teoria U, que nos leve do ego para o eco, poderá não ser exitoso. A questão, no entanto, é como transformar o cidadão usuário do planeta em seu cocriador¹², tendo como linha estruturante o desenvolvimento e o crescimento econômico com igualdade. Os referenciais que sustentam esse estudo abrem para uma reflexão absolutamente pertinente, que é a possibilidade da estagnação como uma proposta, e do envolvimento, no lugar do desenvolvimento. Sobre isso, trataremos mais adiante.

Resultado das sucessivas reflexões em grupo, a partir das diversas experiências de campo, muitas já descritas, algumas respostas foram obtidas, quando da intersecção entre o contato com o indivíduo e as leituras expandidas de sociedade, a partir dos autores mencionados. A primeira delas é que nenhum cidadão será cocriador sem tornar-se transdisciplinar¹³. Isso significa afirmar que cada cidadão, na sua individualidade, enquanto parte unitária da popu-

lação de um país, precisa ter sua visão de mundo expandida. Esse cidadão precisa entender-se detentor do poder de escolhas. Somente a formação cultural (que excede o campo da educação, mas não acontece sem ela), poderá concretizar proposta tão abrangente.

A contribuição deste trabalho está na assertiva conclusiva de que o futuro do Brasil, com o fortalecimento das oportunidades, está entrelaçado a uma mudança cultural que proporcione a transformação do cidadão deste tempo em cidadão cocriador. Essa abordagem nos leva de volta à noção de rede de conversação apresentada já no passo um, na qual a cultura só pode ser alterada a partir da mudança da rede que hoje a consolida. No campo da Economia, o poder exercido pela rede de conversação é sensível e frequente, intensificado pelo marketing especialmente criado para manter necessidades em evidência. Assertivas como: “Não posso usar esse vestido duas vezes no mesmo lugar”; “Preciso trocar o carro de dois em dois anos”; “A produção local é inferior”; “Produtos baratos comumente são menos qualificados” contribuem para o insucesso de propostas criativas, colaborativas e circulares.

A rede de conversação da Economia sedimenta os papéis dos atores sociais de um País e determina, logo de saída, quem pode e quem não pode participar do mercado. É importante contextualizar que não se trata de mudar o conjunto verbal que representa o campo econômico. Trata-se de mudar a cultura, para formar uma nova rede de conversação. Alguns exemplos podem ilustrar. Ao deixar de identificar aglomerados de habitação precária como favela e entendê-los como comunidade, imediatamente são incorporados, a essa nova conversação, os direitos do cidadão da referida localidade. Assim, novas políticas públicas permitem a concepção de comunidade. O contrário também. A identificação como comunidade fortalece relações para criar novas políticas de envolvimento. O alerta, nesse caso, é quando a denominação se dá de maneira exógena, ou seja, a mudança do léxico ‘favela’, que pode significar resistência, ocorre

pela influência de grupos externos à localidade, com propósitos outros que não os de qualificar o grupo do lugar e ampliar suas redes de direito. Ao contrário, a mudança se estabelece para mascarar a falta desses direitos, da mesma forma como uma mudança sensorial não materializa benefícios na prática.

Uma pesquisa com moradores de comunidades, na cidade de Ribeirão Preto/SP, em julho de 2018¹⁴, revelou que muitos não conseguem emprego por falta de endereço e referências. Exigir endereço ao empregar é uma escolha do contratante, para se proteger de eventuais e futuros problemas, mas também se consolida como uma rede de conversação, ou seja, o discurso da segurança se dá em dialogismo com outros discursos. Quem não tem endereço, não tem casa. Quem não tem casa, não é trabalhador. Quem não é trabalhador não merece se tornar um trabalhador. Essa rede de conversação solidifica uma realidade imutável, até que se mude a rede. Uma história política, social e econômica concentrada em vencedores, descarta a possibilidade dos perdedores abandonarem essa condição.

Outra pesquisa, realizada em 2017, para delinear o perfil do leitor em Ribeirão Preto, cidade que tem em média um número maior de leitores do que o índice nacional brasileiro, colocou parte do nosso grupo em contato, mais uma vez, com as comunidades localizadas nas áreas periféricas. O pressuposto de que os mais pobres liam menos do que os mais ricos, informação consolidada em uma rede de conversação previamente estabelecida, não se confirmou, mostrando a todos que muitos estão fora do centro geográfico e econômico, mas não são perdedores.

De volta à pesquisa realizada nas comunidades, entre os 411 entrevistados¹⁵, 73% não quiseram declarar o tempo que estavam desempregados; se um, dois, três, ou mais de quatro anos. Provavelmente inibidos pelo efeito da rede de conversação que identifica como desocupados aqueles que estão fora do mercado do trabalho.

Essa mesma rede, poucas vezes, flexibiliza reflexões sobre as causas, dando a esses homens e mulheres uma oportunidade de se colocarem como marginalizados e não marginais, o que, semanticamente, tem muita diferença. Essa condição assemelha-se ao conceito de escravos e escravizados. Dependendo do léxico, vê-se a aceitação ou a vitimização. Nesse contexto social, escravizados evocam terceiros, aqueles que escravizam e que, historicamente, ainda atuam em muitos lugares do mundo.

Retomando o tema da industrialização como a via mais cultuada para a criação de empregos em pequenas cidades, rede de conversação que enrijece a compreensão, eliminando oportunidades advindas de outras leituras da localidade, Santo Antonio da Alegria, no fim do estado de São Paulo, cidade encostada em Minas Gerais, não tem braços para receber a indústria. A geografia não colabora; as habilidades dos moradores não convergem; mas ela sofre com os problemas inflacionários gestados de dentro da macropolítica.

Para a localidade, cabem, e muito bem, ações criativas, colaborativas e dentro de circuitos curtos. Tem, lá, espaço para a produção do macarrão artesanal; doces caseiros; os ventos sopram a favor daqueles que gostam de voar de paraplayer; e, a cada ano, mais gente vai à cidade para participar do campeonato, assim como para ver a Folia de Reis, em janeiro.

Maturana e Varela, ao estudar as bases biológicas da compreensão humana e constituir uma biologia do conhecimento e do Amor, emprestam ferramentas para que também as cidades tenham sua própria biologia, ancorada em suas Identidades Culturais. A ONU já alertou que, em 2030, dois terços da população mundial deverão viver em cidades. As redes de conversações estabelecidas, no caso do Brasil, a partir de 1950, com o êxodo rural, acentua as relações de sucesso com a vida nas capitais. O município de Cássia dos Coqueiros, no interior do estado de São Paulo, com pouco mais de 2.500 habitantes, sofre com a perda da sua juventude. A cidade envelhece e vai

perdendo, aos poucos, suas perspectivas, ainda que esteja envolta por dezenas de belas cachoeiras, com vistas encantadoras e um ar bucólico, que é apreciado no continente europeu.

Olhando a partir das cidades para o planeta, é possível conceber, abertos à transdisciplinaridade, que a cidade tem sua própria biologia e desconsiderá-la provoca externalidades prejudiciais para o País e sua macroeconomia entrelaçada ao cenário dos juros bancários, inflação, bolsa de valores, produto interno, exportação, e financeirização.

Ao conceber a cidade como um organismo vivo, é possível desejar que seja humana, assim como apregoam, há décadas, que sejam inteligentes, sustentáveis, criativas e educadoras. A cada uma dessas nomenclaturas, seguem atrelados conjuntos de conceitos e metas. No caso da Cidade Humana, o que se espera é que concentre todas as demais, propondo união dos interlocutores que se organizam em suas bases de conhecimento, sejam urbanas, ecológicas, educacionais ou culturais.

Scharmer tira o pesquisador, o observador social, do ponto cego, conforme já enunciado, para que, ao pensar a partir dos dados, não se oculte e recomenda que as leituras de mundo se deem com a mente, o coração e a vontade abertos. O economista assevera que “modelos mentais obsoletos levaram a uma verdadeira falência intelectual: a falência do pensamento econômico convencional”¹⁶.

A proposta de consolidação de uma Cidade Humana, quando pensada de dentro da vertente econômica, nunca somente a partir dela, mas em interação multidisciplinar, poderia recomendar uma disrupção, ou dirupção, dependendo da tradução feita do inglês disruption. O léxico, no português mais oportuno, seria diruir ou derruir, pois ambos remetem ao conceito de desmoronar. Apesar de a palavra ganhar notoriedade em alguns discursos, é preciso considerar que uma ruptura à força pode ser muito agressiva e mal compreendida. Por outro lado, o termo sugere, ainda, uma mudança

definitiva, sem ligação entre o velho e o novo. Não se trata de uma reforma, mas de um começar outra vez.

Essa reflexão é importante porque, no campo econômico relacionado à internet e ao mundo digital, a disrupção é real e já aconteceu, como ainda continua acontecendo. O fim da Kodak é o melhor exemplo. Entretanto, outros campos estão fazendo a transição e a continuidade, mesmo que amarrada a adaptações, como pode ser observada com o modelo de transporte apresentado pela Uber ou de hospedagem defendido pela Airbnb.

Da filosofia de Edgard Morin e, antes dele, outros, como Serge Latouche¹⁷, seguem a orientação de que “a ideia fixa de crescimento deveria ser substituída por um complexo que comportasse diversos crescimentos, diversos decrescimentos, diversas estabilizações¹⁸”. Esses autores nos autorizam a pensar em vários modelos dentro de um mesmo, permitindo que algumas cidades cresçam, outras recuem, respeitando suas identidades, suas biológicas.

A Economia do crescimento é competitiva, desde sua menor concepção, como dois artesões, ao ápice mundial, de blocos econômicos contra blocos econômicos. “Vivemos todos os desacordos como ameaças à nossa identidade”¹⁹, é preciso priorizar relações que destaquem as identidades culturais e, a partir delas, estabelecer micropolíticas, respeitando a biologia das cidades.

Economia Criativa

A Economia Criativa sempre foi mantida no escopo de atuação do IPCCIC por estar imediatamente relacionada à Cidade Criativa. A proposta emergiu, em 2013, como possibilidade de sustentação dos projetos de cidade que o Instituto apregoava. As conexões temáticas entre Economia, Cidade e Criatividade são vívidas: (a) a criatividade que vem da cultura move a Economia e dinamiza a cidade; (b) uma cidade que se utiliza da criatividade na gestão fomenta a cultura e, como consequência, desenvolve a Economia; (c) uma Economia

vinda da criatividade incentiva o investimento em cultura e eleva a qualidade de vida dos moradores da cidade; (d) a cultura é um bem que, quando valorado pela criatividade, movimenta a Economia, beneficiando os moradores de uma cidade²⁰.

A Inglaterra destaca-se no campo da Economia Criativa, em especial, a partir da atuação de Chris Smith, secretário de estado da Cultura, Mídia e Esporte, com status de ministro, entre 1997 e 2001, ao longo do primeiro mandato de Tony Blair. Smith elevou ao conceito de indústria o trabalho realizado pelos criadores do Reino Unido. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, em 2010, o britânico declarou que a Economia Criativa gera riqueza, da Educação à Indústria, e que são necessários gerentes profissionais, crédito descomplicado e aluguéis baratos para os jovens criadores.

Para John Howkins, outra referência no setor, o divisor de águas da Economia Criativa é o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual, expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes, ou seja, toda ação resultante do processo criativo, o que significa afirmar que a Economia Criativa compreende tudo o que é cultural, mas vai além, tendo como base a cadeia de produção que atende à criatividade.

É de autoria de Howkins o termo Ecologia Criativa, o contexto social no qual as pessoas têm ideias. Em entrevista à revista Exame, em 2012, disse ser semelhante à ecologia, que é o relacionamento entre organismos, mas, em vez de as pessoas se aterem a como os organismos se envolvem e crescem, focam em como as ideias circulam na sociedade. É um sistema, como a Economia, em que são feitos negócios. Afirma que devemos incentivar a Ecologia Criativa simplesmente porque precisamos de novas ideias.

Nosso grupo, ao longo das pesquisas de campo, fez o conceito derivar propondo soberania para a Cultura em relação à Economia. Para o IPCCIC, as Identidades Culturais devem solidificar as potencialidades das cidades. Projetos exógenos tendem a não compartilhar

benefícios com a localidade e ficam vulneráveis à descontinuidade, em especial quando promovidos por instituições políticas.

De acordo com o teórico cultural e sociólogo jamaicano, Stuart Hall, autor de vários livros, entre eles *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, o conceito de identidade é complexo e pouco desenvolvido, principalmente na virada do século, quando se intensificou o debate em torno da questão de “crise de identidade” vivida pela sociedade pós-moderna.

Entre o final do século XX e o início do XXI, ainda segundo Hall, houve um esfacelamento das identidades. O sociólogo explica que esse posicionamento é justificado pela ocorrência de mudanças estruturais, as quais seriam responsáveis pelas transformações que vêm se materializando na sociedade. A intensificação da mundialização do capitalismo e da globalização das informações estaria fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, nacionalidade que, no passado, formavam a base de referência como indivíduo social. Partindo desse posicionamento, a crise de identidade vivida pela sociedade atual resultaria num movimento contrário a qualquer conceituação fixa de identidade, engendrada pelo iluminismo.

Para melhor compreensão de como as identidades culturais podem interferir em uma proposta de Economia Criativa, trabalhamos com dois exemplos de projetos. Ambos foram apresentados no Congresso da Association for Cultural Economics International (Acei), realizado em Kyoto, no Japão, em junho de 2012, e oferecem, quando analisados conjuntamente, referencial para fortalecer a relação entre Identidade Cultural e Economia Criativa.

O primeiro trabalho avaliou o desempenho do município de Paulínia/SP, Brasil, e seu plano de transformação em polo cinematográfico e foi apresentado por Aldo do Carmo Júnior, da Erasmus University Rotterdam, e Júlio Luchesi Moraes, da Universidade de São Paulo (USP). A análise deu-se a partir do ano de 2005,

sobre várias especificidades, e mostra o auge da iniciativa e posterior falta de sustentabilidade.

Atualizando a pesquisa, conforme publicação do jornal *Correio Popular*, de Campinas, em maio de 2015, “somente no ano passado o polo consumiu cerca de R\$ 40 milhões e ficou praticamente sem uso o ano inteiro, com apenas três gravações de programas televisivos. As despesas são de operação e manutenção dos Estúdios Paulínia, parceria público-privada (PPP)”. Os dois pesquisadores ponderam sobre causas da descontinuidade do sucesso da iniciativa sob o ponto de vista da administração de projetos vinculados à Economia Criativa.

O segundo trabalho, apresentado por Suzanne Burke, da *University of the West Indies*, e compartilhado por Carmo Júnior, detalha o caso da Academia de Música O Canto dos Pássaros, um programa musical de educação criado em 2004, em Tunapuna, uma pequena comunidade urbana, no leste de Trinidad e Tobago. A academia atende a jovens, homens e mulheres, entre 15 e 25 anos de idade e tem sido, segundo a pesquisadora, sucesso na revitalização da marca da região, aumentando a empregabilidade entre populações vulneráveis, baixando os níveis de criminalidade e gerando renda, enquanto incentiva a replicação dentro da comunidade. Essa iniciativa, diferente da realizada em Paulínia/SP, partiu da sociedade.

A diferença mais evidente entre os dois exemplos, enquanto projetos criativos, é o fato de o primeiro ter surgido a partir dele mesmo. Não havia, até o momento da criação do polo de cinema de Paulínia, outra relação entre a cidade, sua comunidade e a arte cinematográfica. Essa argumentação está no artigo *A Territorialização do Polo Cinematográfico de Paulínia*, São Paulo, de Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde. O autor escreve que “os estúdios, os equipamentos, as escolas de dramaturgia, os serviços vinculados à agenda cultural não são produtos diretos nem do peso demográfico da cidade e tampouco de uma tradição local”.

Já o segundo exemplo intensifica uma arte que possuía,

anteriormente, identidade cultural com a localidade, e foi acolhida pela comunidade, com todo o investimento e seus benefícios revertidos para o próprio local.

De Economia Criativa à Cidade Criativa

O arquiteto Charles Landry é apontado como o primeiro a formular o conceito de Cidade Criativa, título de sua obra escrita em parceria com Franco Bianchini, em 1994. Os autores evidenciam que os recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valor.

Em relatório, técnicos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) avaliam que “a criatividade e a cultura possuem também um valor não monetário significativo que contribui para o desenvolvimento social inclusivo, o diálogo e o entendimento entre os povos”²¹. Alguns exemplos, no mesmo relatório, demonstram que a Economia Criativa é diversa e inovadora e melhora a qualidade de vida em nível local dos países em desenvolvimento. Um dos destaques é a Argentina, onde as indústrias culturais e criativas empregam cerca de 300 mil pessoas e representam 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

No Brasil, o conceito foi apresentado em documento publicado pelo extinto Ministério da Cultura. Depois de longa introdução sobre a necessidade de se pensar o termo a partir da brasilidade desejada, definiu-se como setores criativos todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e que resulta em produção de riquezas cultural e econômica; e a Economia Criativa é definida com foco nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas, construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

Para definir o escopo dos setores criativos, o Brasil pautou-se nas contribuições apresentadas pela Unesco, em 2009, e, a partir delas, elencou as atividades a serem compreendidas pelas políticas públicas do governo no campo do patrimônio – patrimônio material, imaterial, arquivos e museus –; na área das expressões culturais – artesanato, culturas populares, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras e artes visuais –; nas artes de espetáculos – danças, música, circo e teatro –; no campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura – cinema e vídeo, publicações e mídias impressas –, nas criações funcionais – moda, design, arquitetura e arte digital.

Ao longo das oficinas e dos seminários promovidos pelo IPCCIC nas cidades do interior do estado de São Paulo, ficou evidente que o conceito e todo o elenco de possibilidades da Cidade Criativa, potencializado pela Economia Criativa, não faz parte da seara dos gestores e agentes culturais dos municípios. Deixando aparente tratar-se de um tema não afeto a essas comunidades.

Economia Colaborativa ou Compartilhada

A Economia Colaborativa entrou para a pauta do grupo, somente em 2017, depois de uma série de entrevistas/escutas, promovidas com seis empreendedores sociais. Dois relacionados ao cumprimento dos ODS 22, duas envolvidas com projetos sociais²³, um atuante no campo socioambiental²⁴ e um na área cultural²⁵. Naquele momento, o objetivo da pesquisa era compreender o perfil do cidadão que escolhia trabalhar com questões sociais e se importava com a cidade e sua comunidade. As entrevistas seguiram a metodologia da Teoria U.

Mais do que Economia Colaborativa, se falava em Empreendedorismo Social. Aquelas pessoas queriam trabalhar plantando árvores; ensinando música; promovendo mentoria social; alugando ferramentas e utensílios; e convencendo que uma única furadeira poderia servir para um bairro inteiro. Todos insistiam em suas

propostas originais, mas também relatavam a dificuldade em seguir, a falta de compreensão dos benefícios desse modelo de empreendedorismo. Uma das entrevistadas asseverou que “muitas pessoas só concebiam o trabalho social como caridade e não como um empreendimento que pudesse ser justamente remunerado”. Outra vertente da Economia, nas mesmas bases da Colaborativa, mais frequente naquele momento da pesquisa, é a Solidária. É inegável a influência exercida pela proximidade com a cidade de São Carlos, forte incubadora e referência dessa modalidade econômica.

Essa Economia em rede nasce concomitantemente com a necessidade de rever a definição que a humanidade tem do planeta. A Economia Colaborativa surge em resposta a uma nova percepção de mundo e ganha notoriedade à medida que se solidifica a compreensão de que dividir é mais eficiente do que acumular.

Ainda restrita a algumas comunidades, não está presente na pauta política da maioria das lideranças. Há, ainda, forte resistência em permitir sua adoção porque é sabido que a Economia Colaborativa impacta na forma de viver e fazer negócio.

Entretanto, trata-se de equívoco, negligenciá-la. Alguns exemplos desse modelo de Economia em rede, sustentado pelo compartilhamento de serviços, já geraram mudanças estruturais em alguns setores, como no transporte, na hospedagem e na prática *delivery*, por exemplo. Com a ação colaborativa, é possível manter uma atividade econômica com custos fixos baixos, permitindo a adesão de parceiros para o cumprimento de atividades periféricas, e unir várias iniciativas, com empreendedores diferentes, de maneira a qualificar uma oferta de serviço, como é exemplo a união da Uber com a ChowNow, empresa norte-americana criada para gerenciar os pedidos on-line dos restaurantes.

Com abrangência menor, é totalmente factível a criação de uma política pública municipal, de fomento à Economia Colaborativa. No Brasil, o modelo de Bancos de Alimentos, implementados pelo

Ministério do Desenvolvimento Social no começo da primeira década de 2000, é uma ótima iniciativa. Entre os mais de 300 bancos instalados, o do município de Ribeirão Preto, em 2002, foi o oitavo. Ao ser criado, reuniu pequenos produtores e comerciantes de horti-frutigranjeiros que atuavam na rua, sem coordenação e de maneira precária. Com a organização da atividade em um galpão antigo, a prefeitura passou a trabalhar cooperada. Os 110 produtores/comerciantes consolidaram seus pequenos negócios e pagam o aluguel do espaço em alimentos; cada um, 200 quilos por mês. A versão pública da atividade compartilhada garante o armazenamento correto e a distribuição diária para 70 entidades sociais da cidade.

Economia Circular

Conceito mais recente, a Economia Circular precisa ser entendida dentro de um referencial histórico correlacionado com as condições ambientais do planeta. Segundo relatório publicado em 2019²⁶, pela *Circle Economy*, uma organização cooperativa, que acelera a transição para a circularidade; desenvolve soluções práticas e escaláveis; e promove campanhas internacionais pelo engajamento a favor do movimento econômico circular, somente 9% da Economia global é circular.

Apoiada pela ONU Meio Ambiente, a pesquisa acentua que menos de 10% das 92,8 bilhões de toneladas de minerais, combustíveis fósseis, metais e biomassa usados todos os anos em processos produtivos são reutilizados. Diante disso, o relatório reitera o potencial dessa economia, afirmando que o reaproveitamento e a reciclagem são essenciais para combater as mudanças climáticas cada vez mais aceleradas.

O documento define Economia Circular como um sistema regenerador, em que o consumo de recursos e os resíduos, as emissões e a perda de energia são minimizados pela desaceleração e pelo encurtamento dos ciclos de produção. Para os pesquisadores,

esse modelo pode ser alcançado por práticas de manutenção, reparo, reutilização, remanufatura, reciclagem, design de longa duração e reformas.

É bem provável que, ao ler esta introdução, imediatamente se conclua ser a Economia Circular uma atividade somente praticável em escalas continentais. Não. Com destaque para o reuso, a remanufatura e a reciclagem, iniciativas pontuais podem ser somadas, com resultados expressivos. Um exemplo é a reutilização de pneus, na sua versão expandida, produzindo asfalto, ou em um processo mais artesanal, na fabricação de móveis. O reaproveitamento de *pallets* descartados pelas indústrias motivou o Centro de Pesquisa e Design do Serviço Social da Indústria (Sesi), de São Paulo e a Escola Senai, a criarem o projeto Sustent'Arte, implementado em várias cidades, entre elas, Orlândia e Ribeirão Preto.

Ainda sobre a pesquisa, a Circle Economy calcula que 62% das emissões de gases do efeito estufa (excluindo as emissões geradas pelo uso da terra e pela silvicultura) são liberadas na atmosfera durante a extração, o processamento e a fabricação de bens para atender às necessidades da sociedade. Apenas 38% das emissões são dispersas na entrega e no uso dos produtos e serviços. Reutilizar então, pneus e *pallets*, retomando os exemplos, pode promover a redução da fabricação desses produtos.

Elevada à potência máxima, a Economia Circular precisa ser aplicada para viabilizar a diminuição do consumo de matérias-primas. Segundo consta no relatório, isso não apenas reduzirá emissões, como também tornará as economias mais eficientes.

Do lado oposto ao modo circular da Economia, está o linear, consolidado na junção dos três verbos, extrair, transformar e descartar, para extrair mais, transformar mais e descartar mais. No modelo circular, ainda de acordo com o relatório, a inovação para estender o tempo de vida dos recursos existentes pode diminuir emissões e também reduzir a desigualdade social.

Economia de Circuito Curto

Ao pesquisar o conceito de Circuito Curto, muito rapidamente, o termo se correlaciona com a agricultura, mas sua abrangência é maior. Trata-se da busca pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços; a redução da escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados; a diminuição da necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística; a utilização de mão de obra do território; o financiamento em condições acessíveis aos micro e pequenos empreendedores, com novos mecanismos de intermediação financeira; contínua participação dos atores sociais nos processos de decisão política; cuidado com o meio ambiente do lugar em que vive²⁷.

Partimos desse conceito para aquecer o debate sobre lugares de proximidade com os participantes dos seminários Identidades Culturais: A Busca pela Cidade Criativa, realizados em quatro cidades, com a participação de outros dezoito municípios, entre maio e agosto de 2017. A proposta era chamar a atenção para a possibilidade de ser criado um circuito próximo de comercialização dos mais diversos produtos e trocas de serviços. Atividades simples, como a praticada na cidade de Santos, em que mulheres produziam ervas e vendiam como especiarias para os restaurantes locais.

No cenário agrícola, um dos destaques é para a produção do alimento orgânico, que, exatamente por exigir comercialização rápida, requer circulação em espaços curtos. Uma pesquisa realizada em 2010²⁸ aponta que 72% dos consumidores de produtos orgânicos compram em supermercados, mas utilizam pequenos varejos para a aquisição dos produtos complementares. Somente 35% compram nas feiras e 42% procuram esses produtos em lojas especializadas. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), em pesquisa realizada em 2012, identificou 140 feiras ecológicas certificadas em 22 capitais brasileiras. Interessante observar que o relatório do Idec

mostra que, em localidades onde a agricultura familiar é uma prática comum, há mais vendas diretas.

A França apresenta-se como um país comprometido com o fortalecimento dos circuitos curtos e define essa prática como uma atividade que mobiliza até, no máximo, um intermediário entre o produtor e o consumidor. No Brasil, a definição mais propagada é a de proximidade entre ambos, sem intermediário.

Economia Cocriadora

Na tentativa de organizar todas essas possibilidades econômicas, o IPCCIC assume uma proposta. Assim como a Cidade Humana deseja incluir nas suas características as demandas das cidades inteligentes, verdes, criativas, sustentáveis, o grupo deseja também, em busca de consolidar o modelo de Cidade Humana, juntar os benefícios das Economias Criativa, Colaborativa, Circular e de Circuito Curto, em uma proposta organizada abaixo do conceito de Economia Cocriadora, aquela que coloca o ser humano em primeiro lugar e promove a religação entre as pessoas e o meio ambiente. Mas, ao ser colaborativa, também fortaleça as relações em comunidade, e como precisa que o cidadão gerador dessa Economia seja cocriador, logo, exige uma educação pautada no Amor como atitude pedagógica que se dê em suas múltiplas formas.

Implantando a Economia Cocriadora

Tem sido tendência de longa data os gestores municipais se esquivarem de projetos de Economia, destinando primeiro à União, depois ao Estado, essa responsabilidade. O comum são conversações de lamúria. Por vezes, insucessos locais são atribuídos a problemas macros de economia. Para consolidar um modelo de Cidade Humana, é fundamental que o município assuma certo protagonismo nessa área, considerando, em especial, a necessidade de promover a geração de renda por meio da empregabilidade.

Mas, de algum tempo para cá, o conceito de empregabilidade não é mais o mesmo. A proposta defendida para esse passo, é a abertura da mente, do coração e da vontade, apartado da Voz do Cinismo, do preconceito e do Medo, para a criação de um modelo de gestão, na área da Economia, pautado por projetos. Isso significa uma estratégia fortemente focada no diagnóstico das potencialidades da localidade, com destaque para as identidades culturais.

Cada cidade com um ou mais projeto de fortalecimento da Economia, referenciado na história dos municípios, nas características da geografia, com atenção para as habilidades dos cidadãos e a energia seguindo a intenção. Alguns exemplos podem ilustrar. Em Sales de Oliveira, seria oportuno um projeto de utilização da palha já usada para enrolar os cigarros de fumo. Em Santo Antônio da Alegria, o turismo, com destaque para os esportes motivados pelo vento. Em Cássia dos Coqueiros, o aprimoramento de atividades ligadas às muitas cachoeiras localizadas no município. Em Altinópolis, propostas que dialogam com o clima, com a arte de Bassano Vacarini, com as grutas. Em Dumont, ressalta a produção da linguiça, já conhecida até mesmo por moradores de grandes centros. O destaque para o uso da bicicleta, em Guará. Até mesmo o silêncio de Ipuá pode sugerir um projeto de Economia.

Olhar para dentro de cada município e diagnosticar as potencialidades a serem desenvolvidas; valorizar as parcerias dos produtores e empresários; incentivar, nos membros da comunidade, um modo de vida mais colaborativo; desenvolver novas competências e habilidades nos habitantes locais, visando a qualificar a mão de obra; fomentar a criação de pequenos negócios; e, finalmente, convidar representantes de setores da sociedade civil, empresários e representantes políticos locais para um amplo debate sobre o futuro emergente da comunidade. Essas são algumas das possibilidades contidas na ideia de uma Economia Cocriadora.



PASSO 6

Educar em suas múltiplas formas

Adriana Silva
Maria de Fátima da Silva Garcia Costa de Mattos
Laura Soares Abbad

Educar em suas múltiplas formas é apresentado como o último passo, entre os seis, a caminho da Cidade Humana, porque a ação engloba as cinco anteriores e se coloca como meio que viabiliza todos os demais passos. Para (1) colocar o ser humano em primeiro lugar; (2) fortalecer a cidadania a partir da cocriação; (3) viver em comunidade; (4) promover a religação entre os seres humanos e o meio ambiente; e (5) incentivar a Economia Cocriadora; sempre será necessária uma base de conhecimento ampla e consolidada para que, ao (6) Educar em suas múltiplas formas, a Cidade Humana se concretize.

Inevitável não voltar a Comenius¹, “ensinar tudo a todos” e, ao mesmo tempo, olhar para frente, em busca de oferecer algo desse tempo. Dinâmico como as mídias sociais, encantador como as fábulas do sábio oriental Nasrudim², que, ao compartilhar seu conhecimento em uma pequena comunidade, no meio do nada, proferiu, com parcimônia, que, quem sabia mais, deveria ensinar para quem sabia menos, de maneira que todos aprendessem.

O desafio nunca foi raso. A profundidade desejada exigiu, em alguns momentos, o apoio de escafandros, para seguir respirando, e o uso de asas, para do alto ver mais longe. O trajeto todo foi percorrido com uma frase de Morin reverberando insistentemente: “Não é apenas nossa ignorância; é também nosso conhecimento que nos cega”³. Com o desejo de traçar o caminho, com a mente, o coração e a vontade abertos; visualizar o iceberg em sua profundidade e eliminar vozes do julgamento, cinismo e medo⁴, nos propusemos a enfrentar a nossa própria ignorância, a trabalhar o conhecimento, certos de que não existe esperança que não seja um desafio.

Seguindo esse caminho, nos permitimos a romper aparentes limites, ora colocando o futuro emergente como elemento fundante das decisões a serem tomadas no presente; ora propondo a desconstrução de antigas redes de conversações para a formalização de novos modos culturais.

Como em cada passo anterior, também o sexto, Educar em suas múltiplas formas, é um convite, ou uma assertiva que não pode ser analisada sob uma única sustentação. Em especial, porque a proposta aqui organizada deseja ser didática e defendida em diálogo com o campo das políticas públicas. As bases estruturantes da proposta estão fincadas no solo do fazer, da prática, da possibilidade. Sem educar em suas múltiplas formas, os demais passos para a Cidade Humana se comprometem e, comprometidos, inviabilizam concretudes como, por exemplo, o cumprimento dos ODS, tema que se manteve na pauta do Instituto durante todo o percurso do debate sobre a consolidação da Cidade Humana.

Educação – ODS 4

Ao dizer que, se houvesse uma única verdade, não seria possível pintar cem telas sobre o mesmo tema, Pablo Picasso aquece um debate cotidiano sobre posições definitivas. Se, para o artista, a verdade se metamorfoseia, podendo existir muitas sobre um mesmo assunto, para os pesquisadores do IPCCIC, o que muda, às vezes, são as instâncias temporais; em outras ocasiões, as sociais; ou, então, as interlocuções. Da área da linguística, é possível exemplificar. O filósofo francês Louis Althusser⁵ afirmou que ninguém é livre para dizer o que deseja, todos são levados a enunciar a partir de seu lugar social. Dessa forma, é possível asseverar que a metamorfose da verdade está embasada, em especial, pelo campo social.

O debate sobre educação é antigo⁶ e ainda não apresentou respostas decisivas quanto a um modelo, ou fórmula, método, ou projeto que reúna as concepções de todos os segmentos da sociedade, mesmo porque não está claro que seja possível. Interlocutores de campos sociais diferentes articulam suas verdades sobre o tema a partir de suas vivências, crenças, ideologias e, menos nobre, seus propósitos mercadológicos.

O material exposto desnuda as experiências que o grupo

consolidou em seis anos de trabalho. Ainda que não absolutas, são as verdades desse coletivo. O que encoraja a exposição organizada em texto, é a certeza de que vale a pena o debate e, mais do que isso, vale a pena a defesa da causa.

Desde os egípcios⁷, a sociedade que revelou os testemunhos talvez mais ricos sobre aspectos da humanidade e, em particular, sobre a educação, e até os dias de hoje a discussão sobre o tema continua ainda de maneira dicotômica, mostrando sempre as suas contrariedades. Muitos autores⁸ debateram a educação ensinada pelos pais ou pelos mestres. Sobre a educação, ser do fazer ou do dizer. Educação para o trabalho ou para a cultura. Pública ou particular. Religiosa ou laica.

Trata-se de um cenário imensamente rico de produção teórica, crítica e imperativa, desenhado a partir de contribuições valiosas, como as do educador Paulo Freire⁹. As muitas teses que embasam o debate, ora se coadunam em si mesmas, ora se contradizem; algumas vezes somando muitos, outras dividindo a todos. Sobre o que ninguém tem dúvida, e quanto a isso não há fragilidade, é que a educação que transmite o conhecimento liberta e fortalece os seres humanos. O cientista político Leslie Lipson¹⁰ proferiu que “entender as coisas é o começo da liberdade porque esta consiste no domínio sobre o meio”.

Se a produção é vasta, como assegurar ao leitor que esse trabalho exhibe inovação? Para responder, é necessário contextualizar o lugar social do qual fala o IPCCIC. Trata-se, como enunciado na apresentação, de um grupo multidisciplinar que atua transdisciplinarmente. Esse é o diferencial. A definição do sexto passo: Educar em suas múltiplas formas, como um dos seis indicativos para a Cidade Humana, não se deu sem debate.

Ao longo do processo de sua defesa, profissionais das mais diversas áreas argumentaram, aguerridamente. Flexíveis, como o aprendizado cocriador exige, mas determinados em compartilhar

experiências de uma vida. Foi primordial promover o entendimento dos papéis da escola, cidade, sociedade. Dos atores sociais desse campo. Da política que embasa o setor. Dos modelos já esgotados. Dos bons exemplos não adotados. Dos interesses de alguns, dos desinteresses de muitos. Embora esses conteúdos não sigam descritos aqui, visto a falta de pertinência.

A simples escolha da palavra Educar e não Educação, no enunciado, não foi aleatória. Já nesse momento, a determinação do léxico significou. Não só como um recurso semântico, mas, em especial, como uma mensagem a ser proferida. Educar cabe a todos, em todos os lugares. Ainda que a Educação, talvez, não caiba mais formalmente e somente à Escola como conhecemos hoje, fragmentada em módulos, mesmo assim essa relação permanece intrínseca. Educar em suas múltiplas formas está em uma área de abrangência que compreende de cima abaixo. De todos os lados. Envolvendo seres humanos de todas as idades, em todos os graus de formação. Com o máximo de sofisticação intelectual até a mais nobre das simplicidades.

Pesquisa anterior, conduzida por membro do grupo¹¹, dá conta da constância do discurso da educação nos cenários mais apartados do setor. Das igrejas às fábricas; dos sindicatos à imprensa; dos políticos aos eleitores, o tema circula como salvacionista. Carlos Rodrigues Brandão corrigiu o uso do termo e sugere o emprego do plural: educações. Para ilustrar, em seu livro¹², transcreve um trecho de uma carta que um grupo de indígenas escreveu ao governo dos EUA, negando ajuda na alfabetização de seu povo por meio das escolas americanas. Eles mostram-se convencidos de que os homens brancos americanos desejavam o bem e agradeceram. Contudo, enfatizam que os sábios compreendem que as diferentes nações têm concepções diferentes das coisas. Antes de terminar, apelam para a consciência dos americanos, alertando que os dois povos não tinham a mesma ideia de educação.

Para o grupo, que tem, em sua base estruturante, as identidades

culturais como matéria-prima para todas as ações adotadas, essa visão restrita, unificada, de cultura, é desafiadora. Um exemplo dessa prática ocorreu durante uma série de oficinas que realizamos para formar gestores públicos da área cultural, em municípios do interior do estado de São Paulo.

Logo no início de cada atividade, ao apresentar o conceito de cultura, diagnosticávamos que os presentes tinham uma ideia do conceito ainda ligada à noção de civilizado e não civilizado. Mantinham a percepção de que cultura era sinônimo de “alta cultura”. O resultado disso, em termos de políticas públicas, é que os gestores buscavam desenvolver ações de acesso à cultura dita civilizada. Para flexibilizar essa forma de pensar, apresentávamos cultura como modo de vida, ligada às identidades culturais dos vários povos formadores da nação. Conscientizávamos para que compreendessem não haver cultura melhor ou pior, apenas diferente. Ao final, enfatizávamos para a necessária atenção que o gestor público precisa ter em não tentar transformar, por meio da educação, indígenas de diferentes tribos, povos de culturas diversas, oriundas de matrizes variadas, em lordes europeus, que assistem ópera, vestem casaca e tocam violino¹³.

Cada qual com sua identidade cultural, promovendo uma pluralidade expressiva, a ação de educar deve, sim, proporcionar a compreensão e criar campos intermediários, nos quais caibam os seres humanos em sua diversidade, não em um processo evolutivo único e linear, mas múltiplo, em consonância com escolhas, origens, tradições e formas de ver a vida.

Dentro dessa lógica da diversidade cultural, ao fazer o diagnóstico da realidade do município de Ribeirão Preto, a fim de propor metas locais a partir do recomendado pelo ODS 4, os pesquisadores do IPCCIC¹⁴ observaram que a multiplicidade é tanta que a percepção se altera a cada unidade escolar, antes mesmo de representar uma comunidade, região, ou uma nacionalidade.

Tendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017 como referencial, o grupo criou duas escalas, as melhores e as piores escolas públicas avaliadas. A ideia inicial era propor que as piores seguissem as melhores. Entretanto, ao promover a escuta das comunidades escolares, ficou evidente que a realidade social da localidade e dos estudantes é muito influente no aprendizado em sala de aula. Essa constatação, já propagada por outros grupos pesquisadores, como o movimento Todos pela Educação¹⁵ segue validada pelo educador José Marcelino de Rezende Pinto¹⁶ que, em entrevista, asseverou que no trajeto da aprendizagem, 30% do resultado refere-se ao processo conduzido em sala de aula e pela escola e 70% às relações estabelecidas extramuros. Ainda que com variação desses índices, a influência da realidade social do estudante em seu aprendizado é evidente.

A motivação dada pelos familiares, por exemplo, pode ser considerada uma dessas influências. Maurício Borges, pai de Marcelo, estudante do quinto ano de uma das escolas pior avaliada pelo Ideb, em Ribeirão Preto, durante prática de escuta, elogiou a escola, a atenção dos professores e enfatizou o acompanhamento que faz, ele e a esposa, cotidianamente, da vida escolar do filho. O pai nem sabia que a escola estava entre as piores. Mas reconheceu: “Infelizmente a maioria dos pais não motiva o estudo dos filhos, vejo isso levando meu filho para a escola. Tem pai e mãe que nem conversam com suas crianças”.

Vygotsky¹⁷ proferiu que o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, pelos desejos e pelas necessidades, pelos interesses e pelas emoções. O autor enfatiza que é preciso incentivar a educação e é categórico ao afirmar que não apenas uma educação fria, sem sentimentos, mas que, para educar, é preciso envolver os alunos, envolver a ponto de marcar de maneira positiva.

Ao propor Educar em suas múltiplas formas, o que desejamos é ampliar as relações entre a escola e sua externalidade, enfatizando a importância das identidades culturais e das realidades sociais. A ideia

está pautada, em termos de dimensão, no educar como algo que contém ou está sobreposto à educação. Algo que seja contínuo, modelado a todas as necessidades, e acessível. Quanto às múltiplas formas, é um descritivo ainda mais abrangente, que comporta todas as possibilidades de operacionalizar o ato de educar, seja na casa, rua, praça, cidade, igreja, no transporte coletivo, na mídia. Educação formal, informal, doméstica, científica, clássica, moderna; todas as formas que propiciem a troca de conhecimento e a tomada de consciência.

Essa demanda de educar em suas múltiplas formas ganhou relevância à medida que compreendemos quanto é preciso dissipar a ilusão de que teríamos chegado à sociedade do conhecimento. Não é o caso. Efetivamente, chegamos à sociedade da informação, mesmo assim, ainda com muitas restrições. O que significa reiteirar que há um abissal distanciamento entre os vários grupos sociais no que se refere ao acesso ao conhecimento.

À medida que os estudos sobre os seis passos para a Cidade Humana se consolidavam, o desafio ganhava outros contornos. Depois de compreendido o real sentido do conceito educar e a diversidade empreendida pelas múltiplas formas, outras questões foram surgindo. Era preciso eliminar a compartimentação. O passo seis não poderia se autodefinir isoladamente. Esse gesto arbitrário levaria ao chão a metodologia e o referencial teórico adotado pelo grupo.

Então, a análise se expandiu. Concebemos um educar para colocar o ser humano em primeiro lugar, com fortes traços de aceitação de vida em comunidade. Educar para formar cidadãos cocriadores, ligados ao meio ambiente, aptos para ultrapassar a Economia tradicional e os afetos ao Amor como atitude pedagógica.

A transdisciplinaridade nos colocava, a todo momento, à prova. Foram várias rodadas de leituras e debates. Apresentações de teses e propostas até uma concepção final que garantisse a inserção das ideias do coletivo.

Logo, uma primeira equação se desenhava. O estudo precisava

dar conta de apresentar resposta para uma pergunta desafiadora: Como educar para transformar o cidadão em cocriador da Cidade Humana? Na bagagem, trazíamos a trajetória percorrida ao longo dos cinco passos anteriores. Parecia uma corrida dupla de revezamento. Não somente cada corredor deixava o bastão com o da frente, como o da frente repassava o bastão para o corredor anterior retornar ao seu ponto de origem.

Ao longo desse processo, uma conclusão: a educação transdisciplinar é basal para o êxito do desafio. Somente um cidadão com um pensamento alimentado de conhecimentos históricos, econômicos, ecológicos, sociológicos, ainda que compatíveis com sua condição intelectual, será capaz de promover ideias que apresentem respostas às suas indagações. Não se trata de uma transdisciplinaridade entendida de maneira reducionista, como forma de organização dos conhecimentos. É muito mais do que isso. Se disjuntiva, dispensaria a necessidade do pensamento. A proposta é que parta de uma concepção sistêmica sobre o conhecimento do todo; em que o todo não seja redutível às partes, sempre respeitando as diferenças.

A transdisciplinaridade que é colocada como essencial para a transformação do cidadão em cocriador é reflexiva; aquela que permite suavizar a existência aprimorando habilidades, completando saberes, propondo sentido e, o mais importante, levando à compreensão. Essa talvez seja a palavra, o conceito norteador do processo defendido neste trabalho. Educar para compreender. Compreender para concluir, avaliar, posicionar-se, aprimorar, rever, aceitar o outro, permitir atitudes empáticas, autorais, conscientes. Educar para fortalecer a intenção para, então, promover a atitude.

Mas qual a relação entre intenção e atitude? Como absorver esses conceitos em uma proposta de educar em suas múltiplas formas? É preciso continuar com a mente, o coração e a vontade abertos para responder a essas duas questões, caso contrário, a tendência é localizar respostas nas caixinhas já existentes e se

conformar com o que já foi aceito pela maioria.

Validamos que podemos mudar nosso mundo interior e influenciar a mudança no ambiente externo. Pensemos que todo ser humano é energia, portanto, tudo o que produzimos também o é. Esse é o caso dos nossos pensamentos, que, pelo poder da intenção, tornam-se tangíveis e têm a força para transformar.

É preciso fazer uma diferenciação entre intenção e desejo, afinal, intencionar é diferente de apenas desejar. O desejo é uma ambição, um anseio, uma aspiração. Já a intenção prevê um alvo, uma finalidade. Ao intencionar nós planejamos, o que significa agir intencional e conscientemente em prol de algo. A partir da intenção a nossa mente se coloca em ação, movimentando energia e provocando transformações.

Uma pessoa pode passar uma vida ouvindo que tem a voz linda e acalentando o desejo de cantar. Se não houver intenção para colocar as suas pregas vocais em movimento, não haverá som, não haverá treino e esforço para o aprimoramento. Ao ficar apenas desejando, ela passará a vida reclamando que seu sonho é cantar, mas não agirá.

Uma volta pelas cidades e lá estão muitas pessoas orando e pedindo a Deus paz para si e para a humanidade. Ao terminar de orar, elas retomam suas atividades e voltam à rotina diária, sem prestar atenção aos seus sentimentos e relacionamentos com outras pessoas e consigo mesmas. O pedido feito a Deus ficou no campo do desejo e não se tornou uma intenção, a força necessária para colocar em movimento o que for preciso a fim de construir o desejado.

Mergulhados no campo dos desejos, afogados em emoções, ao não conseguirmos o que desejamos, ficamos frustrados e nos revoltamos, reclamando de nossa vida. Ao intencionar, nos colocamos no caminho da transformação. Saímos da fila de espera, deixamos de lado o desejo, quase infantil, de que outros resolvam nossos problemas e saímos em busca de soluções.

Essa trajetória entre o problema e a solução exige, às vezes, muita ideação, mas, quando concluído o processo de maturação de

uma ideia, é a ação que a materializa. Isso se dá em todos os níveis da existência, desde o bebê que objetiva pegar algo distante de si, passando pelo menino em idade escolar que precisa aprender matemática, até o adulto que prefere resolver o problema de sua casa colocando o sofá no terreno baldio, não compreendendo que seu ato externalizará outro problema, em breve, pelo qual ele reclamará sem se enxergar responsável. São questões cotidianas como essas que balizam o educar em suas múltiplas formas.

Ao delinear os sete saberes necessários à Educação do futuro, Morin 18 apregoa que a educação deveria ensinar a ética da compreensão planetária. É ele quem afirma que “compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção”. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade, comporta um processo de identificação e projeção do sujeito, elementos fundantes em uma Cidade que se deseja Humana.

Sobre a empatia, sentimento constituinte em toda nossa proposta de Cidade Humana, é importante contextualizar que sem a compreensão de si mesmo não será possível compreender o outro. O papel da compreensão, no processo de formação da humanidade, é alicerçante. Compreender é também aprender e reaprender incessantemente. A partir da compreensão é que se pode lutar contra o ódio e a exclusão.

Para dar conta dessas emoções descritas acima, há de ser uma educação ao mesmo tempo científica, comunitária e cidadã. Uma educação genuína, que evite o doutrinamento e se baseie na compreensão da autonomia dos cidadãos, na existência de identidades comunitárias e nos distintos níveis dentro da sociedade. Importante reiterar que se trata de um educar de maneira a priorizar o ser humano em relação às instituições, a fazer dele um ser integrado às comunidades possíveis. Um cidadão que saiba interagir e cocriar seus espaços, suas relações, que se mantenha ligado ao meio ambiente

com consciência ecológica. Que aprenda a fortalecer a Economia local com critérios que beneficiem as comunidades de proximidade. Que respeite essas autonomias e identidades, e as conduza, com relação à ciência e tecnologia, a uma participação ativa e que simultaneamente delegue poder de conhecimento a representantes legítimos.

Precisamos preparar as mentes para enfrentar as incertezas e responder aos desafios sustentados pela complexidade dos problemas. Não é possível mais somente ensinar para saber repetir. A base do conhecimento tem que estar calcada em uma cultura que permita distinguir, contextualizar, globalizar os problemas para entender as várias dimensões das coisas e do mundo.

Complementando essa visão, cotejando com o Relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, de Jacques Delors 19, concluímos que são finalidades essenciais e interligadas, para o autor em questão, desenvolver a aptidão para organizar o conhecimento (aprender a fazer), para o ensino da condição humana (aprender a ser), por meio da aprendizagem do viver (ensinar a viver com o outro) e a aprendizagem da incerteza (aprender a conhecer), para fortalecermos uma educação humanizada e cidadã, como é o nosso propósito.

Sociedade

Embora reforcemos o poder da micropolítica como revelador na promoção das mundaças esperadas, é importante conceber um modelo de sociedade que reflita e refrata esse cidadão cocriador capaz de conduzir propostas locais ainda que motivado a pensar globalmente.

Como já indicamos nos passos anteriores, sugerimos a necessidade de transformação do sistema econômico egocêntrico para o ecocêntrico e propomos um modelo de sociedade identificado como 4.0. Vejamos como essa ideia se enquadra nas propostas de educação indicadas para cada concepção de sociedade²⁰.

Seis passos para a Cidade Humana

	Estágio	Aprendiz	Educador	Relacionamento	Organização	Governança	
1.0	Conscientização tradicional hierarquia	Centrado na autoridade e nos inputs: orientada pelos professores	Beneficiário passivo	Autoritarismo	Centrado no conhecimento do professor	Centralizado fechado	Máquina burocrática: sem feedback
2.0	Conscientização mercados e competição	Centrado nos resultados: orientada pelos exames	Entrada pela memorização	Especialista	Entrada e saída medida pelos exames - tradicional	Descentralizado menos fechado	Profissional burocrata: feedback lento
3.0	Conscientização dos stakeholders, redes e negociação	Centrado no estudante: orientada pelo aprendizado	Explora novas questões	Facilitador	Diálogo	Em rede, aberto	Sistema de aprendizado: feedback institucional
4.0	Conscientização ecossistêmica: ação coletiva baseada na conscientização	Centrado na cocriação e na inovação	Cossensibilizar e moldar o futuro	Coaching generativo	Cocriativo	Ecossistema inspirar - expirar	Ecossistema de inovação: consciência compartilhada do todo

Fonte: www.presencing.org. Tradução livre, 2018.

A apresentação desse referencial justifica-se, primeiro, para afirmar que existe uma base a partir da qual elaboramos nossas propostas; segundo, para instigar uma conexão entre essas várias correntes. Scharmer²¹ prega que os seres humanos sejam autênticos, atingindo seu pleno e verdadeiro potencial, cuidando dos outros – inclusive de outras espécies –, ecologicamente esclarecidos, contemplativos e analíticos em seu entendimento do mundo, livres de ganância e de desejos excessivos; conhecedores, compreensivos e sabedores de que não estão separados do mundo natural e dos outros. Em suma, que manifestem plenamente sua humanidade.

A sociedade que habita a Cidade Humana é humanizada e humanitária, ecocriadora, compreensiva entre si, propensa a encontrar os caminhos que levam à felicidade e ao bem-estar social.

Em suas múltiplas formas

Ao afirmar que uma Cidade para ser Humana precisa Educar em suas múltiplas formas, compreende-se uma interação entre os conceitos. A cidade a caminho de se fazer Humana, faz-se, antes, Educadora.

O título não é novo. Surgiu na Europa, em 1990, durante o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona. Foi o momento em que algumas cidades pactuaram pela melhor qualidade de vida dos seus habitantes com destaque para a participação ativa. Eles aprovaram uma carta com vários princípios. Entre eles: trabalhar a escola como espaço comunitário; trabalhar a cidade como grande espaço educador; aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas; valorizar o aprendizado vivencial; priorizar a formação de valores. Em 2018, eram 488 cidades em todo o mundo, espalhadas por 36 países, das quais 15 eram brasileiras, organizadas em associações nacionais e internacionais.

Educar em suas múltiplas formas é, também, possibilitar a troca de conhecimento em todos os lugares. É intensificar as ações

culturais. Transformar as praças, os museus, parques, em espaços educativos. Assim como visto em Belo Horizonte/MG, no museu de rua que exhibe a arte do grafite.²² Reconhecer a história dos que deram seus nomes aos logradouros públicos, como na publicação do livro *Ruas e Caminhos*²³. Meditar antes das reuniões das associações de bairro para silenciar a mente e ouvir o outro com empatia. Refletir sobre as ações do legislativo em visitas à Câmara Municipal. Ler sobre qualquer coisa, durante as viagens nos coletivos, seguindo o exemplo da cidade de São Paulo que distribuiu mais de 100 mil livros nos terminais da Bandeira, Cachoeirinha, Santo Amaro e Parque Dom Pedro²⁴. Usar as escolas nos fins de semana para a promoção de atividades comunitárias, como acontece na cidade de Vortuporanga²⁵. Fazer poesias nas ruas que homenageiam Drummond de Andrade e outros poetas. Enaltecer os educadores. Valorizar a educação. Investir na área. Priorizar os anos escolares dos seus filhos. Compartilhar do conhecimento como herança dos mais velhos. Oferecer conhecimento de economia doméstica às donas de casa. Formar o desempregado e abrir o leque de oportunidades. Ensinar matemática e poesia na feira livre. Língua Portuguesa e espiritualidade nos hospitais. Fundar centros de filosofias. Permitir o acesso às artes em geral. Reintegrar pela educação aqueles que pedem por uma segunda chance, exatamente como realizada pelo governo do estado de Minas Gerais²⁶. Abrir bibliotecas ou salas de leituras. Reunir as pessoas em conselhos. Ouvir o que cada um tem a dizer. Dar devolutiva para que todos voltem. Cantar o hino do futebol e entender as relações históricas.

Em uma cidade educadora, as conexões promovidas pela intersectorialidade são evidentes. Um bom exemplo é a intersecção entre o setor do patrimônio cultural e a necessidade de espaços para atendimento nos contraturnos escolares. É comum, em todas as localidades, desde pequenas cidades a grandes metrópolis, a existência de bens patrimoniais abandonados, históricos ou arquitetonicamente

importantes. A situação mais cotidiana, é o entendimento desses espaços, pelos representantes políticos, como estorvo. Por anos, eles ficam isolados da rotina da cidade e comumente, tombados como de interesse histórico, são ocupados por pessoas em situação de vulnerabilidade.

Sem preparo para fazer a escuta da cidade, os problemas parecem se somar. De um lado, o bem arquitetônico cada vez mais antigo e precário, de outro, a necessidade de absorver a demanda do número de estudantes fora da escola no período integral. E, poucas vezes, se observa uma ação cooperada entre as duas áreas. Esse exemplo é gritante, quando observada a realidade de uma cidade como Ribeirão Preto. Vários bens poderiam ser citados, mas basta referir-se a uma antiga fábrica de tecido, localizada em uma área de interligação entre as zonas norte e oeste, em uma região com mais de 40 mil habitantes. A extensão de 39 mil metros quadrados de área total está totalmente abandonada. O patrimônio público é espaço para usuários de drogas, podendo ser uma unidade escolar, um centro cultural, um lugar de proximidade, uma fábrica social, um campus de conhecimento.

O mais conflitante é que enquanto, de um lado, o patrimônio cultural sucumbe, do outro, gestores públicos projetam a construção de novas edificações. No município de Presidente Prudente ²⁷ fábrica como essa virou centro cultural. Em Lisboa²⁸, uma iniciativa está recuperando as salas térreas e requalificando as áreas centrais. Ainda que a proposta de utilização não seja a de uso para a Educação, o modelo exemplica o conceito de Cidade Educadora.

Sempre preservando os vínculos entre um passo e outro, se comprometida em ser Humana, uma cidade tem como meta educar os pais para que exerçam a paternidade de maneira a contribuir com o desafio de qualificar a educação na primeira infância. É importante criar meios que levem ao rompimento de algumas redes de conversações. Essas, estabelecidas nos tempos atuais, evidenciam assertivas,

como, por exemplo, “as pessoas que andam de transporte coletivo são desprovidas de recursos”, ou se ouve comumente que “cabe às mães cuidar dos filhos pequenos”. Novas redes devem ser consolidadas a partir do educar em suas múltiplas formas, que propiciem a aceitação de afirmações substitutas, como “andar de transporte coletivo é uma contribuição à qualificação do meio ambiente”, ou ainda, “a educação dos filhos pequenos é uma função do pai e da mãe”.

Mesmo sendo difícil romper antigas redes de conversações e criar novas, os efeitos propostos são significativos. Afinal, o humano se dá na linguagem. Os dois exemplos acima demonstram, de imediato, sem a necessidade de profundas reflexões, as relações culturais. A aceitação incondicional das duas afirmações harmoniza hábitos que, praticados, movimentam a economia; criam estereótipos; reforçam diferenças de classe, como sugerido no primeiro exemplo; e, no caso do segundo, ditam padrões; categorizam diferenças de gênero; estabelecem rivalidades; enfraquecem o conceito de família.

Como uma proposta, acreditamos que Educar em suas múltiplas formas é propagar o Amor como atitude pedagógica em todas as oportunidades, o que somente será possível, na escola, independentemente de qual escola, ou modelo de educação, se o educador for filósofo e, na cidade, se for humana.

Amor como atitude pedagógica

Entre as muitas experiências que vivemos como grupo, a que resultou na inclusão do Amor como um elemento de pesquisa foi, sem dúvida, a mais significativa sob o ponto de vista da aplicabilidade da Teoria U e o exercício de escuta. O tema mantinha-se fora do foco dos pesquisadores, até que, em uma atividade coletiva, os mais de noventa participantes apresentaram o Amor como importante componente do processo de consolidação de um modelo de cidade, naquele período, ainda identificada unicamente como criativa. Foi, inclusive, a introdução do Amor que conduziu o debate resultante na

migração do conceito de Cidade Criativa para Cidade Humana.

Após a escuta de sete formadores de opinião (uma advogada, dois economistas, uma assistente social, um geógrafo, um político e um sociólogo) foi editado o documentário A Equação de Tudo²⁹. A busca, naquele momento, era pela concepção de cidadão cocriador. Posteriormente, o material foi exibido em uma sala de cinema, para exatas 92 pessoas. Ao final, ao público foi pedido que escrevesse cinco palavras correlacionadas às sensações extraídas do documentário. Embora houvesse o pressuposto de que as palavras mais comuns seriam 'educação', 'família', 'cidadania', 'ética', o grupo foi surpreendido com a maior repetição da palavra 'amor'.

As primeiras reações, após a inclusão do Amor como nosso tema de estudo foram bastante desagregadoras. Havia um desconforto que advinha dos limites sobre o que é fazer ciência. Questionávamos até que ponto era possível tratar de Amor de maneira racional e científica. Afinal, os sentidos carregados pelo léxico Amor sugeria, inicialmente, pregação. Foi preciso a desconstrução de uma rede de conversação anterior sobre o tema e muito debate para redefinir o conceito dando a ele a pertinência que cabia nos estudos conduzidos pelo grupo. A primeira alternativa foi migrar de Amor para amorosidade. Entendeu-se, naquele momento, que a segunda opção referia-se mais aos gestos, às ações, do que propriamente ao sentimento individual do cidadão.

Com o tempo e as pesquisas bibliográficas³⁰, o conceito foi reordenado para Amor como atitude pedagógica e ganhou a importância de ser colocado, ao longo do processo de consolidação da Cidade Humana, como um elemento estruturante de todos os passos. Isso significa afirmar que é preciso (1) colocar o ser humano em primeiro lugar, tendo o Amor como atitude pedagógica; (2) Transformar o cidadão em cocriador do seu espaço permitindo que mantenha práticas a partir do Amor como atitude pedagógica; (3) Pensar em ações que fortaleçam a vida em comunidade sempre pautadas

no Amor como atitude pedagógica; (4) Encontrar meios para religar o ser humano ao meio ambiente, pensando a partir do Amor como atitude pedagógica; (5) Adotar alternativas ofertadas pela Economia Cocriadora sem perder de vista o Amor como atitude pedagógica; (6) Educar em suas múltiplas formas, assegurando que todas as ações estejam fundamentadas no Amor como atitude pedagógica.

O elemento que anteriormente fragilizou o grupo, ameaçando a permanência de alguns, ocupou todas as lacunas até então ainda abertas. Desde essa adesão, a Tecnologia Social para Gestão de Cidades: Cidadania e Cocriação³¹, criada pelo IPCCIC e certificada pela Fundação Banco do Brasil, passou a ser aplicada, tendo o Amor como atitude pedagógica interligando todas as etapas. Na verdade, a proposta tornou-se uma reflexão contínua, um modo de operar, uma prática intrínseca a todas as outras práticas.

A importância dessa mudança deve ser avaliada considerando que os seis passos podem ser dados sem conexão com o Amor como Atitude Pedagógica, mas, ao final, não será a mesma coisa. Ou seja, manter mente, coração e vontade abertos na perspectiva da avaliação, análise e ponderação das ações em consonância com o Amor, altera o resultado do projeto de implementação da Cidade Humana.

A primeira referência adotada pelo IPCCIC veio de Platão, introduzido pelo filósofo César Nunes³². Motivado pela reflexão sobre a questão da sexualidade que, segundo o autor, consiste em definir seu estatuto e sua identidade, ele analisa o Amor na Filosofia grega antiga, ponderando entre o Amor e a realidade, a ubiquidade e a projeção, a procriação e a felicidade. E faz isso a partir de seu desejo de encontrar, na Filosofia, a original reflexão sobre o Amor, a sexualidade e a felicidade, como dimensões humanas inalienáveis.

Verificamos a intenção de Nunes em encontrar em Platão uma ampla e verdadeira teoria do Amor. Ele afirma consistir em um viver harmônico consigo mesmo e com os outros que, segundo Platão, é

uma consequência do conhecimento e do próprio Amor.

Com destaque para a obra *Banquete* e a análise de Nunes, incorporamos ao estudo sobre o Amor, a Teoria de Platão, que propôs uma filosofia para chegar ao que ele considerava como o verdadeiro amor à Filosofia. Para Nunes, a Filosofia é uma das grandes criações da humanidade.

A conexão proposta entre o Amor e a Filosofia, na leitura de Nunes, das obras de Platão, foi o que fez emergir a assertiva de que é a Filosofia que cumpre o papel de permitir o Amor na educação. Sua ausência do processo diário escolar veda a presença do Amor. Não a Filosofia como disciplina, mas como metodologia de ensino. Mas voltaremos a esse tema, depois de apresentadas as contribuições de Maturana e Varela para este trabalho.

Entre as muitas considerações feitas pelos autores chilenos, uma, em especial, situa o lugar do Amor no projeto da Cidade Humana. “O amor ou, se não quisermos usar uma palavra tão forte, a aceitação do outro junto a nós na convivência, é o fundamento biológico do fenômeno social. Sem amor, sem aceitação do outro a nós, não há socialização, e sem esta não há humanidade”³³

Com essa assertiva assimilada, a atenção do grupo expandiu-se avaliando cada defesa, tese, ou ideia. Houve uma amarração condicionada. Nenhuma proposta estava efetivamente concluída, senão analisada a partir do Amor. O desconforto não foi menor, a partir da escolha de um referencial. Falar de Amor para uma plateia de gestores públicos, por exemplo, nunca deixou de ser um desafio, mesmo o grupo tendo aprimorado sua produção discursiva sobre o tema. Entretanto, passou a ser constante a análise de como medidas adotadas pelos mesmos gestores poderiam ser diferentes se o Amor tivesse sido um elemento considerado no momento da tomada de decisão.

Ainda pelas palavras de Maturana e Varela, foi possível definir uma conexão situando o Amor como elemento biológico, logo,

desassociado das muitas questões ideológicas que podem tender a defesas específicas. Para os autores, “qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação do outro, desde a competição até a posse da verdade, passando pela certeza ideológica, destrói ou limita o acontecimento do fenômeno social”. O comum é a limitação. O desafio é interromper a competição e eliminar a soberba pela detenção da verdade absoluta. Essa limitação “destrói também o ser humano, porque elimina o processo biológico que o gera”. Os autores não se propuseram a fazer uma prédica do Amor, mas simplesmente destacaram o fato de que “biologicamente, sem amor, sem aceitação do outro, não há fenômeno social”³⁴.

Entretanto, como é sabido, apesar da severidade com que a afirmativa se coloca: SEM AMOR, SEM ACEITAÇÃO DO OUTRO, NÃO HÁ FENÔMENO SOCIAL, ainda se convive. Os autores são categóricos ao colocar que se vive hipocritamente.

De repente, não tínhamos mais a opção de não colocar o Amor na base comum das nossas ações e propostas. Não podíamos descartar o Amor como fundamento biológico do social. Seria o mesmo que desconsiderar tudo o que herdamos da nossa história de seres vivos.

Nesse aspecto, é preciso que o leitor se liberte de uma cegueira fundamental: a de não percebermos que só temos o mundo que criamos com os outros, e que só o Amor nos permite criar um mundo em comum com eles.

A propagação do Amor como elemento para a consolidação de uma Cidade Humana passou a ser um compromisso do qual já não podíamos mais renegar, confortáveis ou não com o tema.

Em outra parceria, Maturana produziu com Sima Nisis Rezepka, a obra Formação Humana e Capacitação. Ali encontramos ressonância com a nossa própria trajetória de estudos sobre as identidades culturais, base do trabalho executado pelo Instituto. Pactuamos com os autores que “quem busca a sua identidade fora de si está condenado a viver na ausência de si mesmo”³⁵ e ampliamos esse referencial

para outra dimensão. Nossa assertiva é que uma cidade também apresenta suas próprias identidades culturais e é preciso fidelizá-las e fortalecê-las.

Ao tratar da formação humana, tópico que segue em conexão com o que já foi apresentado no passo um, os autores relacionam o desenvolvimento da criança como pessoa capaz de ser cocriadora com outros, em um espaço humano de convivência social desejável.

Estamos cada vez mais vulneráveis pela ausência do Amor. Existe a possibilidade de ficarmos enfermos quando nos é negado o Amor como modo de convivência em qualquer idade e reforçam a importância do Amor na formação das crianças na primeira idade. Quando às crianças falta o Amor, as consequências são significativas. Interfere no crescimento, na formação da consciência de si e da consciência social, e afeta a formação da pessoa responsável.

Fazer com amor, pressupõe fazer algo que nos dê também significado, que nos faça reinventar-nos no outro e, o que faz bem para mim e para o outro, constitui a base da tomada de atitude. Isso é terapêutico e assim compreendemos a máxima, o Amor como atitude pedagógica.

A vida acontece no tempo presente, no agora, e educar não requer tempo predestinado ou idade certa, mas ocorre o tempo todo em uma relação biunívoca entre eu e o outro (sujeito), eu/ele, como um dar e receber continuamente fruto da convivência no cotidiano comum; é abrir-se para o outro para ir ao encontro das suas potencialidades, necessidades e, também, diferenças por razões únicas que a sua experiência justifica.

Nesse momento, entre os sujeitos, ou pensando-os na sociedade como um todo, é que a mediação com Amor, pela reciprocidade da escuta, pela empatia, encontra âncora. Como afirma Wallon, não existe cognição sem afetividade³⁶. Assim também observamos em nossos estudos. Isso nos levou a ajuizar sobre o que entendemos por ensinagem e aprendizagem. Conceituamos que a ensinagem

ocorre pelo conhecimento que o professor tem e domina, aquilo que nos remete ao dito sobre um bom professor, culto e competente. A aprendizagem, por sua vez, acontece quando transmitimos o mesmo conhecimento, não só com a competência dada pelo saber, mas com emoção, prazer e, dessa forma, oferecendo também uma maneira para atingir a fixação do conteúdo.

A educação, para Maturana, reflete-se, quando percebemos as transformações no outro e, para ele, isso nada mais é do que uma ação humana, um processo biológico, orgânico e cultural ocorrido nos diferentes espaços-tempos, e o tempo todo na sociedade em que vivemos. Nesse sentido, podemos afirmar, então, que educar não diz respeito somente à transmissão de conhecimento, mas ao compartilhamento de uma ação cooperativa, cocriativa, participativa, em ambas as partes, pela vontade e emoção, de forma pedagógica.

Ensinar vai muito mais além dessa fragmentação do saber em várias disciplinas, como encontramos hoje. É na reciprocidade desse fazer, do ensinar-aprender-ensinar que a atitude se torna exemplo, memória, afeto, abraço, razão da ênfase sobre a importância do tempo vivido, do tempo das horas em que se viveu essa ação, a experiência individual apreendida, tornando-se, com efeito, em uma experiência de todos, portanto, coletiva, embasando o que normalmente ouvimos ou adjetivamos socialmente de boa escola ou bom curso, boa universidade, o resultado sobre a relevância de ações protagonizadas individualmente, mas vividas no coletivo e representadas simbolicamente por uma atitude pedagógica.

O aprendizado, nesse sentido, foi resultado de um movimento que permitiu expressar, transmitir, partilhar do sentido social que configura a experiência. Adotar o Amor como atitude pedagógica nos leva a refletir sobre a dimensão do humano, capaz de viver uma experiência singular que se torna plural, mesmo encontrando-se

em face da pluralidade do ser que habita o outro. Perguntamo-nos, a essa altura, no grupo, como entender isso se não houver Amor pelo outro, pelo próximo e por nós mesmos? Para nós a resposta foi: impossível!

Contudo, indo a Rousseau³⁷, retiramos de sua obra a expressão “ensinar a viver”, proferida pelo filósofo quando questionado sobre a razão da escola e o sentido do ato de educar. No auge da modernidade, ao se referir ao seu filho Emílio, Rousseau escreveu que viver era o ofício que ele queria ensinar. Assim, cabe à escola, em última análise, ensinar a viver. Toda a intencionalidade do ato de educar e das ações pedagógicas deve abordar esse propósito, visto que isso incorre em uma imensa possibilidade de desdobramento.

Essa questão remete à importância da reflexão e não só da leitura ou dos conteúdos comuns que ensinamos. É necessário aprender a saber se objetivar, se aceitar, meditar, refletir. Teria essa função somente a Filosofia, no currículo escolar ou, então, caberia ao professor de História ou de Artes, uma vez que o professor, acima de tudo, deve ser um educador? A resposta está evidente, para o IPCCIC. Educar em suas múltiplas formas, tendo o Amor como atitude pedagógica, transformando a cidade em um espaço educador, é promover a reflexão com base na Filosofia enquanto uma prática de ensino, utilizando as artes como meio de expressão e democratizando o conhecimento sobre o sensível.

Entretanto, a escola “não incita à preocupação com o viver bem ou com a boa vida, não fornece as defesas para se enfrentar as incertezas da existência, não fornece as defesas contra o erro, a ilusão, a cegueira”³⁸. Essa discussão é muito importante, inclusive, para fortalecer o sentido da Ciência e da Ética na relação do futuro cidadão com o seu bem maior, a cidade. A boa convivência e interação nas relações que aqui propomos, uma Cidade Humana.

O conhecimento, dessa forma, torna-se um ato de amor próprio e de amor pelo outro. O prazer do conhecer, pensar sobre, vai além

do senso comum; a transdisciplinaridade do ser aqui se desenvolve e vai além dos conceitos e princípios apreendidos no decorrer da vida.

Afirmamos, portanto, que, ao adotarmos o Amor como atitude pedagógica, compreendemos que é necessário, mais do que nunca, um conhecimento pertinente e transdisciplinar; que ensinar a condição humana requer discutir sobre a natureza do ser humano e da vida, sem deixar nenhum dos outros diferentes saberes construídos culturalmente pelas nossas sociedades, mas que possamos situar o homem para religá-lo à sua origem, possibilitando uma outra visão de mundo reformada e apoiada por um pensamento complexo.

Se, como explicitado anteriormente, é necessário educar para compreender, a fim de se começar a educar, é preciso se importar. E, para se importar, é necessário amar. Não o amor romântico, mas o amor que nos move. O amor que dedicamos ao trabalho, que nos motiva a um objetivo em comum e que torna relevante o ato de educar.

Marcelino Champagnat³⁹ afirma que “para bem educar é preciso, antes de tudo, amar e amar todos igualmente”. Amar todos igualmente dialoga com o que já apregoeou o educador Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Tolerância*. Para o brasileiro, “há uma responsabilidade ética, social, de nós todos, no sentido de tornar a nossa sociedade menos má”.

Essa maldade, segundo Freire, está, por exemplo, na perversidade de nossa sociedade em permitir que um analfabeto internalize que o fracasso é dele.

Para amar, é necessário se importar e uma das tarefas do educador é ajudar o educando a compreender que a culpa social não é dele. Daí a proposta freiriana da educação libertadora. Educar para uma compreensão emancipatória, que torne o educando capaz de compreender sua realidade e produzir suas próprias percepções e, se necessário, intervir nessa realidade.

Dialogando com os passos apresentados anteriormente, compreende-se que educar não é um ato solitário, nem isolado. A partir

do provérbio africano “é preciso uma aldeia para se educar uma criança”, retomamos a importância da comunidade, do território educador e da socialização para educar em suas múltiplas formas.

O que se pretende destacar aqui é o coletivo como exercício de respeito e amor. Na coletividade, enxergamos o outro e, com ele, o diferente. Com o outro, exercitamos o respeito. “O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por nos ensinar é que, na sua experiência, aprendemos com o diferente”⁴⁰. Não compreendendo o tolerante como alguém benevolente que perdoa a “inferioridade” do tolerado, mas de compreender a qualidade de conviver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior. Tal como afirmou Freire.

Mas como o Amor torna-se uma atitude pedagógica? Atribuindo sentido ao que é ensinado. Amar é se importar. “O educador tem de partir da compreensão crítica de sua própria experiência e a do educando. Sem o conhecimento da experiência do educando o educador falha”⁴¹.

O Amor como atitude pedagógica não transmite o conhecimento, mas partilha. Ao compartilhar o que sabemos, não ficamos com menos, multiplicamos os saberes. E, multiplicando os saberes, nos responsabilizamos por democratizá-los e, dessa forma, transformamos nossa realidade social tornando-a menos má, ou seja, mais equânime.

Compreende-se, nesse passo, não apenas as práticas consagradas e desenvolvidas pela escola, nem tão pouco as metodologias ativas tão aclamadas ultimamente, mas sim TODAS as múltiplas formas de educar nas diferentes esferas sociais às quais o indivíduo pertence e se relaciona ao longo da vida.

Se todos acessarem os saberes construídos – seja na área escolar ou nas diversas propostas de educação não escolar vivenciadas –

e juntos, construir novos saberes e na sequência partilharem, caminharemos, então, para uma Cidade Humana, pautada na coletividade e equidade de conhecimento.

Todos acessando o conhecimento com a mesma qualidade significa, se importar. Se nos importarmos com que todos saibam tudo e tenham autonomia para identificar e construir novos saberes então, teremos uma Cidade Humana, justa, edificada a partir do Amor.

Diante de uma proposta de conclusão sobre tudo o que já foi apresentado, é oportuno observar que o Amor, como uma emoção, funda o social, na medida em que promove o respeito próprio e pelo outro, no campo das relações sociais. É a condição amorosa que embasa a convivência entre os seres humanos.

Ao longo da discussão sobre o Amor e a emoção, foi inevitável a abordagem da ética, prática muito importante na consolidação da Cidade Humana. Tanto a ética como a espiritualidade não têm a ver com a razão, mas com a emoção, e concluem que “o amor é a emoção que funda a preocupação ética⁴²”.

Uma proposta com base no educar em suas múltiplas formas precisa, necessariamente, tratar do conceito de cooperação, com o objetivo de inseri-lo na Cidade Educadora, por isso também Humana. Nesse sentido, “a cooperação ocorre nas relações sociais, não nas relações de dominação e sujeição. As relações sociais implicam em confiança mútua e ausência de manipulação ou instrumentalização das relações⁴³”. Essa colaboração dos cientistas ressalta que um projeto pautado na ação de educar em suas múltiplas formas não pode seguir sem se desvincular de propostas de dominação e sujeição. Contrário disso, precisa ser originário de uma pactuação social de confiança. Uma demanda, evidentemente, muito complicada, no campo das políticas públicas, analisando a história. Acreditamos que as alianças políticas, às quais todos os seres sociais estão sujeitos, não são confiáveis precisamente porque não se baseiam no Amor e não têm a permanência da mútua aceitação da biologia da intimidade.

Em outra obra, Maturana nos empresta argumentos para fortalecer certezas que o grupo vem consolidando nos últimos seis anos: “Não é a razão o que nos leva à ação, mas a emoção⁴⁴”. Se a emoção só é sentida na presença do Amor, a participação cidadã, tão aclamada ao longo do tempo como ação responsável de promover as mudanças desejadas, só se viabiliza a partir do Amor.

Não sem razão, Amor como atitude pedagógica não é um passo nessa trilha delineada para nos levar à Cidade Humana. Ao ocupar o centro do círculo que organiza os seus passos, a proposta do Amor abre os braços, fazendo amarrações e protagonizando como elemento transdisciplinar fundante.

Uma experiência do grupo somou elementos e contribuiu para o debate. Em 2016 uma escola pública estadual da cidade de Ribeirão Preto completou 110 anos. Alguns integrantes do IPCCIC trabalharam na publicação de um livro⁴⁵ sobre a história desse trajeto, a partir de entrevistas com personagens de vários tempos que exerceram diversas funções: diretores, professores, funcionários e alunos.

Até o final da década de 1970, essa escola figurava entre as melhores do Estado de São Paulo. Depois, como as demais das redes públicas, sucumbiu às políticas públicas e seus resultados deixaram de evidenciá-la. As escutas promovidas sugeriram vasto aprendizado. Em especial sobre as relações intrínsecas entre a realidade social e o universo escolar. A história da escola reflete o Brasil; ecoa a proposta de democratização, que, ao propor acesso à educação para todos, não sustentou a qualidade, mas mostra ainda um projeto de ensino pautado no Amor. Todos os entrevistados relacionados à escola, em período anterior a 1980, não ocultaram o amor que sentiam pelo lugar, pelos professores, pela vida escolar.